

**Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

HELDA NÚBIA ROSA

**HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DA GRAMÁTICA
BRASILEIRA: A ESTRUTURA METALINGUÍSTICA E A
PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE**

Faculdade de Letras / UFG

Goiânia

Maio / 2011

Helda Núbia Rosa

Historiografia Linguística da Gramática brasileira: a estrutura metalinguística e a participação na sociedade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras e Linguística, na área de concentração dos Estudos Linguísticos, sob a orientação do Professor Dr. Sebastião Elias Milani.

Faculdade de Letras/UFG
Goiânia
Maio / 2011

HELDA NÚBIA ROSA

Historiografia Linguística da Gramática
brasileira: a estrutura metalinguística e a participação na sociedade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística:
Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para obtenção
do título de Mestre em Linguística, a ser defendida em _____ de _____ de 2011, pela
Banca Examinadora constituída pelos (as) seguintes professores (as):

Prof. Dr. Sebastião Elias Milani (Presidente)

Universidade Federal de Goiás

Prof. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (1ª Arguidora)

Universidade de São Paulo

Prof. Dra. Maria Suelí de Aguiar (2ª Arguidora)

Universidade Federal de Goiás

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele, nada seria possível e, claro, eu não teria conseguido.

A meus pais, Abadio e Fátima, meus irmãos, Renata, Jarbas e Walquiria, a Cleide, minha cunhada, e ao pequeno Lucas, membro desta família, pela compreensão em todos os momentos desta e de outras caminhadas.

A meu orientador, Dr. Sebastião Elias Milani, pela contribuição, paciência em me ensinar, por sua generosidade e, principalmente, pela dedicação para comigo.

Ao diretor educacional da Unidade Universitária de Jussara, UEG, Leandro Rocha Resende, que possibilitou que eu, mesmo nas atribuições da coordenação do Curso de Letras, me dedicasse a escrever este trabalho.

Aos professores do Curso de Letras, em especial, e aos demais professores da UnU – Jussara e a todos os funcionários pela paciência que tiveram comigo sempre atormentada pela dupla jornada de coordenar e escrever.

À Secretaria da Educação do Estado de Goiás que muito contribuiu para o meu crescimento profissional quando permitiu que eu me ausentasse do cargo de professora da rede para fazer o mestrado.

A gramática é a mais perfeita das loucuras, sempre inacabada e perplexa, vítima eterna de si mesma e tendo de estar formulada antes de poder ser formulada – especialmente se se acredita que no princípio era o Verbo.

João Ubaldo Ribeiro

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTORIOGRAFIA LINGUISTICA E GRAMÁTICA	19
1.1. Um breve estudo sobre a Linguística europeia do século XVIII ao XX.....	19
1.2 Gramatização e gramáticos do século XX	32
CAPÍTULO 2: A GRAMÁTICA NO BRASIL: A HISTÓRIA, A EDUCAÇÃO E A LINGUÍSTICA	39
2.1 O clima de opinião do século XX no Brasil sob o prisma da história e da educação ...	39
2.2 A Linguística e a sua influência na gramática brasileira	52
2.3 Historiografia da disciplina Língua Portuguesa desde o início da República.....	61
2.4 A Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959).....	73
CAPÍTULO 3: MERGULHO NAS GRAMÁTICAS DO SÉCULO XX	81
3.1 Um estudo da lexeologia: fonologia e morfologia	81
3.1.1. O som articulado e seus traços	82
3.1.1.1 Fonemas vocálicos: sons relevantes na Língua Portuguesa	86
3.1.1.2 Conceituação e uso dos grupos vocálicos: ditongo, tritongo e hiato	93
3.1.1.3 Fonemas consonantais e seus traços distintivos	95
3.1.1.4 Conceituação dos encontros consonantais e dígrafos.....	100
3.1.2 O verbo, sua morfologia e emprego.....	102
3.1.2.1 O verbo e suas categorias	103
3.1.2.2 Primeira categoria: tempo e aspecto verbal	104
3.1.2.3 Conceituação das formas verbais regulares e irregulares	109
3.1.2.4 Segunda categoria: modalidade verbal	114
3.1.2.5 Terceira categoria: pessoa gramatical não é pessoa do discurso	116
3.1.2.6 Conceituação de vozes verbais: ativa, passiva e reflexiva	117
3.1.2.7 As três conjugações do verbo em português.....	119
3.2 A sintaxe na gramática.....	120
3.2.1 Como método de análise linguística	120
3.2.2 Sintaxe: definição e objeto	122
3.2.3 Distinção entre proposição, oração e período	124
3.2.4 Os conceitos para o binômio: sujeito e predicado	125
CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS	140

RESUMO

A perspectiva metodológica deste trabalho é a Historiografia Linguística que, segundo Koener (1996), consiste na descrição da história, na produção do historiador e no discurso sobre o passado, perscrutá-lo para constituir lá a relação entre ruptura metodológica e continuidade conceitual. Esta dissertação incumbiu-se de mostrar historiograficamente a maneira como o Brasil reivindicou sua brasilidade por meio da gramatização no século XX. Procura-se entender como a Fonética, a Morfologia e a Sintaxe estavam previstas nas primeiras gramáticas desse século; para tanto parte-se do pressuposto de que Fonética e Morfologia fazem parte da gramática, e, por isso, as fontes vieram dos comparatistas e neogramáticos. Os comparatistas compreenderam e estudaram de que forma a palavra, isoladamente, realiza-se. Apesar de todo esse aparato metodológico previsto para essas duas ciências, os gramáticos não foram capazes de distingui-las, de forma eficaz. No que se refere à Morfologia, foi escolhido, como escopo desse estudo, o verbo, o qual, com todas as suas especificidades morfológicas, vinha de encontro à função sintática dele na oração. Os estudos sintáticos estavam apenas no início e, portanto, confundia-se com a Morfologia, como previam os gregos. A nomenclatura gramatical era incerta até que professores, como Antônio Chediak, descontentes com a falta de paradigma a ser seguido e apoiados pelo Ministro Clóvis Salgado, selecionaram dentre as nomenclaturas existentes, uma que fosse mais recorrente e, assim, criaram a Nomenclatura Gramatical Brasileira. As gramáticas brasileiras apresentam uma nítida divisão temporal quanto à produção alicerçada sobre o tripé: gramatização, NGB e intervenção da Linguística. Desse modo, as necessidades previstas pela sociedade, cultura e história do povo brasileiro estavam amparadas pela gramática que se modificou de acordo com a necessidade da sociedade em adaptar-se às reformas políticas e do ensino, à inclusão da Linguística no currículo do Curso de Letras, à inovação tecnológica, enfim, de acordo com a chegada da Modernidade. A primeira metade do século conta com gramáticos como: João Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira, M. Said Ali, a segunda com, Evanildo Bechara e Celso Cunha. Para esse fim, contou-se com o apoio metodológico de Koener e Milani e como apoio teórico: Maria Helena de Moura Neves, Neuza Barbosa Bastos, Sílvio e Hamilton Elia, Otaíza Romanelli, Julius Anthony Naro, e os gramáticos citados anteriormente.

Palavras-chave: Gramática. Historiografia. Ensino de Língua Materna. Linguística.

ABSTRACT

The writing method used in this work is the Linguistics Historiography, in Koener's words (1996), it consists in the description of history, production of the historian and the discourse of the past. Examining into the past to understand the rupture between methodological and conceptual continuity. This dissertation aimed at to show in the historiography way, how Brazil claimed the Brazilian identity around th

e Grammar rules through the XX century. It seeks to understand how Phonetics, Morphology and Syntax were laid in the early grammars of this century, than it was understood phonetics and morphology as a part of the grammar, and the sources come from the comparatists and neogrammarians. Comparativists understood and studied how the word, alone, is held. Despite this methodological apparatus provided for these two sciences, the grammarians were not capable to distinguish them effectively. In relations to morphology it was chosen to be studied, the verb, with their morphological specifications, and the syntactic function of it in the sentence. Syntactic study was beginning and it was mixed with morphology as the Greeks expected. Grammar classification was uncertain until studies of teachers like Antonio Chediak, who was worried about the lack of paradigm to be followed and helped by Clovis Salgado, selected among the existing classifications, one that was more common and, in this way, it was created the Brazilian Grammatical Nomenclature. Brazilian grammars have a clear temporal division as the production formulated on the following conceptions: grammatization, NGB and Linguistics intervention. Thus, the society provided needing, the culture and history of the Brazilian people were supported by grammar that changed according to society needs to adapt itself to political education reform, the inclusion of linguistics in the curriculum of the Letters Course, technological innovation, according to the arrival of modernity. The first half-century, Brazil had João Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira, M. Said Ali, the second half-century had Evanildo Bechara and Celso Cunha. Far the purpose of this work the methodological support of Koener and Milani was required and theoretical support of: Maria Helena de Moura Neves, Neuza Bastos Barbosa, Silvio and Elia Hamilton, Otaiza Romanelli, Anthony Julius Naro, and other grammarians quoted before.

Keywords: Grammar. Historiography. Mother Language Teaching. Linguistics.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como fim o estudo historiográfico da produção gramatical do Brasil que se iniciou com o século XX, como forma de os brasileiros firmarem sua nacionalidade por meio da língua genuinamente brasileira que se constituiu como tal a partir da Questão da Língua Portuguesa¹ ocorrida durante o Romantismo e encabeçada por escritores como José de Alencar.

Gramáticos como João Ribeiro iniciaram uma luta pela língua brasileira, fora dos cânones da literatura portuguesa, e cada vez mais importante se tornaria a língua falada pelo povo brasileiro, muito embora ainda fossem importados de Portugal usos, costumes e cultura, os brasileiros dão preferência à língua falada no país.

Devido à liberdade nacional, houve a separação entre a língua falada em Portugal daquela falada no Brasil. A gramática e os dicionários serviram para confirmar a separação das duas, ainda que a gramática, com a intenção de zelar pela boa escrita e pelo bem falar, trouxesse exemplo de escritores lusitanos, contrariando o apelo feito pelos escritores brasileiros.

A Historiografia Linguística norteou todo o trabalho, a fim de que se salientassem as fontes, a imanência e a latência dos estudos de linguagem e gramática, uma vez que essa disciplina propõe uma abordagem pluridimensionada, pois dialoga com a História, com o sistema educacional e com a Linguística.

Segundo Fávero e Molina (2006, p. 19), “essa nova história dedica-se não somente a recontar o passado, mas reabri-lo, interpretá-lo num diálogo constante com o seu presente”. Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pretendeu traçar além da história da gramática no Brasil, de que modo a tecnologia, a modernidade, os fatos históricos, sociais e culturais possibilitaram que ela fosse o que atualmente é no século XXI.

Sobre o tripé: contextualização, continuidade e ruptura, imanência e latência das fontes é que se assenta este trabalho. É bom que se diga que a contextualização é o esforço depreendido do historiógrafo para compreender o clima de opinião que envolve o objeto de estudo. O processo de continuidade conceitual e ruptura metodológica está previsto por Milani (2010) como um processo historiográfico.

¹ A Questão da Língua Brasileira surgiu no século XIX e dois fatores concorreram para isso: a Independência que liberou o país da submissão oficial ao cânone português e permitiu que os brasileiros passassem a cuidar por si mesmos dos problemas relativos à língua herdada; e o movimento romântico que buscava na alma do povo as bases da cultura nacional, segundo Elia (2003, p. 139).

O livro Gramática é objeto de estudo deste trabalho e está demonstrado pelo viés da Historiografia Linguística por meio dos princípios previsto por Konrad Koener (1996). O primeiro consta do clima de opinião, em que uma minuciosa análise do contexto sócio-político-educacional do século XX foi feita a fim de que se notassem as modificações sugeridas e realizadas pela sociedade no que tange ao sistema educacional político e histórico, e de que forma, possivelmente ou de fato, tais mudanças influenciaram a gramática enquanto ferramenta de ensino.

Em segundo lugar, certos de que o processo de continuidade é evidenciado pelo texto analisado, é possível discutir como cada gramático rompeu com a metodologia usada pelo anterior, bem como identificar os conceitos e fontes historiográficas estrangeiras e nacionais em latência e imanência na gramática brasileira. Tudo isso a fim de que se tivesse em mãos um trabalho sobre o monumento que possibilitou a edificação do sentimento patriota no Brasil.

Logo de início, verificam-se as fontes estrangeiras das gramáticas do início do século, comparatistas, neogramáticos, filósofos da linguagem e filólogos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a constituição da gramática no Brasil, bem como para o desenvolvimento da Linguística. O método histórico-comparativo iniciado juntamente com a descoberta do Sânscrito teve muito êxito principalmente na Alemanha. Entre seus representantes estão os sanscritistas August Wilhelm von Schlegel², Friedrich Schlegel³, Franz Bopp⁴ e August Friedrich Pott⁵. Este último, fonte declarada da gramática de João Ribeiro, tratava sobre semasiologia, era o despontar dos estudos semânticos. Com o mesmo intuito, William Dwight Whitney⁶ também foi utilizado; apresentava sua teoria, segundo João

² Nasceu em Hannover, em 8 de Setembro de 1767 e morreu em Bonn, 12 de Maio de 1845. Foi poeta, tradutor e crítico. Educado no *Hannover Gymnasium* e na Universidade de Göttingen. Com seu irmão Friedrich Schlegel, o principal filósofo do romantismo alemão, fundou a *Athenaeum* (1798-1800), a revista chefe do movimento. No século XIX, formula a tipologia morfológica.

³ Ele nasceu em 10 de março de 1772 em Hannover e morreu em 11 de janeiro de 1829, em Dresden. Foi poeta, crítico literário, filósofo e tradutor alemão. Era o irmão mais novo do também filósofo August Wilhelm Schlegel.

⁴ Nascido em Mogúncia, 1791 e morto em Berlim, em 1867. Foi um comparatista alemão e professor de filologia e sânscrito na Universidade de Berlim, um dos principais criadores da gramática comparada, em *O sistema de conjugação do sânscrito comparado aos das línguas grega, latina, persa e germânica* (1816) demonstrou a afinidade genética que existe entre essas línguas, deduzindo os princípios gerais de sua formação.

⁵ Nasceu em 14 de novembro de 1802, em Nettelrede, Hannover e morreu em 05 de julho de 1887, em Halle. Foi um pioneiro alemão em Linguística. University of Göttingen Philology Pott era um estudante de teologia na Universidade de Göttingen, onde ele se interessou por filologia. University of Berlin Franz Bopp Indo-European linguistics Ele estudou com Franz Bopp na Universidade de Berlim em 1830, mais tarde tornou-se professor de linguística geral na Universidade de Halle em 1833, onde permaneceu pelo resto de sua vida.

⁶ William Dwight Whitney nasceu em Northampton, Massachusetts, em 09 de fevereiro de 1827. Durante três anos, ele estudou sânscrito na Alemanha, e ganhou grande notoriedade por sua erudição no campo. Em Yale, ele se tornou professor de Sânscrito, em 1854, e de Filologia Comparativa em 1869. Também ensinou línguas

Ribeiro, melhor que a de Pott.

Do mesmo modo, não se pode esquecer que Jacob Ludwig Karl Grimm⁷ e August Schleicher⁸ foram, respectivamente, fontes para Eduardo Carlos Pereira e Silveira Bueno. O filósofo alemão, Wilhelm Karl von Humboldt⁹, não estava declaradamente em nenhuma gramática, mas influenciou a produção gramatical no país e todo contexto histórico-social refletiu na constituição da nacionalidade brasileira por meio da linguagem, portadora do espírito da nação.

Ferdinand Saussure¹⁰ e Noam Chomsky¹¹ dedicaram-se aos estudos da linguagem e, de forma muito contundente, defendiam a língua como atividade social sujeita às pressões da ideologia. Saussure reorientou e criou um método capaz de dar conta do Estruturalismo já apresentado por Humboldt no século anterior. Chomsky, o criador do Gerativismo, foi o responsável pelo método de estudo da linguagem baseado na forma de explicá-la e descrevê-la matematicamente. Como se sabe, essa teoria só se incorporou na gramática brasileira nas últimas três décadas da centúria, da mesma forma como se procedeu ao behaviorismo de Leonard Bloomfield¹². Tanto uma como outra teoria ganharam adeptos a partir da década de

modernas na escola científica de Sheffield e serviu como secretário do *Oriental Sociedade Americana* de 1857.

⁷ Nascido em 4 de Janeiro de 1785 e morto em 20 de setembro de 1863. Jacob Ludwig Karl Grimm foi filólogo, jurista e mitólogo. Ele é mais conhecido como o descobridor da Lei de Grimm. Com seu irmão, foi autor da monumental *Deutsches Wörterbuch*, o autor do *Deutsche Mythologie* e, mais popularmente, como um dos irmãos Grimm, como o editor de *The Fairy Tales Grimm*.

⁸ August Schleicher nasceu em Meiningen, na Turíngia, 19 de fevereiro de 1821, e morreu em Jena, 6 de dezembro de 1868, antes de completar 48 anos. Ele era um linguista alemão e também estudou teologia, filosofia e línguas orientais na Universidade de Leipzig e Tübingen, tendo se especializado em Linguística na Universidade de Bonn. Obteve seu doutoramento em 1846, e passou a lecionar em Praga e, a partir de 1857, em Jena. Em suas aulas, o foco de seus ensinamentos era a Gramática Comparada das línguas indo-europeias.

⁹ Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand, Barão von Humboldt (22 de junho de 1767, Potsdam - 8 de abril de 1835, Berlim), funcionário do governo, diplomata, filósofo, fundador da Universidade de Berlim, amigo de Goethe e especialmente de Schiller, é principalmente conhecido como um linguista alemão que fez importantes contribuições à filosofia da linguagem, à teoria e prática pedagógicas e influenciou o desenvolvimento da filologia comparativa.

¹⁰ Ferdinand de Saussure nasceu em Genebra no dia 26 de novembro de 1857 e morreu em Morges, aos 22 de fevereiro de 1913. Foi filósofo suíço cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística enquanto ciência e desencadearam o surgimento do Estruturalismo. Morreu prematuramente em 1913. Após sua morte, seus alunos buscaram o arquivo de notas do mestre no intuito de publicar um livro que apresentasse a doutrina exposta em seus cursos e que abria novos horizontes para a linguística. Contudo, as buscas foram frustradas e nenhuma nota foi encontrada. Assim, liderados por Charles Bally e Albert Sechehaye, resolveram compilar e comparar as notas dos alunos feitas durante as aulas. Esse trabalho culminou na obra *Curso de Linguística Geral (Cours de Linguistique Générale)*, publicada em 1915.

¹¹ Avram Noam Chomsky nascido na Filadélfia, 7 de dezembro de 1928, é um linguista, filósofo e professor de Linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Seu nome está associado à criação da gramática ge(ne)rativa transformacional, abordagem que revolucionou os estudos no domínio da linguística teórica.

¹² Leonard Bloomfield (1887-1949) é considerado o fundador da linguística estrutural norte-americana. Nasceu em Chicago e se formou como bacharel na Universidade de Harvard no ano de 1906, recebendo o doutorado na Universidade de Chicago em 1909. Em 1917 pesquisou o Tagalog e outros idiomas extensivamente, e na década de 1920 trabalhou no agrupamento dos idiomas Nativos americanos. No início de sua carreira foi influenciado

1970 no Brasil.

Portanto, procura-se saber em que medida a Gramática, ciência milenar, pautada na boa linguagem, recebeu tais influências e como as aproveitou. Os gramáticos têm por princípio julgar as obras do passado, para que não se cometam equívocos quanto ao uso da língua, para unificar a fala e a escrita. Daí, utilizarem o dicionário e a gramática como processos metalinguísticos capazes de promover a língua brasileira e a gramatização – o processo de organização das gramáticas no Brasil.

As gramáticas brasileiras deixaram de seguir os mesmos paradigmas metodológicos das gramáticas lusitanas, a partir da primeira década do século XX, como era esperado, porque o país passava por um período em que o nacionalismo era a bandeira hasteada por todos os revolucionários. O aparecimento dos gramáticos deveu-se ao incentivo dado pelos colégios de ensino médio, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, que previam que cada qual teria seu próprio gramático, daí divergirem tanto na nomenclatura gramatical.

Duas correntes de gramáticos surgiram nessa época, uma do Rio de Janeiro, cuja a filiação é com a Gramática Histórica, e outra de São Paulo, cuja filiação é a da Gramática Filosófica. Em cada uma delas destacaram-se professores como João Ribeiro, do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, e Eduardo Carlos Pereira, do Ginásio Oficial de São Paulo. Quase que ao mesmo tempo, a Linguística se caracterizava como uma ciência da linguagem autônoma e distinta da Filologia e da Gramática, e era inevitável que colaborasse positivamente com a teoria gramatical.

A Gramática se dividia em três partes: Fonologia, Morfologia e Sintaxe. Este trabalho teve como meta percorrer historiograficamente cada uma dessas partes com o intuito de perceber as mudanças ocorridas nelas e verificar a imanência e a latência de conceitos válidos para um e outro gramático, ou verificar em que medida é correto afirmar que houve ruptura metodológica.

É possível dizer que, embora sejam três partes, a distinção entre uma parte e outra é muito tênue em todos os gramáticos da primeira metade do século XX. A Fonologia e a Morfologia foram exaustivamente estudadas pelos comparatistas e neogramáticos, até por isso

pelo Behaviorismo, uma escola psicológica baseada no estudo objetivo do comportamento. Seu trabalho principal, *Language* (Linguagem) (1933), é considerado por muitos como o texto clássico de linguística estrutural, também tida com o próprio Estruturalismo. Na verdade, Bloomfield, junto com Edward Sapir foi um precursor do Estruturalismo Americano, seguido por seu discípulo Zellig Harris orientador de Noam Chomsky em sua tese de doutorado em linguística no ano de 1955, na Universidade da Pensilvânia. Chomsky, por sua vez, colocou em xeque todo o fundamento da linguística estrutural desenvolvida por Bloomfield, opondo à visão behaviorista deste, uma visão mentalista da língua.

era muito fácil misturá-las. Só no final do século XX, se avolumaram os estudos sobre sintaxe. Para os gramáticos brasileiros, a Lexeologia englobava as duas primeiras partes da gramática, ou seja, era o estudo das palavras isoladas.

Nesse caso, a fim de que se fizesse o estudo das três partes da Gramática, foram escolhidos alguns elementos de cada uma delas. Da Fonologia, escolheu-se falar sobre o som articulado; da Morfologia elegeu-se o verbo; e da Sintaxe, os termos essenciais da oração.

O som articulado difere das demais impressões sensoriais apesar de brotar dos sentimentos de um ser sensível, de acordo com Milani (1994). O ser humano identifica os sons elementares da voz humana e os representa por meio de letras. A diferença entre sons e letras não era palpável para todos os gramáticos, os quais não contrariavam suas fontes. Outros gramáticos entendiam a diferença entre fonema e letra, embora não conseguissem discerni-los corretamente. A Nomenclatura Gramatical Brasileira regulamentou o conceito de fonema e letra e, desse modo, o fonema passou a ser reconhecido como o som da língua e a letra, a representação escrita desse som.

Trata-se das vogais, e é imprescindível que se trate também dos grupos vocálicos ditongo, hiato e tritongo. O ditongo pode ser crescente ou decrescente dependendo da posição da semivogal no conjunto, contudo, a peculiaridade mais relevante é com relação ao tritongo que pode ser classificado como hiato ou ditongo também, visto que muitas línguas, como o português, não aceitam tal classificação.

A diferença entre as vogais e consoantes está na forma como cada uma se realiza. As consoantes são articuladas a partir de partes móveis (lábio, língua, véu palatino, úvula) e imóveis (dentes, lábio, palato, alvéolos), enquanto as vogais são sons produzidos livremente. De acordo com Lopes (2000, p. 15), “tomados aos pares, na sua atividade, um articulador móvel e um imóvel definem o ponto de articulação”. A NGB classificou as consoantes em quatro critérios: modo de articulação, zona de articulação, papel das cavidades nasal e bucal. É de grande importância para a distinção dos fonemas consonantais o trabalho das pregas vocais, as quais dividem as consoantes em surdas e sonoras.

Os encontros consonantais e os dígrafos são a reunião de consoantes numa mesma sílaba. Se as duas têm sons distintos, chamam-se encontros consonantais e se juntas produzem um único som, são dígrafos. Eduardo Carlos Pereira (1920), remontando à língua latina, opta por utilizar as consoantes geminadas. Como ele serve de fonte para muitos gramáticos, outros também se valeram dessa denominação.

Na tradição herdada da Idade Média, não era possível analisar uma palavra como se fez durante o século XX, no que se refere à Morfologia. Esta trata das partes da palavra bem como das classes de palavras, e isto não era claramente explicado pelos gramáticos da primeira parte do século. Segundo eles, a Morfologia era parte da Lexeologia e, devido à singela diferença entre Morfologia e Sintaxe, será explicado nesse texto de que forma as duas se complementam e se confundem.

A diferença que se ressaltava entre nomes e verbos está no fato de que os últimos são especiais e contêm tempo e modo. O verbo, visto sob o prisma da Morfologia, é uma palavra variável nas categorias de modo, tempo, número e pessoa, que na verdade se resumem em duas: modo-temporal e número-pessoal. Isso porque uma única desinência guarda em si duas categorias. Quanto ao tempo, esse se descreve como é realizado ou enunciado; presente, passado e futuro, de acordo com Pereira (1920, p. 100). A resenha feita por Reichenbach explica, de forma relevante, a estrutura temporal. Quanto ao modo, eram confundidos com os tipos de frases, por isso, logo foi necessário traçar a diferença, porque os gramáticos compreenderam que os verbos possuíam formas gramaticais próprias.

João Ribeiro compreendia que os modos verbais poderiam ser quatro: o indicativo, o imperativo, o subjuntivo e o condicional, assim como outros gramáticos contemporâneos dele. A NGB julgou pertinente apenas três dos modos verbais: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo, dissociando-os da ideia de tipologia frasal como ocorria com os gramáticos anteriores a ela.

As conjugações verbais antes eram quatro, assim como em Latim, porque segundo Pereira (1918), o verbo *por* e seus derivados formavam a quarta conjugação. A NGB mudou isso quando justificou que tanto o verbo *por* quanto seus derivados constituíam uma anomalia da segunda conjugação.

Há verbos cujos radicais são variáveis, chamados irregulares, esses, por sua vez, se subdividem de acordo com o tipo de irregularidade prevista para cada um. Sendo assim, os verbos irregulares podem ser classificados em anômalos, defectivos ou impessoais e abundantes. Quanto às pessoas do discurso, quem usou pela primeira vez essa denominação foi Dionísio da Trácia. Depois dele, elas passaram a ser estudadas com os verbos, e os gramáticos brasileiros não se eximiram de continuar esse trabalho. As pessoas do discurso são três: a pessoa que fala, a que ouve e de quem ou do quê se fala.

Então, de acordo com Silveira Bueno (1944), as pessoas do discurso sempre

correspondem ao sujeito da oração. Para Napoleão Mendes (1952), pessoa era um tipo de variação do verbo. Por esses dois exemplos, é possível afirmar que os gramáticos da primeira hora não tinham fixidez de nomenclatura e que a unidade conceitual só veio a existir com a NGB. Outra categoria verbal são as vozes: ativa, passiva ou média e reflexiva ou reflexa. Para Ribeiro (1933), vozes eram a maneira de ser do sujeito ora ativo, ora passivo, ora ambos.

A sintaxe foi o último método de análise a ser estudado como parte elementar da Gramática. A *Gramática de Port Royal* é um modelo de sintaxe psicológica a qual foi usada por vários gramáticos brasileiros. A Morfologia, a Fonologia e a Sintaxe possuem uma inter-relação, segundo Saussure (1972). Isso porque ele partiu de um ponto de vista estruturalista. Contudo, foi apenas no final do século XX que a sintaxe ganhou status de disciplina.

A Sintaxe é o estudo das palavras em conjunto, ou seja, das orações. A oração tornou-se o mais independente dos elementos linguísticos, porque possui verbo e merece ser estudada pela sintaxe, que a divide em duas partes: o sujeito e o predicado. Conforme João Ribeiro (1933), o sujeito e o predicado são os termos capitais sem os quais a oração não existiria. Assim, esses dois termos vinculam-se a duas classes de palavras, o primeiro à dos nomes e o segundo à dos verbos.

Todo esse desenvolvimento gramatical no Brasil desenrolou-se sob alguns aspectos muito relevantes da história, da sociedade, da educação e do alicerçamento da teoria linguística no país. O clima de opinião do século XX, de algum modo, interveio no processo de gramatização nacional. O contexto sociopolítico de cada década foi determinante para a construção dos sujeitos empíricos que construíram os livros de gramática. Eduardo Carlos Pereira, exemplo disso, nasceu em Minas Gerais e mais tarde mudou-se para São Paulo, a fim de fazer o curso superior. Lá tornou-se um líder religioso, professor do famoso Ginásio de São Paulo e um promissor gramático da língua portuguesa.

Volta-se um pouco na história, no século XIX, vê-se que os colégios e os primeiros cursos universitários eram regidos pela Igreja. Com advento da República, as primeiras leis sobre educação foram necessárias para a constituição do que viria a ser a educação brasileira. Leis como as de Benjamin Constant e as de Rivadávia não foram bem sucedidas e, então, foram sendo substituídas por outros modelos, durante todo século XX. Vale ressaltar a criação do SENAI e do SENAC, impulsionada pelo crescimento da indústria e do comércio nacionais.

O processo de sucessão presidencial por todo o século XX foi responsável por boa parte das transformações no ensino e na gramática. No ensino, a criação da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (LDB), em 1948, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1998, contribuíram para o ensino, uma vez que a sociedade exigia mudanças amparadas no crescimento econômico, social e educacional. O país exigia uma mão de obra especializada como aquela formada pelos SENAI e SENAC, mas também queria homens capazes de ler, entender e analisar um contexto, uma situação ou uma realidade. Assim, os estudos linguísticos passaram a ser bastante relevantes para a segunda metade do século XX, os manuais gramaticais estavam pautados sob as teorias da Semântica, da Análise do Discurso, da Linguística Textual, da Sociolinguística e da Pragmática.

Na gramática, a mudança deu-se pela seleção de uma nomenclatura que vigoraria em âmbito nacional a partir de 1959 e que seria interpretada como lei, a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Antonio Chediak e alguns outros professores, contrariados com a falta de unidade da nomenclatura gramatical, que era empecilho para o êxito dos alunos nos estudos gramaticais, propuseram a NGB. Se cada colégio tinha um gramático, cada gramático tinha sua nomenclatura e, seguindo a lógica, se o aluno mudasse de colégio, teria que aprender uma nova nomenclatura para os mesmos fatos gramaticais.

Por iniciativa de Celso Cunha, o Ministro Clóvis Salgado resolveu por em prática a tentativa de unificação da nomenclatura gramatical. Assim, depois de formada a comissão, o Ministro pediu a ela concisão na escolha democrática da melhor nomenclatura gramatical. Não era necessário conceituar, pois isso ficaria a cargo do professor de Língua Portuguesa. Desse modo, em 1959, foi expedida a Portaria número 36, que dizia ser por bem adotar a nomenclatura gramatical brasileira em toda gramática, a partir de então, com o ônus de ser considerada obsoleta a gramática que não obedecesse.

Os manuais de gramática, presentes no ensino desde 1950, só na última década do século tornaram-se atraentes e conquistaram os públicos discente e docente pela modernidade e pela aplicação das teorias linguísticas. Importante lembrar que a função da gramática diminuiu frente ao aparato ilustrativo metodológico e textual dos manuais de gramática, organizados para dar suporte nas aulas de língua portuguesa, principalmente após 1996, quando os PCN foram criados. As gramáticas, atualmente, são usadas como material de apoio e pesquisa nas aulas de língua portuguesa.

A contribuição da Linguística, nesse momento de ruptura com o ensino de gramática, foi incontestável. Câmara Jr., primeiro linguista brasileiro, ministrou o primeiro curso de Linguística no Brasil em 1942. De lá para cá, o interesse por essa ciência só aumentou. Tanto

que, em 1962, o Conselho Federal de Educação estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da Linguística no Curso de Letras.

Este trabalho discute até que ponto as influências de linguistas como Saussure, Chomsky, Labov, Greimas atingiram as universidades e foram responsáveis pela formação dos grupos de estudos dos grandes centros universitários como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, cujos professores haviam saído recentemente do mestrado e doutorado no exterior e estavam prontos para difundirem os estudos linguísticos que, de alguma forma, poderiam modificar as gramáticas do século XX.

Claro que as gramáticas brasileiras atendiam às exigências do programa de ensino da língua portuguesa da época. O maior e melhor colégio do Brasil, o Colégio Pedro II, permite uma visão generalizante de como o ensino de língua portuguesa era tratado na época e de que forma entrosavam-se Literatura, Gramática e Redação.

Segundo Razzini (2000), para o ensino de Literatura, era adotada a *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos Laete e, como base para análises e aplicações de conceitos, os *Lusíadas* de Camões. O estudo de gramática manteve-se inabalável até 1950, quando o ensino de redação mostrava que os estudantes falavam uma língua diferente daquela sugerida pela gramática. Desse modo, a partir da última década do século XX, o ensino de língua materna deslocou-se das regras do bem falar e do bem escrever para a aprendizagem das diversas linguagens trazidas pela inserção dos estudos linguísticos no campo educacional.

Enfim, neste trabalho, a partir das fontes elencadas e do parâmetro historiográfico adotado, continuidade conceitual e ruptura metodológica, foram analisadas duas edições da *Grammatica Portugueza* (curso superior), de João Ribeiro, cuja 22ª edição, datada de 1933, traz na capa o alerta de que a edição foi “inteiramente refundida”, enquanto a primeira é de 1898.

Duas edições da *Gramática Expositiva* (curso superior), respectivamente a 1918 e 1920, de Eduardo Carlos Pereira. Não se propôs o estudo de outras edições dessa gramática, uma vez que nenhuma alteração substancial foi feita, a não ser alterações ortográficas, ou seja, manteve-se a reprodução fiel até a última edição. É pertinente salientar que a *Gramática Expositiva* só deixou de ser editada em 1958, em virtude das modificações implantadas pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Não obstante ter deixado de ser usada de imediato, serviu como exemplo para um grupo muito extenso de gramáticos.

Para que o percurso historiográfico fosse completado, valeu-se das gramáticas de M.

Said Ali, *Grammatica Elementar da Língua Portuguesa* de 1923, de Silveira Bueno, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de 1944, de Napoleão Mendes de Almeida, *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* de 1952, de Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa* de 1966, de Domingos Paschoal Cegalla, *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* de 1970, de Celso Ferreira da Cunha, *Gramática da Língua Portuguesa* de 1980, e de Luiz Antônio Sacconi, *Gramática Essencial da Língua Portuguesa* de 1989.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTORIOGRAFIA LINGUISTICA E GRAMÁTICA

1.1 Sobre os estudos da linguagem do século XVIII ao XX

Desenvolveu-se em toda a Europa uma nova face “[...] de um saber muito antigo e uma ciência muito jovem [...]”, assim Mounin (1968, p. 25) descrevia a Linguística. O autor pode afirmar isto, pois a entende como uma ciência criada pelos primeiros homens que inventaram a escrita. Coube aos Indianos antigos, aos Gregos e posteriormente aos Árabes o aperfeiçoamento da Linguística. Aos primeiros cabia o mérito da análise da palavra, os outros se dedicavam à classificação dos elementos da proposição.

As inovações linguísticas contaram com gramáticos que rearranjaram a língua latina e reformas ortográficas que estimularam o estudo da fonética até o século XVIII. O estudo da linguagem atravessava os séculos e se aprimorava cada vez mais, as gramáticas e os dicionários forneciam descrição de língua e poderiam ser até políglotas. Segundo o curso da História, a fonética progredia assombrosamente, como confirma Mounin (1968, p. 26), “[...] o século XVII e o século XVIII prosseguem em todas as direções: a fonética progride ao mesmo tempo em que a anatomia, apaixonada os inventores e estenografias e línguas artificiais [...]”.

Na perspectiva histórica, a consideração das línguas, apesar de alguns precursores, permanece envolvida por um problema de difícil solução – a origem da linguagem. Nesse contexto de incertezas e hipóteses falsas surge a Gramática Comparada. Após o Renascimento, o estudo sobre a linguagem se expandiu, a coleta sistemática de material serviria como corpus para o estudo comparativo das línguas. Várias foram as gerações de pesquisadores alemães ou que estudaram na Alemanha que pretendiam continuar o trabalho de seus predecessores.

Os estudos sobre a linguagem, no século XIX, concentravam-se no estudo histórico das línguas indo-europeias e os avanços e refinamentos teóricos e metodológicos importantes ocorreram nesse campo. O período foi dominado pela erudição alemã que teve como

contribuição relevante para sua evolução. Humboldt, Whitney ou Friedrich Max Muller¹³, o primeiro alemão, o segundo estudou na Alemanha, e o último deixou de estudar na Alemanha e foi ensinar em Oxford.

O desenvolvimento do método histórico-comparativo do século XIX se deu a partir da descoberta do sânscrito pelos europeus, salientando que os primeiros sanscritistas foram os irmãos Schlegel, Bopp e Pott. Wilhelm von Schlegel é o responsável pela criação da expressão *vergleichende grammatik* (gramática comparada), termo usado como sinônimo de Linguística histórico-comparada.

“Em 1808 Friedrich Schlegel publicou uma obra intitulada *uber die sprache und weisheit der Indier* (Sobre a língua e a sabedoria da Índia [...])”, segundo Robins (1983, p. 137), a intenção de Schlegel era estudar a morfologia ou as estruturas internas desta língua e ele considerava importante chamar a atenção para este ponto porque os primeiros comparatistas estavam focados no confronto entre a morfologia flexional e derivacional do sânscrito com a morfologia de outras línguas européias como o grego e o latim.

Nesse período, Bopp publicou, em 1816, *uber das conjugationssystem der sanskritsprach in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateineschen, persischen, und germanschen sprache* (Sobre o sistema de conjugação do sânscrito em comparação com do grego, latim, persa e alemão). Theodor Benfey¹⁴ contribuiu com esse estudo com o livro: *The history of linguistics and Oriental philology in Germany* (História da linguística e da filologia oriental na Alemanha). No auge do nacionalismo alemão do pós guerra franco-prussiana, Benfey julgava ser os alemães os melhores linguístas e não estava errado.

Não se pode negar que dentre os quatro linguístas mais famosos do século XIX, três são alemães: Grimm (1785 – 1863), Boas (1791 – 1832) e Humboldt (1767 – 1835). O quarto é o dinamarquês Rasmus Christian Rask¹⁵ (1787 – 1832) que em conjunto com Grimm e Bopp foram os primeiros fundadores da Linguística histórica científica. A gramática da língua germânica escrita por Grimm foi considerada o marco inicial da Linguística na Alemanha.

¹³ Nasceu no dia 6 de Dezembro de 1823 e morreu em 28 de Outubro de 1900. Foi linguista, orientalista e mitólogo alemão. Aluno de Franz Bopp e de E. Burnouf, retomou o estudo da Avesta e a publicação do Rigveda-Samhita, que manteve de 1849 a 1874 (6 volumes). Sua obra principal é a coleção *The sacred books of the East* (publicada de 1879 a 1910), fonte essencial da história das religiões e da mitologia comparada.

¹⁴ Ele nasceu em Norten, Alemanha, em 28 de janeiro de 1809, e morreu em Göttingen no dia 26 de junho de 1881. Foi filólogo e ensinava sânscrito e gramática comparada na Universidade de Göttingen.

¹⁵ Dinamarquês nascido em 22 de novembro de 1787, em Brændekilde, faleceu em 14 de novembro de 1832 em Copenhague. Em 1808, foi nomeado assistente detentor da universidade e alguns anos mais tarde professor de história literária. Em 1811 ele publicou em dinamarquês sua *Introdução à Gramática do islandês antigo do Norte e outras linguagens* a partir de manuscritos e impressos materiais acumulados por seus antecessores no mesmo campo de pesquisa.

Rask, por sua vez, foi quem primeiro estudou, de forma ordenada, as relações etimológicas, comparou formas de palavras e estabeleceu correspondências entre sons de uma língua com os de outra. Grimm, após ler o estudo feito por Rask, introduziu em sua *Deutsche Grammatik* (1822), no capítulo que trata *das letras*, a reformulação dos estudos de Rask, ou seja, Grimm organizou sistematicamente as leis fonéticas que recebem seu nome, *lei de Grimm*.

Os dois linguistas, Rask e Grimm, embora cometessem alguns enganos como tratar de *mudanças de letras*, propiciaram definitivas possibilidades de substituição de um som (letra). “No que diz respeito às vogais cometeu o erro de dizer que *a, i, e u* são vogais verdadeiras e que *e e o* são modificações de *a*”. Tal definição influenciou gramáticos do início do século XX como Eduardo Carlos Pereira (1918, p. 9), o qual afirmou que “as vozes – á, í, ú, que ocupam o ápice dos ângulos são primitivas, sendo formadas nos pontos extremos [...] as outras (ó, ô, é, ê) são intermediárias”. Grimm não é declaradamente uma fonte da *Gramática Expositiva*, no entanto, se encontra latente.

Schleicher foi linguista e estudante das ciências naturais, dedicava-se à botânica. É a partir dele que os estudos da linguagem começaram a ter uma interpretação coerente, porque, para ele, cada língua era o produto da ação de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador, e entendia que, ao se estudar uma língua faz-se uma abordagem direta a esse complexo de matérias.

A língua vista como um organismo vivo, no sentido evolucionista, dependia dos traços físicos dos órgãos fonadores dos homens. Assim, a contribuição de Schleicher para a gramática comparativa foi de extrema valia, pois este estudo propiciou uma visão da linguagem e da natureza. A filologia não deixou de ser importante, porque os primeiros linguistas tinham que ser também filólogos, o estudo das línguas mortas dependiam da interpretação de textos escritos. Apesar dos esforços de Schleicher, as duas disciplinas não puderam se desenvolver isoladamente.

A morfologia desenvolve-se, então, como um estudo histórico, que resolveria, nas palavras do orientalista e sanscritista alemão Max Müller (1823-1905), “o velho enigma do mundo acerca da origem da linguagem” (*Apud Matthews*, 1974; 1991:3). Do mesmo modo que, na viagem a bordo do HSM Beagle, as semelhanças entre animais de regiões muito distantes entre si haviam suscitado na mente do biólogo inglês Charles Darwin (1809-1882) a hipótese de ancestrais comuns, as semelhanças entre línguas diversas faziam supor que num passado remoto, de uma língua comum teriam derivado as chamadas *línguas indo-europeias* (ROSA, 2008, p. 34).

O alemão Müller estudou com Bopp na Alemanha. Era um filólogo sancritista que se dedicou aos textos religiosos *Veda*. Apesar da influência de Bopp, ele era seguidor das ideias de Schleicher concordando que a teoria geral da linguagem era uma ciência natural, sua contribuição baseou-se nos métodos e nas descobertas da gramática comparativa.

A grande significação do trabalho linguístico de Max Müller é ter desenvolvido uma teoria geral da linguagem, sob seu aspecto histórico, na base das aquisições da gramática comparativa indo-europeia. Utilizou o método e as descobertas da linguística comparativa indo-europeia como ilustração dos fenômenos linguísticos em geral (CÂMARA JR., 1975, p. 73).

Outro sancritista, aluno de Bopp, foi o norte-americano Whitney que, como Müller, pretendia que a ciência geral da linguagem fosse explicitamente separada da gramática comparada. Ele se preocupava também com as línguas vivas da Europa e, diferentemente de Müller, não era partidário das ideias de Schleicher, mas enfatizava o aspecto social da linguagem. Whitney fez do seu próprio ato de ensinar um campo produtivo para suas pesquisas sobre a aprendizagem da língua, percebia que os sons da linguagem eram produzidos pela imitação dos sons da natureza.

Whitney estudou a respeito da gramática comparada e era um neogramático, por isso, alcançou o mundo romântico, de estudo do indivíduo, em que viveu Humboldt, e o mundo racional, de onde surge Saussure. Para Whitney, a linguagem vem depois do pensamento, contrariamente à ideia de Humboldt para quem a linguagem era a expressão do pensamento humano e não um impulso mental, uma simples atividade. O alemão não era um investigador original da Linguística comparativa, era um popularizador de suas realizações e mereceu respeito, portanto, porque via a linguagem como instituição social, devido à sua concepção de aglutinação e também por causa de sua classificação genealógica, segundo Robins (1983).

Humboldt recebeu influências de importantes filósofos como Johann Gottfried von Herder¹⁶; este considerava as características individuais de manifestações e peculiaridades da nação ou grupo de fala. Neste aspecto, Humboldt acreditava que a língua continha o espírito da nação e de qualquer lugar que se estivesse seria possível reconhecer a nacionalidade do indivíduo por meio dela.

Também era possível perceber a influência de Emmanuel Kant¹⁷ na obra

¹⁶ Johann Gottfried von Herder nasceu em 17 de agosto de 1744, na Prússia e morreu em 18 de dezembro de 1803, em Weimar, Alemanha. Estudou teologia em Königsberg, tendo sido aluno de Kant e de Hamann. Herder é uma das mais importantes figuras da Alemanha e da Europa do século XVIII.

¹⁷ Immanuel Kant ou Emanuel Kant, nascido em Königsberg, 22 de abril de 1724 e falecido em Königsberg, 12

humboldtiana. Segundo a teoria kantiana da percepção, o mundo exterior produz sensações ordenadas pelas categorias impostas pelo entendimento. Entre elas, estão, especificamente, as categorias de tempo, espaço e causalidade. Tal teoria foi adaptada por Humboldt; por ter sido considerada universal, ele atribuiu a ela um caráter relativo e adaptou-a ao campo linguístico empregando três nomes verbais: o perceber, o pensar e o sentir.

O comparatista de influência mais marcante em todo o século XIX foi o alemão Humboldt cujos interesses, diferentemente da maioria de seus contemporâneos, não eram unicamente históricos. Seguindo o filósofo alemão Herder, que estudou o vínculo entre as línguas e o caráter nacionais, Humboldt elaborou uma teoria sobre a forma interna e externa da língua. Para ele, a forma externa da língua estava representada na matéria bruta, os sons; enquanto a forma interna significava a estrutura; a gramática diferenciava uma língua da outra.

A forma externa da língua seria a matéria bruta (os sons) com base na qual as diferentes línguas são moldadas; a forma interna seria o padrão ou estrutura, de gramática e significado que é imposto sobre essa matéria bruta e que diferencia uma língua da outra (WEEDWOOD, 2002, p. 108).

A língua, segundo Humboldt (*apud* MILANI, 1994), representava dinamismo. Isso vale para todos os românticos; a língua era a forma de dar forma aos sentimentos e entendimentos. A capacidade de linguagem era totalmente inerente ao ser humano; a natureza não poderia fazer surgir uma língua porque a linguagem é a estrutura onde o pensamento é acumulado.

Em sequência, vários outros estudiosos se ligaram à corrente humboldtiana entre eles Hermann Steinthal¹⁸, discípulo dele, e Wilhelm Maximilian Wundt¹⁹. Na Europa, surgiram várias correntes neo-humboldtianas a partir dos trabalhos de Johannes Leo Weisgerber²⁰ e na América suas teorias se tornam conhecidas devido às teorias de Benjamin Lee Whorf²¹,

de fevereiro de 1804, foi um filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, indiscutivelmente um dos pensadores mais influentes.

¹⁸ Filósofo e filólogo alemão, nascido em Gröbzig, Anhalt, 16 de maio de 1823, morreu em Berlim, 14 março de 1899. Estudou filologia e filosofia na Universidade de Berlim, e em 1850 foi nomeado privat-docent de filologia e mitologia na instituição. Ele era um aluno de Wilhelm von Humboldt, cuja "obra linguística" editou, em 1884. A partir de 1852, Steinthal residiu em Paris, onde se dedicou ao estudo do chinês, e em 1863 foi nomeado professor assistente da Universidade de Berlim.

¹⁹ Wilhelm Maximilian Wundt (Neckarau, 16 de agosto de 1832 — Großbothen, 31 de agosto de 1920) foi um médico, filósofo e psicólogo alemão e um dos fundadores da moderna psicologia experimental com Ernst Heinrich Weber (1795-1878) e Gustav Theodor Fechner (1801-1889).

²⁰ Foi um linguísta alemão especialista em língua celtas. Nasceu em Metz no dia 25 de fevereiro de 1809 e morreu em Bonn, aos 08 de agosto de 1885.

²¹ Nasceu em 24 de abril de 1897 e morreu em 26 de julho de 1941. Foi linguísta norte-americano que no início da carreira, por ser apaixonado por civilizações e línguas meso-americanas, seguiu os cursos de E. Sapir. A partir

porque os americanos traçam uma linha de teóricos que passa pelas teorias humboldtianas, e por seus tradutores e estudiosos. De acordo com Robins (1983, p. 142), “na linguística americana, sobretudo no campo de estudos das línguas indígenas, é comum traçar uma linha que começa em Humboldt, passa por D. G. Brinton (que traduziu algumas obras de Humboldt), F. Boas e E. Sapir, indo terminar em B. L. Whorf”.

A maior contribuição de Humboldt foi a classificação tipológica das línguas isolantes, aglutinantes e flexionais. Para Robins (1983), a classificação tipológica das línguas, estabelecida por Humboldt, era baseada numa divisão triádica e um determinado tipo de língua pode apresentar características de outro tipo. Milani (1994, p. 202) discorda desse pressuposto, porque, segundo ele, Humboldt não fez tal distinção de forma tão assertiva. Na obra humboldtiana, está estabelecido um grupo para as isolantes e outro para as aglutinantes e flexionais, porque o princípio sistêmico do segundo grupo era semelhante.

A doutrina dos neogramáticos ou *junggrammatiker* provocou uma série de reações; portanto, foi provado o estímulo para a pesquisa e reflexão. A Linguística Histórica ou diacrônica não teria a mesma forma se não fosse o trabalho dos neogramáticos. A essência da teoria deles veio à tona num artigo publicado numa revista fundada por Hermann Osthoff²² e Karl Brugmann²³. Não que as ideias atribuídas aos neogramáticos já não tivessem sido manifestadas, eles as colocaram em evidência.

Em resumo, estiveram sob a influência do movimento romântico, Grimm e seus contemporâneos, e, sob a ótica das teorias do Evolucionismo, Schleicher desenvolveu seu trabalho. Por fim, seguindo o mesmo caminho de êxito traçado pelas ciências naturais, os neogramáticos pretendiam que a teoria da linguagem fosse vista como uma ciência exata.

A preocupação dos neogramáticos era com os dados e leis que regiam essa nova ciência. Para isso, valiam-se da fisiologia e da psicologia para estudar os problemas de mudança fonética. Sob a perspectiva dos neogramáticos, como Hermann Paul²⁴ e Michel Bréal²⁵, as gramáticas dos fins do século XIX já se inspiravam para desenvolver seus estudos

de 1928, tornou-se assistente dele em Yale e redigiu um dicionário e uma gramática hopi e ainda todos os textos considerados da hipótese Sapir-Whorf.

²² Alemão nascido em 1847 e morto em 1909. Pertencia à escola dos Neogramáticos e estudava o indo-europeu.

²³ Nasceu em 1849 e morreu em 1919. Ele foi professor de sânscrito e linguística comparada na Universidade de Leipzig. A fama de Brugmann repousa sobre dois volumes sobre a fonologia, a morfologia e a formação de palavras que ele contribuiu para a de cinco volumes *Grundriss der vergleichenden der Grammatik indogermanischen Sprachen*, publicado entre 1886 e 1893.

²⁴ Nascido em Salbker, 1846 e falecido em Munique, 1921. Foi um Neogramático e estudou em Berlim e Leipzig, e lecionou em Freiburg e Munique. Em colaboração com W. Braune e E. Sievers, publicou trabalhos notáveis sobre as antigas línguas germânicas.

²⁵ Depois de estudar em Weissenburg, Metz e Paris, ele entrou na École Normale Supérieure em 1852. Em

semânticos.

João Ribeiro (1898) afirmava que a expressão “semasiologia” era a criação de Christian Karl Reisig²⁶, em 1839. Assim, paralelamente, o termo semântica foi sendo usado por teóricos como Whitney, que sugeriam duas categorias semânticas: a especialização das ideias gerais e a generalização das ideias especiais. João Ribeiro considerava as duas categorias de Whitney demasiadamente obscuras.

A teoria semântica de Pott, segundo João Ribeiro (1898), estava longe de constituir uma teoria geral da semântica em comparação com a de Whitney, pois o segundo trazia uma definição mais completa e individuada, embora ambas fossem deficientes. A teoria de Bréal foi eleita por Ribeiro a mais completa, pois dava uma ideia aproximadamente exata das leis que regulam a evolução do sentido das palavras. Todavia, a evolução tão esperada por Ribeiro só veio após a semiologia de Saussure.

Quando se traz à tona fontes dos gramáticos do século XX, pode-se ressaltar Karl Vossler²⁷, o qual buscou inspiração em Humboldt sobre a natureza da linguagem e em Benedetto Croce²⁸, filósofo italiano, de quem era amigo. Como Humboldt, Vossler aguçou os aspectos individual e criativo da competência linguística humana. Toda mudança na língua tem o seu ponto de partida em inovações introduzidas pelo indivíduo em seus hábitos de fala. Vossler acreditava que o indivíduo fosse capaz de modificar conscientemente sua língua, e, é claro, havia falantes mais qualificados para mudá-la esteticamente.

Era muito relevante nas gramáticas brasileiras, o fato de existir uma espécie de falante “melhor” que outros no que se refere à produção da língua. Pereira (1918) observava que as autoridades clássicas, como Alexandre Herculano, Antônio Feliciano Castilho, Gonçalves Dias, eram desses falantes mais qualificados para embelezar a língua, o que de fato confirma a teoria de Vossler, sobre uns indivíduos serem mais competentes que outros para esse fim. Os idealistas, segundo Robins (1983), estavam voltados para o uso da literatura,

1857 foi para Berlim, onde estudou sânscrito em Franz Bopp e Weber. Em 1864 ele se tornou professor de gramática comparativa, no Collège de France, em 1875 membro da Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, em 1879 *général inspecteur* para o ensino superior até a abolição do cargo em 1888.

²⁶ Nasceu em novembro de 1792 e morreu em janeiro de 1829. Estudou em Leipzig e foi filólogo.

²⁷ Linguista alemão nascido em Hohenheim, Stuttgart, cujos trabalhos deram notável impulso aos estudos de estilística literária, e assim, juntamente com o suíço Charles Bally, são considerados fundadores da estilística como uma ciência, no início do século XX. Influenciado pelos princípios idealistas de Benedetto Croce, ganhou fama com tratados metodológicos em que expressou sua convicção de que a evolução de uma língua reflete as transformações internas da sociedade que a usa.

²⁸ Croce nasceu em Pescasseroli, 1866 e morreu em Nápoles, 1952. Foi historiador, escritor, filósofo e político italiano. Os seus escritos giram em torno de um largo espectro temático, sobretudo estética e teoria/filosofia da história.

supervalorizando o papel estético no desenvolvimento das línguas. Essa filosofia procedeu até o século XXI.

Todos os exemplos das gramáticas que são *corpus* desse trabalho remetem a um indivíduo, que por sua posição social e política, foi ou é melhor sabedor do uso da língua e, por isto, escreveu esteticamente melhor que os demais falantes. A gramática, por primar pela língua escrita e culta, tomou como verdadeiros os exemplos dos grandes poetas e prosadores.

Nas primeiras décadas do século XX, devido às mudanças sociais constantemente ressaltadas, havia um grupo seletivo de pessoas que sabia e falava “com mais perfeição” a língua portuguesa e pertencia à classe mais abastada que tinha condições de morar fora do país para estudar. Ou muitas vezes, estudavam nos dois grandes centros do país São Paulo e Rio de Janeiro. A maioria absoluta dos gramáticos que foram elencados aqui destacaram-se porque faziam parte dessa elite, e porque a forma de governo elitista previa isso.

Nessa historiografia, deve-se ressaltar a importância de neogramáticos como o inglês Joseph Wright²⁹, o francês Paul Jules Antoine Meillet³⁰, os fundadores da Linguística americana Franz Boas³¹, Edward Sapir³² e Blomfield. Consoante Robins (1893, p. 151), “a doutrina neogramática foi resultado de cuidadosas reflexões e planejamentos, mas as críticas e as reações hostis, respaldadas na teoria e no conhecimento, então existentes, foram imediatas”.

A Linguística, em formação segundo os neogramáticos, tomava novos rumos e, por isso mesmo, influenciava as gramáticas escritas no século que se iniciava. Bom lembrar que o século XIX foi marcado por estudos diacrônicos, e é importante salientar esse aspecto porque os primeiros linguistas do período novecentista foram formados no período cultural oitocentista. E os de formação neogramática, como Saussure e Chomsky, abrilhantavam o século XX.

Na linguística no século XX, vamos encontrar a mesma tensão das épocas anteriores entre o foco “universalista” e o foco “particularista” na abordagem dos fenômenos da língua e da linguagem. Esta tensão aparece explicitamente nas dicotomias de

²⁹ Professor de Filologia Comparada da Universidade de Oxford. Especializou-se em língua germânicas e escreveu uma série de gramáticas introdutórias para o Inglês Antigo, Médio, Alto alemão Antigo e do alto alemão médio e gótico. Ele também publicou uma gramática histórica da língua alemã. Nasceu em 1855 e morreu em 1930.

³⁰ Um dos mais importantes linguistas do século XX. Meillet começou seus estudos na Sorbonne, sofreu influências de Breál e Saussure e os membros da *Année Sociologique*. Nascido em 1866 e morreu em 1936.

³¹ Antropólogo alemão, nascido em 1858 e falecido em 1942 aos 84 anos. Ele ficou conhecido como o pai da antropologia moderna.

³² Nascido em Lauemburg, Alemanha em 1884. Viveu em Nova York, Estados Unidos. Sapir influenciou Whorf e foi influenciado por Boas.

Saussure (langue e parole; significado e significante) e de Chomsky (competência e desempenho; estrutura profunda e estrutura de superfície), sendo que em ambos os autores o objeto da linguística é definido pelo viés do elemento “abstrato”, “universalista”, “sistêmico” e “formal” [...] (WEEDWOOD, 2002, p. 125).

Saussure e Chomsky, os quais se dedicaram ao funcionalismo e aos aspectos pragmáticos do uso da língua, eram criticados pelos linguistas e filósofos da linguagem. Há, nessa época, os que defendiam a língua como uma atividade social sujeita às pressões da ideologia. A intersecção entre a Linguística e outras ciências humanas como a psicologia, a neurologia, a antropologia entre outras, permitia que a Linguística saísse do seu núcleo duro, a microlinguística³³, para avançar em direção à interdisciplinaridade. Daí surgiram a sociolinguística, a psicolinguística, a análise do discurso, antropologia linguística, filosofia da linguagem e, mais tarde, a historiografia linguística. Todas as áreas fartamente providas de bibliografia.

O Estruturalismo, costumeiramente, foi usado como rótulo para qualificar diferentes escolas de pensamento linguístico. Não é mérito de Saussure a inauguração do Estruturalismo, outros anteriores a ele já o haviam feito; dentre os de orientação estruturalista está Humboldt. Saussure criou um método eficaz no estudo sobre a linguagem e aplicou à língua, nisto ele foi inovador, fez-se ruptura. Ele tomou a língua como uma estrutura, um sistema resultante da organização e aproximação de unidades linguísticas.

Muitas ideias esposadas por Saussure já haviam sido, de certa maneira, enunciadas quase um século antes por Humboldt [...] e embora se afirme que há ligações entre ambos, não se pode estabelecer com certeza até que ponto o pensamento do primeiro tenha sido diretamente influenciado pelo segundo (ROBINS, 1983, p. 162).

Certamente, Humboldt foi lido por Saussure e este, embora não o cite claramente no *Curso de Linguística Geral*, deixou explícito e implícito seus preceitos linguísticos. Vale ressaltar sobre a relação língua e nação, que Saussure (1972, p. 29) usou Humboldt para dizer que “os costumes duma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, em grande parte a língua que constitui a Nação”.

O *Curso de Linguística Geral* inaugurou o método estruturalista. Ele é, na verdade, notas de aulas, feitas por dois discípulos de Saussure: Charles Bally³⁴ e Albert Sechehaye³⁵, de

³³ Microlinguística é a visão mais restrita, nela estão contidas a fonética e a fonologia, sintaxe, morfologia, semântica e lexeologia (WEEDWOOD, 2002, p. 12)

³⁴ Foi aluno de Saussure em Genebra e terminou seus estudos em Berlim. Atualmente ele é considerado o fundador das teorias linguísticas de estilo. Junto com Sechehaye organizou o Curso de Linguística Geral de Saussure.

³⁵ Albert Sechehaye nasceu em 02 de julho de 1870, em Genebra e faleceu também em Genebra, em 04 de julho de 1946. Fez parte da Saussurschen Escola de Genebra (Strukturalismus). Foi aluno de Saussure e em parceria

três cursos lecionados pelo mestre entre 1907 e 1911 na Universidade de Genebra. O termo Estruturalismo surge porque Saussure enfatizou que a língua é um sistema, isto é, um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento para formar um todo coerente. A geração seguinte observou detidamente como o sistema se estrutura e o Estruturalismo, então, passou a designar uma nova tendência de análise de línguas.

O Estruturalismo, portanto, compreende que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura. Essa organização dos elementos se estrutura segundo leis internas, ou seja, estabelecidas dentro do próprio sistema (COSTA in MARTELOTTA, 2008, p. 114).

Em suma, o Estruturalismo saussureano se resume em duas dicotomias que retratam o que Humboldt chamava de forma interna e externa, ou seja, para Saussure *langue* se opõe a *parole*, assim como forma se opõe a substância. Nesse caso, língua poderá significar sistema linguístico e fala comportamento linguístico. Segundo Saussure (1972, p. 127), “[...] a língua [...] é social em sua essência e independente do indivíduo [...] é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos [...] a fala [...] psicofísica [...] faz evoluir a língua [...]”. Há uma interdependência da língua e da fala em que a primeira é instrumento e produto da segunda porque sem a língua não existiria fala.

Enfim, é na comparação entre a língua e a fala que se pode inferir enunciados que fazem com que as duas sejam distintas. Logo, não se pode esquecer que o objeto da Linguística, embora a fala seja muito importante, é a língua de cada comunidade com seu léxico, sua gramática e sua fonologia internalizados. São essas características que permitem que todos os falantes entendam a língua da comunidade em que foi educado.

Apesar da influência sociológica, por intermédio de Durkheim, Saussure reconhece que o indivíduo não muda a língua, mas que as mudanças são introduzidas nela por meio da fala. No Brasil, esta era justamente a questão que causava polêmica desde fins do século XIX: “a questão da língua brasileira”, a qual será aprofundada posteriormente nesse trabalho.

A Linguística estrutural foi um dos acontecimentos mais relevantes para o pensamento científico no século XX. O Estruturalismo não ocorreu tão somente na Linguística, mas entre outras áreas das ciências humanas: a antropologia, a sociologia, a psicologia. O mundo começava a ser pensado estruturalmente. Nesse momento, uma geração

com Bally, organizou o Curso de Linguística Geral de Saussure.

inteira de pensadores como Jaques Lacan³⁶, Claude Lévi-Strauss³⁷, Louis Althusser³⁸ e Roland Barthes³⁹, evidenciava em suas obras o trabalho pioneiro de Saussure.

O regulador do funcionamento das unidades que formam o sistema linguístico são normas internalizadas desde cedo pelas crianças na fase de aquisição da linguagem. A língua é um conhecimento social adquirido na convivência com os outros integrantes do grupo. Como se sabe o movimento dos lábios é o ponto de partida para se reconhecer uma língua quando se trata de uma pessoa surda, e não apenas a substância sonora.

Para Saussure a linguagem também deve ser levada em conta, porque o fenômeno linguístico corresponde a duas faces em que uma sem a outra não é válida. São os dois lados da linguagem, um social e o outro individual, respectivamente, a língua e a fala ou *langue* e *parole* porque a língua é um sistema supra individual utilizado pelos falantes como meio de comunicação.

A língua é a parte essencial da linguagem depositada no cérebro de um conjunto de indivíduos que formam uma nação, uma comunidade linguística, cuja existência se pauta num contato explícito estabelecido pelos membros dessa comunidade, de acordo com Saussure (1972). Deduz-se, então, que um indivíduo sozinho não pode modificar ou criar uma língua.

Ao contrário, a fala constitui a parte individual da linguagem, um ato de vontade e inteligência que corresponde a dois momentos: as combinações feitas pelos falantes entre as unidades que compõem o sistema da língua, objetivando à expressão do pensamento e ao mecanismo psicofísico que permite ao falante exteriorizar o pensamento, por meio das combinações produzidas. É a maneira pessoal de atualização do código de uma língua por um determinado falante, num determinado tempo e espaço.

Em suma, o objeto de estudo da linguística estrutural é a língua e não a fala, a qual é tomada como secundária. O espírito da nação está contido na língua, o conhecimento comum a todos, aí se encontra a essência da atividade comunicativa, o que não significa que se possa estudar ou mesmo usar a língua independentemente da fala, pois há entre elas, língua e fala, uma estreita relação que não permite que elas sejam estudadas isoladamente.

Dos termos diacronia e sincronia também depreendem o estudo da língua; ambos são

³⁶ Nasceu em 1901 e morreu em 1981. Psicanalista e psiquiatra francês cujas ideias provocaram um grande impacto no século XX.

³⁷ Antropólogo e etnólogo francês, defensor do Estruturalismo e principal nome da antropologia moderna. Nasceu em 1908 e faleceu em 2009.

³⁸ Filósofo marxista francês, nascido na Argélia, 1918, morreu em 1990. Estudou na *École Normale Supérieure*, em Paris onde se tornou professor. Ele é também um estruturalista.

³⁹ Teórico literário, filósofo, crítico e semiólogo francês. Nasceu em 1915 e morreu em 1980.

termos usados por Saussure, formando outra dicotomia. Sincrônico é tudo que se relaciona com o aspecto estático, e diacrônico diz respeito às evoluções, isto é, sincronia e diacronia poderão designar um estudo da língua e uma fase de evolução.

O estudo sincrônico, de acordo com Saussure, é prioritário já que permite revelar a estrutura essencial da linguagem. A partir das teorias saussurianas, os linguistas encontraram um ponto de partida para o desenvolvimento de novos métodos e teorias provindas da escola de Praga, surgida em 1926, em que linguistas como Nicolai Trubetskoï⁴⁰, Serguei Karcev e Roman Jakobson⁴¹ definiram um novo modelo de análise linguística.

Durante o I Congresso Internacional de Linguistas acontecido em 1928, em Haia, na Holanda, os integrantes da escola de Praga assinalaram a importância da Fonologia no sistema da língua com base nas distinções entre língua e discurso, propostas por Saussure. Sentiram a necessidade de traçar a distinção entre fonologia e fonética, termos usados para definir a ciência dos sons. De acordo com os integrantes da escola de Praga, cabe à fonologia estudar as funções linguísticas dos sons, os fonemas; enquanto a fonética se preocupa com a produção e as características dos sons da fala. A escola de Praga definiu o conceito de fonema como a unidade mínima do significante, situando-o, portanto, no plano da língua, assim como os traços distintivos e funcionais dos fonemas.

Também foram adeptos do Estruturalismo os representantes do Círculo de Linguística de Copenhague (1931) e também criadores da Glossemática, Viggo Brøndal⁴² e Louis Hjelmslev⁴³, inspirados nos conceitos saussurianos de língua e sincronia. Nos Estados Unidos da América, o Estruturalismo surgiu da necessidade de criar um método para descrever línguas desconhecidas e ágrafas o que resultou num enfoque antropológico e etnológico desses estudos.

Destacam-se, nessa vertente, Boas e seus discípulos Sapir e Bloomfield, este último

⁴⁰ Linguista e historiador e príncipe russo, cujos ensinamentos no núcleo da Escola de Praga de linguística estrutural. Foi o criador da Morfofonologia e amigo de Roman Jakobson. Nasceu em abril de 1890 e morreu em junho de 1938.

⁴¹ Nasceu em Moscou, 1896, e morreu em Boston, 1982. Influenciado por Saussure, Jakobson desenvolveu com Trubetskoï técnicas de análise do sistema de línguas inaugurando a disciplina de Fonologia.

⁴² Nasceu em outubro de 1887 e faleceu em dezembro de 1942. Linguista e filósofo dinamarquês. Brøndal recebeu uma educação tradicional em filologia, mas mostrou uma preocupação inicial de problemas teóricos. O filósofo dinamarquês Harald Höffding apresentou-lhe a teoria e história das categorias filosóficas, que era para ser a base de sua teoria da linguística estrutural. Entre suas fontes estão Meillet e Saussure.

⁴³ Fundou o Círculo Linguístico de Copenhague (1931), doutorou-se em filologia comparativa (1932) e com Hans Jorgen Uldall, começou a elaborar a Teoria da glossemática (1935) que chamou de verdadeira linguística, capaz de abordar a língua como um todo auto-suficiente e uma estrutura *sui generis*. Nomeado professor de linguística na Universidade de Copenhague (1937), juntamente com Viggo Brøndal, fundou o jornal Acta Linguística (1939), veículo da linguística estrutural.

que adotou o enfoque behaviorista definindo a linguagem como respostas a estímulos. Bloomfield concentrou seus estudos na morfologia e na sintaxe, considerou a frase como unidade mínima analisável, e esta poderia ser segmentada em outros constituintes: frase sintagmas palavras morfemas fonema. Tal modo de análise restringe a tarefa do pesquisador à identificação de leis de combinações desses segmentos.

As formulações propostas por Bloomfield sob a inspiração do behaviorismo representam, nos estudos linguísticos desenvolvidos nos Estados Unidos durante as primeiras décadas do século XX, uma oposição às ideias mentalistas que defendiam que a fala deveria ser explicada como um efeito dos pensamentos (intenções, crenças, sentimentos) do sujeito falante (COSTA in MARTELOTTA, 2008, p. 125).

No Brasil, o Estruturalismo foi tardio, suas ideias foram divulgadas por Câmara Jr., a partir da década de 1940, como se verá no item 2.2. Os preceitos da Linguística Gerativa foram disseminados, principalmente, por Chomsky, professor do Instituto de Tecnologia de Massachussets, MIT. Segundo Kenedy (in MARTELOTTA, 2008), “a linguística gerativa, ou gerativismo, ou ainda, gramática gerativa é uma corrente de estudos da ciência da linguagem que teve início nos Estados Unidos, no final da década de 1950 [...]” (p. 127). O marco considerado como o início dessa corrente foi a publicação do livro *Estruturas sintáticas*, 1957, Chomsky.

A fim de explicar e descrever o funcionamento da linguagem humana, foi criado um método baseado na matemática e que combate o modelo behaviorista de Bloomfield. Os seguidores de Bloomfield destacavam que a linguagem humana era uma resposta produzida pelo organismo humano mediante estímulos da interação indivíduo e sociedade, cuja linguagem fosse um fenômeno externo ao indivíduo.

Chomsky, numa resenha sobre o livro *Comportamento verbal*, de Burrhus Frederick Skinner⁴⁴, apresentou uma dura crítica ao modelo de estudo da linguagem apresentada pelos behavioristas. Para Chomsky, o indivíduo é criativo com relação ao uso da linguagem, frases novas e inéditas são criadas pelos falantes a todo instante e todos eles têm essa mesma capacidade, seja ele autor de um clássico da literatura ou um analfabeto, é justamente a criatividade o principal diferenciador entre a linguagem humana e a animal.

Chomsky acreditava na capacidade inata, genética, interna do organismo humano que constituía a competência linguística ou faculdade de linguagem do ser humano. Assim,

⁴⁴ Skinner nasceu em Susquehanna, Pensilvânia, 1904 e morreu em Cambridge, 1990. Foi um autor e psicólogo estadunidense. Conduziu trabalhos pioneiros em psicologia experimental e foi o proponente do Behaviorismo Radical, abordagem que busca entender o comportamento em função das inter-relações entre a filogenética, o ambiente (cultura) e a história de vida do indivíduo.

todos os indivíduos humanos nascem com a predisposição para aprender uma língua. A gramática gerativa assume que os seres humanos nascem dotados de uma faculdade da linguagem, que é um componente da mente/cérebro especificamente dedicado à língua [...] todas as crianças [...] são dotadas da mesma faculdade de linguagem (NEGRÃO *et alii* in FIORIN, 2002, p. 96).

O conjunto de princípios linguísticos determinados geneticamente foi chamado de GU (Gramática Universal). Isso se deveu ao progresso dos estudos da Linguística Gerativa no início de 1980. De acordo com Kenedy (in MARTELOTTA, 2008, p. 135), entende-se “[...] por GU o conjunto das propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais [...]”. A herança biológica funciona como um computador que proporciona àqueles que aprenderão uma língua, adquirir a gramática dessa língua.

Esse legado se construiu a partir dos estudos de muitos linguistas, filósofos e estudiosos da linguagem, como os citados aqui, e de forma muito contundente propiciou, mesmo que tardiamente, a formação de linguistas brasileiros nessas linhas de pesquisa. O capítulo seguinte será explicativo sobre como essas influências puderam ser tão bem aproveitadas entre os estudantes de linguística brasileiros.

1.2 Gramatização e gramáticos no século XX

A Gramática é uma ciência milenar e, desde o princípio, está pautada na questão da preservação da boa linguagem; desde Platão e Sócrates, a denominação é o seu eixo central. A tradição vem se desenvolvendo e absorvendo os usuários da língua de forma a fazê-los crer, que a aprendizagem dos termos lógicos e sintáticos vai levar à compreensão de como e por que escrever e falar corretamente. Ela sempre esteve centrada na metalíngua e em seu uso correto, principalmente, no que se refere à língua escrita, modelo a ser seguido numa gramática prescritiva.

A tradição gramatical passou de geração a geração desde Panini, gramático indu, até Pereira e Bechara. Descrever a língua, esmiuçá-la e julgá-la certa ou errada, com base nos escritores literários, que marcaram época, o modelo ainda usado atualmente, e que reforça a tradição herdada há séculos e induz ao argumento de que existe uma forma correta e única de

utilização da língua. Segundo Margarida Petter (in FIORIN, 2006, p. 19), “essa tradição normativa serve de modelo ainda hoje, principalmente nos países onde há a preocupação de desenvolver e fortalecer uma língua padrão; ela fornece argumentos para se acreditar que existe uma única maneira correta de usar a língua”.

Ao se tomar como exemplo, “os falantes mais competentes”, isto é, aqueles que são tomados como exemplo para os demais falantes, os que servem como exemplos para a gramática, para o uso da língua se está desmerecendo a língua falada, julgando-a imperfeita e pobre. A ideologia disseminada por esse tipo de escolha é tida como verdades externas e irrefutáveis, propagadas como únicas e certas e que devem ser consideradas por todos aqueles que a falam. A língua é versátil, ativa e não pode apenas ocupar páginas de um manual de gramática ou de uma gramática da forma como se pretende que aconteça.

Portanto, a Gramática tradicional está no plano das ideias como inspiração de todo gramático de toda e qualquer língua, enquanto a Gramática normativa está no mundo fenomênico, da matéria, a descrição pura e simples da língua transformada em manual de bom uso, ou seja, uma receita para quem quer se comunicar em determinada língua. A primeira é uma criação grega, e a segunda é a forma usada pelos gramáticos normativos brasileiros. Dessa forma, os gramáticos se desdobram para descrever a língua, os gramáticos privilegiam alguns usos, considerados e consagrados como deve ser o uso correto ou o melhor uso daquela língua.

A escola age como guardiã da língua que se acredita ser a língua certa e ainda como propagadora do manual sagrado que contém todos os usos escolhidos por alguns para a comunicação de todos. É na escola onde se obriga a estudar as regras e exceções do uso da língua de forma tão massacrante que as aulas se tornam chatas, enjoativas e enfadonhas. E ainda se sabe que nenhum daqueles que apregoam a boa linguagem faz uso dela em seu cotidiano, tome-se como exemplo o professor de gramática. A preocupação, no entanto, é o fato de a gramática tradicional ter passado incólume por uma revolução científica promovida por Copérnico, Galileu, Kepler, Newton e que fizeram ruir as concepções que foram geridas pelo homem durante dois milênios.

O Brasil viveu um longo período ditatorial que, de certa forma, influenciou a educação e, por isso, fê-la ser uma reprodução de um sistema opressor. O livro gramática era usado como livro didático nas aulas de Língua Portuguesa, com carga horária, durante a década de 1960, de até 20 horas/aula semanais. Devido ao grande esforço para aprender a

língua própria do falante, a gramática se tornou a grande vilã da escola, a normatizadora de tudo, e ao mesmo tempo o objeto de desejo de todos os alunos e professores.

Na década de 1970, quando o ensino se estendeu para todos aqueles que quisessem estudar, uma leva muito grande de alunos mal preparados e que desconheciam a língua falada pela escola invadiram a escola, assim o ensino de gramática começou a decair. Na década seguinte chegaram os professores nem tão preparados assim, mas que falam a língua do aluno, do povo. As ideias linguísticas estavam em processo de ebulição e fez com que muitos desses professores nem quisessem se pautar pelo ensino gramatiquero.

Mas quando se fala em gramática, fala-se do homem, da sociedade formada por ele e da necessidade que ele tem de interagir com os demais, por meio da linguagem. É ele o responsável por codificar e decodificar o mundo e o faz por meio do pensamento que é ontologicamente estruturado e que, por sua vez, estrutura a língua. Ele é o único animal político e capaz de articular os sons e produzir uma gramática da língua falada por ele. Como é comprovado por Neves (2002, p. 18), o homem valendo-se da sua capacidade de reflexão fala da linguagem e do seu desempenho com relação a ela.

Como ser dotado de inteligência, ele guia suas atividades por meio de sua racionalidade e, desse modo cria, constrói sua própria linguagem, a qual propicia que ele seja um ser social, político e produtor de discursos. Ele compartilha o conhecimento já existente na sociedade buscando compreendê-lo. O usuário da língua é responsável pelo bom funcionamento da mesma e só por meio do conhecimento dela é que chega de fato a sua gramática e filologia.

A filosofia platônica dizia que a linguagem era uma forma para se chegar ao auto, ou seja, a própria “coisa”, objeto real e cognoscível. Eram cinco os elementos que tornavam possível o conhecimento; em ordem crescente têm-se o nome, o *logos* (definição), *eidolon* (imagem), só se chega ao *eidolon* por meio da linguagem, *episteme* (ciência), a *nóus* (inteligência) e, por fim, a *autó* (a própria coisa). O *logos*, e o *eidolon*, não têm fixidez, isto é, não há o que impeça de se definir como azul o que de fato é vermelho. A imagem pode ser feita e desfeita ao bel prazer do usuário da língua.

No período helenístico, o filólogo era tido como bom leitor, pois a cultura estava apoiada no ensino e aprendizagem. Nesse período, a cultura que deveria ser preservada era a literatura, a arte dos poetas e mestres da retórica, conduzindo o leitor ao bem falar. Ao filólogo cabia preservar e cultivar a literatura, ele se dedicava ao seu estudo, a fim de

compreender sua cronologia. Mas quando se precisa ensinar e corrigir a língua “corrompida”, não se trata mais do papel do filólogo, mas do gramático que atende ao usuário da língua considerando-o como aprendiz.

O gramático pratica o julgamento com as obras do passado procurando distinguir suas virtudes e vícios para apontá-los aos usuários, elencando os modelos retirados do que ele considerava os melhores. Todos os modelos de gramática são capazes de ditar regras, construir modelos, regular a combinação dos elementos linguísticos. Assim as obras de gramática ditam as regras do bem falar e do bem escrever.

A gramática tem o estatuto de *techné*, como está no Crátilo (431e): é a arte que regula a organização Dos grámmata. A gramática é o sistema regulador da combinação dos elementos linguísticos, constituindo o modelo da combinação dos elementos linguísticos, constituindo o modelo da combinação dos gêneros, como está no sofista (253a) (NEVES, 2002, p. 21).

O indivíduo que vale-se da língua deveria falá-la e escrevê-la da forma mais esteticamente bonita se pautando nos moldes clássicos consagrados pela literatura; nesse caso, as gramáticas estão repletas de bons modelos a serem seguidos. A filosofia e a gramática, constituintes da teoria do signo, complementam-se a fim de criar métodos que permitam desenvolver o pensamento e sistematizar os fatos da língua; a gramática se divide e se organiza.

Os gregos separavam-na em três aspectos: os elementos, as partes do discurso, e as chamadas categorias gramaticais encontradas nos textos filosóficos e gramaticais. Platão separou as partes do discurso e indicou o nome e o verbo como elementos (*práttōn* e *práxis*) formadores do logos. Para Aristóteles, os elementos do discurso se encontravam no plano da expressão, pois todos os discursos tinham o mesmo ponto de partida, a *phoné*, o som da linguagem, a voz. Mais tarde, a gramática alexandrina estruturou-se sobre o procedimento de classificar e definir os temas bem como acontece nas gramáticas atuais. Discípulos de Aristóteles, os alexandrinos vão se valer dos elementos de elocução expressos pelo mestre.

A partir da metade do século XIX, quando no Brasil o estudo da língua portuguesa ganhou status dentro do ambiente intelectual da época, no afã de se provar a diferença entre português falado no país e em Portugal, desenvolveu-se o processo de gramaticalização brasileira que consistia em descrever e instrumentar a língua na base de dois pilares metalinguísticos: a gramática e o dicionário, segundo Sylvain Auroux (2009). A filologia legitimou a prática da gramática que, por sua vez, esteve ligada à ortografia, porque a língua

escrita passou a ser regra. No século XX, com a proliferação da imprensa, a tipologia expandiu-se e a ortografia se tornou um problema, assunto discutido desde as primeiras gramáticas.

Nesse clima, as gramáticas começaram a ser produzidas no Brasil, desligando-se da língua portuguesa. Bons gramáticos destacaram-se e as gramáticas portuguesas deixaram de ser usadas cedendo terreno para as gramáticas nacionais, pois orientação metodológica tradicionalmente portuguesa deixou de nortear as gramáticas brasileiras. Os brasileiros optaram por assumir o processo de gramaticalização no país, e pelo menos duas linhas distintas passaram a ser seguidas, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro.

Como explicou Pereira (1918), uma nova corrente de pensamento e direcionamento dos estudos gramaticais foi iniciada por Júlio Ribeiro. Daí duas correntes estavam no auge: a moderna, ênfase para o elemento histórico, e a tradicional, que se preocupava com o elemento lógico na expressão do pensamento.

Tal divisão no aparecimento das gramáticas brasileiras estava diretamente ligada ao incentivo das instituições escolares e ao interesse da gramaticalização. Em São Paulo, 1907, o professor do Ginásio Oficial, Eduardo Carlos Pereira, publicou a *Gramática Expositiva* e, em 1914, a *Gramática Histórica*. No Rio de Janeiro, o professor do Colégio Pedro II, João Ribeiro, publicou a *Grammatica Portugueza*, em 1887.

Duas filiações distintas, uma que reportava ao naturalismo de tradição anglo-germânica, como a gramática de Júlio Ribeiro; e outra ligada à Gramática Geral em que a linguagem era tomada como expressão do pensamento. Nesta linha, tem-se Eduardo Carlos Pereira, cuja *Gramática Expositiva* só enfraquece com a NGB, em 1959, enquanto Júlio Ribeiro só se qualificou na história da gramatização como lugar de referência, segundo Orlandi (2000, p. 22), “ele (Júlio Ribeiro) estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem estabelecer uma filiação de gramática brasileira”.

Os estudos linguísticos no Brasil engatinhavam rumo a um novo caminho que conduziria ao futuro que esboçava soluções para problemas teóricos. A ciência linguística estava sendo desenvolvida e o período era regido pelo behaviorismo de Bloomfield. Nesse contexto, João Ribeiro se sobressaiu por um conjunto de características que o fizeram modelo para tantos outros.

A diferença entre João Ribeiro e Júlio Ribeiro estava na filiação e na definição de gramática para cada um. Para o primeiro, gramática era regra, uma definição mais formal;

para o segundo, fatos. João Ribeiro estava pautado pelo trabalho desenvolvido pelos neogramáticos em que as leis representavam tendências de um determinado grupo. A gramática era dividida em geral, particular e portuguesa, segundo Júlio Ribeiro. João Ribeiro concordou com as duas primeiras e acrescentou a gramática histórica e a gramática comparativa; a última é atualmente o que se chama de gramática geral.

A preferência pela gramática histórica está declarada no prólogo da 2ª edição, de Ribeiro (1898, p. III), ao dizer que deu maior incremento à parte histórica. Gramática e dicionário eram inseparáveis para ele, que considerava o dicionário uma forma de ensino de fatos isolados e a gramática de fatos gerais. A gramática foi tida como norma desde Maximino Maciel e para João Ribeiro não foi diferente, gramática era norma, arte de falar e escrever corretamente praticada pelas pessoas dotas.

Um defeito de João Ribeiro era a assistemática e falta de curiosidade, quesitos imprescindíveis para um pesquisador. Ele repugnava o espírito geométrico e era seguidor de Vossler, fonte de todos os seus livros. Apesar disto, a Gramática superior de Ribeiro merece reconhecimento por seu manancial de interpretação e soluções. Ao contrário de Ribeiro, Said Ali propunha uma sistematização nítida e uma formulação estruturada em sua gramática.

Esse gramático estava incluído no grupo dos cariocas; ele escreveu num período em que um grande número de gramáticas era publicado, revelando uma preocupação com a organização dos fatos linguísticos, para que se firmasse a influência da ciência da linguagem dos neogramáticos, no século XIX, na Europa, ou seja, a orientação histórico evolutiva. O diferencial de Said Ali se regulava pelo profundo conhecimento da Linguística europeia, especialmente a alemã, do seu tempo. Encontrou, nos neogramáticos, as bases doutrinárias para sistematizar os fatos gramaticais portugueses. Era ele um estruturalista reconhecido por entender a dicotomia saussureana: diacronia, estudo da evolução da língua, e sincronia, estudo descritivo da língua, segundo Câmara Jr. (1975).

A preocupação com a gramática era tamanha que, vinte artigos da *Revista Brasileira de Linguística teórica e aplicada* foram dedicados a esse tema. As tentativas de elaboração desse novo modelo apresentaram características muito especiais como a ruptura com a tradição gramatical ou gramática tradicional, tanto na dimensão descritiva quanto na pedagógica. De acordo com Altman (1998), desenvolveu-se de forma enfática a negação da dimensão histórica e da dimensão “superficial” da língua.

O imposto na recepção de teorias gerativas nas relações inter sentenças, a preferência

do recurso à intuição do linguista como forma de obtenção de dados, fórmulas e diagramas e a preocupação com a teorização eram características presentes nessa nova proposta gramatical. Segundo Altman (1998, p. 201), “não se pode dizer que todos os linguistas estivessem engajados na reelaboração da gramática do português, nos mesmos modelos alternativos ao chamado gerativo-padrão: categorial, polissêmico, casual, construtural”.

Após o período de gramatização no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a gramática constituiu-se como livro didático nas aulas de Língua Portuguesa, e aos poucos, foi sendo substituída pelos manuais de gramática, pois esses continham todo arcabouço teórico e metodológico da disciplina e, mais tarde, da Linguística, que já se constituía como ciência autônoma, a partir das duas últimas décadas do século XX; e segundo, após perder lugar para os manuais, como meio de consulta para quem quer saber regras, normas e nomenclatura.

CAPÍTULO 2

A GRAMÁTICA NO BRASIL: A HISTÓRIA, A EDUCAÇÃO E A LINGUÍSTICA

2.1 O clima de opinião do século XX no Brasil sob o prisma da história e da educação

A ideologia do capitalismo industrial emergente vindo das economias europeias e o Iluminismo estenderam-se às colônias da América devido à dependência cultural. Influenciou de maneira decisiva a liderança da revolução pela Independência, e movimentos, como a Inconfidência mineira, foram precedentes. No Brasil, a revolução em prol da Independência teve início antes da guerra civil de 1822.

No início do século XIX, a sociedade brasileira era alicerçada pela mão de obra escrava e pelos grandes latifundiários. Os brancos, em sua maioria portugueses, deveriam se impor à população local, aos negros e mestiços, porque, de acordo com Neves (2009), a classe dominante detinha o poder político e econômico, além dos bens culturais importados. Entre esses bens estavam a língua, os costumes, todo o espírito daquela nação.

A mineração, no início do século XIX, fez surgir uma classe econômica intermediária, a burguesia, de onde foram recrutados, de acordo com Romanelli (2001), indivíduos ligados ao jornalismo, às letras e à política. O mercado interno foi reforçado pela economia da mineração e, desse modo, a burguesia galgava seu lugar na escala social.

Até mesmo o processo de independência foi endossado pela Revolução Francesa. Com isso, o Brasil tomava novos rumos no que dizia respeito ao ensino de língua, porque se iniciava, no século XIX, uma luta por ideais libertadores. O Romantismo trouxe novas ideias e também influenciou o ensino gramatical brasileiro, para que esse se voltasse para a necessidade de salientar a língua brasileira.

O período que sucedeu à Independência política fez com que a demanda escolar se diversificasse, mas só a população pertencente à classe oligárquico rural procurava a escola, já que, para a burguesia, ela era sinal de ascensão social. Um título de doutor valia mais do que a posse de terras. Dessa forma, a burguesia almejava a mesma educação classificatória das classes dominantes.

No que se refere à aristocracia, nem todos os membros dela poderiam ter acesso a educação, apesar de ela ser voltada exclusivamente para essa classe social. Desse clã, estavam

excluídos as mulheres e os filhos primogênitos, pois a elas cabia o papel de procriar e cuidar dos filhos e do marido, e aos primogênitos, cuidar da herança dos pais, e, para isso, não precisava estudar. Limitava-se, portanto, à educação escolar concedida pelos jesuítas, porque o ensino jesuítico ministrado era completamente alheio à vida da Colônia. Não tinha a intenção de qualificar para o trabalho, nem muito menos era destinado “a dar cultura”, não podia contribuir para as modificações socioeconômicas do Brasil.

Essa reviravolta socioeconômica fez com que a escola também ficasse diferente. Escolas primárias e médias estavam nas mãos de eclesiásticos, como o seminário de Olinda, fundado pelo bispo Azeredo Coutinho. A reforma pombalina ainda criou as aulas régias; desse modo, pode-se dizer que a educação básica estava nas mãos da Igreja.

O príncipe regente, D. João, foi o responsável pela criação dos primeiros cursos superiores não ligados à igreja. Além disso, distinguiam-se as escolas superiores da Marinha e da Academia Real Militar e da Missão Cultural Francesa. Um processo de autonomia nascia junto com o ensino superior e culminaria com a independência política. Independência era a palavra de ordem para os brasileiros no século XIX. A dependência de Portugal estava fazendo com que o Brasil ficasse cada vez mais parecido com o colonizador, embora ela ainda fosse necessária tanto econômica, cultural quanto intelectualmente.

No que tange à literatura do século XIX, esta primava pela beleza da liberdade que, de certa forma, falava sobre o pensamento dos estudantes da época. As escolas assimilavam as influências estrangeiras bem ao gosto brasileiro. Com sabor de brasilidade eram também os estudos linguísticos que se delineavam no período. Eles eram baseados em modelos greco-romanos e iam “[...] ao encontro de pressupostos filosóficos e normativos”, segundo Franco (2004, p.95). Desse modo, acentuavam-se os debates acerca da formação da brasilidade do povo brasileiro, a começar pelo ponto mais forte, a língua de uma nação.

A língua, a partir da Independência brasileira (1822), tendia a ficar cada vez mais diferente da de Portugal. Foi-se constituindo a passos lentos a língua brasileira, falada pelo povo, eternizada pela literatura, mas não tão bem-vinda à gramática, sempre imune às mudanças sociopolíticas do período. A distinção entre a metrópole e a colônia não se resumia à língua. O Brasil primava por valorizar mais suas origens, as raízes indígenas, segundo Teyssier (2007, p. 96-97), “[...] deixar-se-á influenciar pela cultura da França e acolherá também imigrantes europeus de nacionalidade diversa da portuguesa”. E segundo esse autor esta casta de brancos europeus mistura-se aos índios e africanos para “branquear” o Brasil

contemporâneo.

O avanço e o processo industrial crescente tanto na Europa quanto no Brasil só foram possíveis no Brasil a partir do século XX. Expandia-se uma clara efervescência de ideias que tendiam para a modernidade sem, contudo, se furtar de passar pelo Simbolismo, época marcada por grandes poetas brasileiros como Joaquim Osório Duque Estrada, autor do poema que resumiria toda a brasilidade imanente no povo, o *Hino Nacional Brasileiro*.

Desde a Constituição da República, em 1891, a consagração do sistema dual de ensino incumbiu-se de, além de ministrar aulas de línguas, gramática e retórica, preparar para o mercado de trabalho. À União cabia o direito de criar e controlar o ensino superior e o secundário e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal; aos Estados criar e controlar o ensino primário e o profissional (escolas normais e técnicas).

A fim de atender aos anseios da sociedade que já pressionava os órgãos competentes para suprirem essa necessidade, o advento do Modernismo veio caracterizar o rompimento com o passado, porque, politicamente, o Brasil estabilizou-se durante o regime republicano, fez-se necessária a contratação de mão de obra estrangeira para suprir o trabalho escravo. Essa nova remessa de trabalhadores libertos foram, aos poucos, adaptados às novas regras exigidas pelos empregadores; a principal delas era o aprimoramento profissional que se dava, em via de regra, por meio da escolarização.

Em decorrência da imigração, novas culturas se fundiram à brasileira, outros comportamentos, outras religiões fizeram com que o governo brasileiro tomasse determinadas precauções, a fim de preservar o patrimônio e a hegemonia nacionais. A preservação da nacionalidade e a Língua Portuguesa passaram a ser símbolos da unidade nacional.

No Brasil, o sentimento nacionalista provocou mudanças em todos os campos, do político ao educacional. A língua portuguesa passou a ter ensino obrigatório em território nacional. As palavras indicativas de prioridade para o momento eram *ordem e progresso* para uma pátria em construção. O ensino tomava novos rumos, assim como a metodologia de ensino. Com isso, mudaram-se as Leis Educacionais, a fim de modernizar o sistema, sem contudo privilegiar o público-alvo.

Foram inúmeras e infrutíferas as reformas educacionais. Nesse período de transição, a repercussão das mesmas, em ordem prática, era nula, e embora as tentativas de mudança conseguissem mascarar o quadro de analfabetismo que, até 1930, era de 80%, o povo ainda continuava relegado a segundo plano e as chances de crescimento intelectual eram

praticamente inexistentes. O país passava por um período conturbado na política e na economia.

A *reforma Benjamin Constant* (1890) pretendia proporcionar à mocidade brasileira o direito à educação necessária, para que se ingressasse nos cursos superiores e formasse bons cidadãos na vida social. Essa reforma teve como mérito romper “com a antiga tradição de ensino humanístico [...] não teve [...] o cuidado de pensar a educação a partir da realidade dada, pecando, portanto, pela base e sofrendo dos males de que vão padecer quase todas as reformas educacionais que se tentou implantar no Brasil”, segundo Romanelli (2001, p. 42). A bem da verdade esta reforma nem saiu do papel.

Outras propostas de leis educacionais se seguiram. A *reforma Epitácio Pessoa* (1911) procurava proporcionar cultura intelectual para matrícula nos cursos de ensino superior em ciências e Letras. A *Lei Orgânica de Rivadávia Corrêa* chegou a ocasionar um retrocesso na revolução do sistema, trouxe resultados desastrosos, porque primava pela liberdade e autonomia. Em seguida, a *reforma Carlos Maximiliano* (1915) apresentou uma contra marcha, pois, pretendia ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental e, para tanto, como apresenta Romanelli (2001), “[...] reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores” (pp. 42 – 43).

A última tentativa de aperfeiçoar o ensino no período foi a *reforma João Luís Alves* (1925), a qual pregava o ensino como base indispensável para a matrícula nos cursos superiores, preparação para a vida e fornecimento de cultura média geral do país, ou seja, foram 35 anos de intensas medidas educacionais, a fim de alavancar o ensino. Com a oficialização do ensino de Língua Portuguesa em toda a extensão brasileira, as gramáticas adquiriram status de tábuas de lei contendo todo o arcabouço cultural, intelectual e filosófico da língua.

A primeira república, também designada *República Velha*, *República Oligárquica*, *República do Café*, com tantos adjetivos, só podia ter um significado, um governo para poucos, um governo não propriamente democrático, mas controlado por uma elite. Grandes coronéis proprietários de terras mandavam e desmandavam, era a política do café com leite, cujos líderes eram fazendeiros paulistas e mineiros.

Ainda assim, nesse conturbado período político, falava-se em educação e pedagogia. Os decretos educacionais do final do século XIX e início do século XX não se implantaram devido à falta de infraestrutura e apoio da elite; a oligarquia do café era avessa a qualquer

inovação. Além de tudo, a reação da Igreja Católica não era nada animadora com relação às novidades positivistas atribuídas ao governo republicano.

Na década de 1920, surgiu um entusiasmo pela educação e um otimismo pedagógico. A *Liga Nacionalista de São Paulo*⁴⁵ fez um relatório sobre a educação no Brasil em que se comentava o maior dos males brasileiros: o analfabetismo que impossibilitava o acesso à cultura, ao civismo e à política. A incapacidade para um maior número de profissões e o atraso nos processos agrícolas e industriais eram causados pela falta de escolarização. Enfim, o fato de que a *Constituição Federal* impedia o analfabeto de expressar vontade política.

A *Revolução de 1924* impunha que a direção do país fosse confiada a um governo ditatorial até que pelo menos 60% dos cidadãos, maiores de 21 anos, fossem alfabetizados. Essa mesma década foi marcada pelo confronto de ideias divergentes influenciadas pelos movimentos europeus, que terminou com a crise mundial de 1929, a qual repercutiu diretamente na produção agrícola do país.

A década de 1930 foi o marco referencial para a entrada do país no mundo capitalista. O Brasil investiu no mercado interno e na produção industrial respaldado pela acumulação do capital no período anterior. A realidade brasileira mudou, exigia-se mão de obra qualificada, era preciso investir em educação. Desse modo, essa foi uma década muito produtiva, criou-se o *Ministério da Educação e Saúde Pública*, em 1930, e no ano seguinte o governo sancionou decretos organizando o ensino secundário e as universidades. Tais decretos ficaram conhecidos como *Reforma Campos*.

Francisco Campos havia assumido o Ministério da Educação e Saúde recém-criado pelo governo Vargas e, assim, à primeira vista, ele queria organizar a educação nacional. A *Reforma Campos*, segundo Aranha (1996, p. 201), “[...] dispõe sobre o regime universitário, trata da organização da Universidade do Rio de Janeiro, da criação do Conselho Nacional de Educação, do ensino secundário e do comercial”. O ensino secundário sofreu reformulações e se dividiu em dois ciclos: um fundamental, cinco anos, e o complementar, dois anos que também visava à preparação para um curso superior.

As novas orientações dos decretos de Francisco Campos voltaram-se para uma maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa e benefício para a comunidade. A *Universidade de São Paulo* foi a primeira a se organizar nesses moldes em 1934. Nos anos seguintes, criou-se a *Universidade do Distrito Federal*, no Rio de Janeiro, e para o cargo de

⁴⁵ A Liga de Defesa Nacional fundada no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1916, por iniciativa de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon.

professor foi convidado o pedagogo Anísio Teixeira. Outras universidades foram reconhecidas no período, como a *Faculdade de Filosofia de São Bento*, em São Paulo, fundada em 1808, que se uniu à *Universidade Católica de Louvain*, na Bélgica, em 1911.

Em 1937, o Brasil já contava com professores secundaristas formados aqui. Era uma nova época para os *práticos* no magistério ou autodidatas que começaram a se renovar e enriquecer com especialistas formados na *Faculdade de Filosofia*. A ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) suspendeu os direitos e garantias individuais, Vargas decretou estado de guerra por causa da ameaça comunista; o cargo de presidente estava para ser ocupado por outro no segundo semestre de 1937. Getúlio Vargas, no entanto, não estava satisfeito em deixar o poder, daí foi lançado o plano Cohen⁴⁶, um falso plano comunista, planejado pelo integralista Capitão Olímpio Mourão Filho.

Em setembro de 1937, Vargas fecha o Congresso Nacional e anuncia, em cadeia de rádio, a nova Constituição elaborada por Francisco Campos. A Constituição recém-elaborada concedia muitos poderes ao ditador como o poder de fechar o Congresso Nacional, nomear interventores estaduais, governar até que fosse realizado um plebiscito para medir a satisfação popular com o Estado Novo, acabar com a liberdade de expressão da imprensa, e com os partidos políticos.

Toda a economia estava centralizada nas mãos de Vargas que supervalorizava as indústrias da época e sonhou alto com investimentos como a Usina Hidrelétrica Paulo Afonso, a Companhia Vale do Rio Doce, o Conselho Nacional do Petróleo, a drenagem do Rio São Francisco, fábrica de aviões, construção de estradas de ferro e de rodagem. Com um empréstimo junto ao Ex-Im Bank⁴⁷ que propiciou a entrada do Brasil na *Segunda Guerra Mundial*, Vargas planejou também a Usina de Volta Redonda.

O que de fato importa saber é que a nova constituição atenuou o impacto de algumas conquistas educacionais, sobretudo as relacionadas com a responsabilidade do Estado. Voltaram-se os holofotes para a iniciativa privada, ainda assim, a oferta de escolarização foi ampliada. Segundo Aranha, o período de 1930 a 1940 foi propício ao desenvolvimento do ensino primário e secundário que alcançou níveis inimagináveis.

⁴⁶ Plano Cohen foi um documento escrito pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho, na época membro do Serviço Secreto, a pedido de Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, de ideologia nacionalista, com a intenção de simular, supostamente para efeitos de estudo, uma revolução comunista no Brasil

⁴⁷O Export-Import Bank of the United States (Ex-Im Bank) - o órgão oficial de crédito para exportação dos Estados Unidos - dá apoio às compras de mercadorias e serviços americanos por compradores internacionais com capacidade de obtenção de crédito em condições não disponíveis junto a fontes tradicionais de comércio e financiamento estruturado.

De 1936 a 1951, o número de escolas primárias cresceu duas vezes e as de nível secundário quadruplicou, embora a expansão não tenha sido homogênea, os estados mais desenvolvidos levaram vantagens. O ano de 1945 foi marcado pelas eleições presidenciais que se deveram ao fim do Estado Novo, contribuíram para o fim dessa época o *Manifesto dos Mineiros*, de 1943, liderado pelos políticos mineiros fundadores da *União Democrática Nacional*⁴⁸ (UDN).

Enfim, devido às pressões haveria eleições naquele ano. Então, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, os eleitores tiveram plena liberdade de escolha; o *Partido Comunista* participou das eleições pela primeira vez. O governo de Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da guerra de Vargas, durou de 1946 a 1951. A *Segunda Guerra Mundial* dividiu o mundo em duas partes: a norte-americana e a soviética. O Brasil se alinhou à primeira. Com a política adotada por Dutra, o PIB cresceu 8% ao ano e foi criado o *Plano SALTE*⁴⁹, cuja finalidade seria coordenar os gastos públicos.

É importante destacar que a *Reforma Capanema* propiciou algumas regulamentações via decretos-leis. Em 1942, a *Lei Orgânica do Ensino Industrial* e, em 1943, a *Lei Orgânica do Ensino Comercial* propiciaram o surgimento de dois centros de ensino importantes para o país até hoje. São eles, respectivamente, o SENAI, *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*, organizado e mantido pela *Confederação Nacional das Indústrias*, contendo cursos de aperfeiçoamento e aprendizagem direcionado à indústria. E o SENAC, *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial*, sustentado pela mesma iniciativa do anterior e pelo tripé da economia brasileira.

Estava formado o tripé sobre o qual iria se apoiar a economia brasileira. O processo de acumulação ancorava-se num setor de bens de capital predominantemente vinculado ao Estado; no de bens duráveis multinacional, impulsionador do processo, e, finalmente, num setor de produção de bens de consumo baseado no capital nacional (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 31).

Nos anos de 1952 e 1953, ocorreram intensas lutas entre conservadores e progressistas. O grande êxito dos conservadores foi o enfraquecimento do apoio militar a Vargas. Em fins de 1953, o *Congresso Nacional* aprovou a criação da PETROBRÁS. A situação, cada vez mais insustentável para Vargas, fez com que ele se suicidasse, deixando a

⁴⁸ União Democrática Nacional (UDN) foi um partido político brasileiro fundado em 7 de abril de 1945, frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas e de orientação conservadora.

⁴⁹O Plano SALTE (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi um plano econômico lançado pelo governo brasileiro de Eurico Gaspar Dutra. O objetivo do SALTE era estimular e melhorar o desenvolvimento de setores de saúde, alimentação, transporte e energia por todo o Brasil, assim ajudando e melhorando as condições de vida da população brasileira, que mais tarde agradeceu pelo conveniente.

população surpresa. O fato significou muito para a política; os políticos temiam reações adversas, por isso, não quiseram instalar de imediato a ditadura militar.

Então, concordaram com a subida de Café Filho, vice-presidente, ao poder. Novas eleições tornaram Juscelino Kubitschek de Oliveira o novo presidente, tendo como vice, João Goulart. O lema de Kubitschek, “cinquenta anos em cinco”, pretendia fazer o país progredir meio século em cinco anos e, para isto, ele não mediu esforços. Juscelino teve vários acertos, entre eles a criação da nova Capital Federal, Brasília, em 1960. No entanto, os erros também foram grandes, ele precisava de recursos para fazer o país progredir rapidamente, contraiu dívidas e rompeu com o *Fundo Monetário Financeiro* (FMI), porque o mesmo não aceitava os altos índices de inflação do Brasil.

Juscelino promoveu um nacionalismo diferente, atípico, baseado no capital estrangeiro, tecnologia importada e crescimento da dívida externa, gerando a crise da *República Populista*. Jânio Quadros sucedeu Juscelino. Ele, com sua vassourinha, pretendia varrer a bandalheira instaurada no país. Assim que Jânio renunciou, o turbulento governo de João Goulart teve início, e só foi interrompido pelo golpe militar de 1964. Mesmo em meio a tudo isso, o país vivia a esperança do desenvolvimento a passos largos.

Justamente em 1961, pela primeira vez a UDN levava seu candidato – Jânio Quadros – à presidência da República, mas sua vitória foi mais ilusória que real [...] Sua renúncia reabriu as velhas feridas e a crise para a posse de João Goulart – vice-presidente eleito pelo PTB – gerou crescente polarização (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 12-13).

Durante esse tempo em que os presidentes se sucediam após a morte de Vargas, a educação não poderia ser esquecida, às vezes, ficava à deriva, contudo nunca totalmente no ostracismo. O ministro Clemente Mariane, em 1948, apresentou o anteprojeto da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB) com base em apontamentos feitos por docentes, sob a orientação de Lourenço Filho. O percurso do projeto foi longo e tumultuado, se estendendo até 1961, quando foi promulgado.

Concernente à educação em específico, todas as constituições brasileiras foram, ao longo do tempo, incorporando tênues conquistas num ritmo historicamente lasso, bem como de resto foi todo o processo de conquista dos direitos políticos e sociais, se não fosse a *Organização das Nações Unidas* instituírem os direitos de igualdade do cidadão.

Na verdade, somente a partir de 1948, com a Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), é que grande parte de países como o Brasil se deu conta de que todos serão iguais perante a lei, de fato, à medida que todos tiverem direito ao

trabalho, à moradia, à saúde, à educação, à livre expressão, a uma vida digna, enfim (CARNEIRO, 2010, p. 21).

A lei demorou, mas foi promulgada e deu origem à *Lei 4024/61*, a primeira *LDB* que só foi aprovada depois de onze anos de intensas lutas. A constituição de 1967, inspirada na ideologia de segurança nacional, fortaleceu o ensino particular, inclusive com recursos públicos direcionados a ele; mais uma vez o governo se isentou da responsabilidade com a educação de base. Outro ponto divergente era que havia uma lei que permitia o trabalho infantil a partir dos 12 anos, enquanto, nesse mesmo período, o ensino fundamental passava de sete para quatorze anos. Além de tudo isso, o governo dava bolsas para os alunos que quisessem estudar em escolas particulares, assim, não precisava investir em escolas públicas.

A Constituição foi reformulada pela *Junta Militar*⁵⁰ que assumiu a presidência por medo que um civil o fizesse. O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco não era a favor disso. Costa e Silva, outro presidente brasileiro, enfrentou muitas intempéries durante seu governo, como as manifestações de estudantes, operários e políticos que o obrigaram a dar uma resposta fulminante: a instituição do *Ato Institucional número 5* (AI – 5), dando enormes poderes ao ditador. Em meio a toda essa conturbação, a nova Constituição preservou muito da antiga e a parte mais obscura do texto constitucional de 1969 foi relativo às atividades docentes.

A escola sofria com a vigilância permanente dos agentes políticos do Estado. Foram praticados vários Atos Institucionais contra a liberdade docente. No final de 1969, o Congresso foi reaberto para receber o nome do novo presidente: Emílio Garrastazu Médici que governou de 1969 a 1974. Ele conduziu o país com mãos de aço, havia nas ruas uma verdadeira guerrilha urbana que fazia o povo temer até sair para ir à escola. Nesse período, chamado *milagre econômico*, o Brasil cresceu 11% ao ano.

A segunda Lei de Diretrizes e Base surge desse emaranhado de sensações propiciadas pela política, economia, sociedade. A *Lei 5.692/71*, reforma do ensino de 1º e 2º graus, teve um processo de geração muito lento, ainda que impermeável a debates e a participação da sociedade civil. O processo foi atípico porque a política asfixiava as universidades, obrigando-as a se confrontarem com o poder estabelecido. A reforma, desta vez, começou pelo ensino superior, antecipando-se aos demais níveis.

A *Lei 5.692/71* sofreu três anos de atraso; ela nasceu de fato da *Lei 5.540/68* que era

⁵⁰ A junta militar foi integrada pelas três Armas: a chefia competia ao General Aurélio Lira Tavares, ao Almirante Augusto Rademarck e ao Brigadeiro Márcio de Sousa Melo. Eles governaram por dois meses: de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969.

voltada especificamente para o ensino superior. Segundo Carneiro (2010, p. 30), essa lei extinguiu “[...] a cátedra, a estrutura da universidade passava a ser prioritária como forma de organização do ensino superior [...]”. Assim, o ensino, a pesquisa e a extensão de instituições isoladas assumiam natureza privada.

A lei de 1971 tratava do ensino de forma seccionada, porque estava focada na pré-escola e no 1º e 2º graus, deixando de lado o ensino superior. Essa lei tinha como fonte de vida a substância educativa que estava sendo substituída, segundo Carneiro (2010), por uma mera razão técnica com prejuízos para o processo educacional. A nova lei representava mudanças radicais à estrutura de ensino vigente. O primário, de quatro anos, e o médio ginásial de três transformaram-se num ensino de oito anos. O ensino de segundo grau oferecia um currículo universal que atendia a gama de habilitações profissionais.

Em março de 1974, após o término do Governo Médici, assumiu o poder o General Ernesto Geisel que iniciou um processo de abertura política. Os jornais, o cinema, o teatro, as obras de arte foram liberados da censura. Em 1977, a oposição recusou-se a aprovar um projeto de *Reforma Judiciária*, então, Geisel criou o *Pacote de Abril*⁵¹. Em 1979, ele extinguiu o AI-5, e nesse mesmo ano, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a Presidência.

No Governo de Figueiredo, as manifestações populares se avolumaram, os operários e os funcionários públicos faziam constantes greves em prol de melhores salários. Os brasileiros exilados do país ganharam anistia política e, comprovando o crescimento intelectual e político, em 1982, as eleições seriam diretas e asseguradas pela constituição. Partidos vários surgiram nessa época, inclusive o *Partido dos Trabalhadores* (PT).

O movimento pelas *Diretas Já* cresceu, pedindo que houvesse eleições e que o sucessor de Figueiredo fosse um civil. A primeira mobilização pelas Diretas ocorreu em meados de 1983, em Goiás, conforme Rodrigues (1994, p. 18), “a mobilização popular pró-diretas começou a tomar corpo em meados de 1983, quando da realização de um ato público em Goiânia ao qual compareceram 5 mil pessoas”. Em 25 de janeiro de 1984, ocorreu um comício em favor das Diretas, em São Paulo, na Praça da Sé. Outro comício, com o mesmo fim, aconteceu em abril, em frente à Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro.

Em 1985, Tancredo Neves foi eleito. Enfim, um Presidente Civil, eleito pela maioria.

⁵¹ Durante o fechamento do Congresso, Ernesto Geisel decretou medidas que viabilizassem a permanência da maioria governista no Senado. Tais medidas ficaram conhecidas como Pacote de Abril, que permitia a votação indireta de um terço do corpo do Senado.

Contudo, sucedeu o governo anterior por pouco tempo. Na verdade, Tancredo nunca chegou à Presidência, pois foi internado no Hospital de Base de Brasília, um dia antes da posse, depois para um hospital em São Paulo de onde só saiu morto. José Sarney, seu vice, havia assumido seu lugar e, com a morte dele, prosseguiu até o fim do mandato.

Segundo Mendonça e Fontes (1996, p.88), Tancredo era um experiente político conservador; reforçava a tese de que ele seria capaz de assegurar à Nova República. À comoção causada por sua morte instaurou a insegurança quanto à condução de José Sarney, seu sucessor e ex-presidente da Arena.

Em 1986, Sarney lançou o *Plano Cruzado*, era uma tentativa de minimizar os impactos da alta do dólar e diminuir a inflação. Nesse mesmo ano, foram realizadas eleições para o poder legislativo estadual, federal e para os governos estaduais. O cunho político do período era excludente, à medida que inviabilizava as reformas do ensino universitário e da educação básica.

Com todas essas medidas governamentais a sociedade cresceu, politizou-se e a educação, de forma não muito assaz, tinha como inspiração o mercado de trabalho com visão desfocada das transformações das estruturas sociais e econômicas do país. A resistência por parte da sociedade retardou em onze anos a *Lei 7.044/82*, que revogava os dispositivos que tornavam a profissionalização obrigatória.

Em março de 1990, Fernando Collor de Mello foi o trigésimo segundo presidente da República, o primeiro eleito pelo voto popular de homens e mulheres maiores de 18 anos, depois de quase trinta anos de ditadura. Durante o governo dele, entre outras coisas, foi criado o *Estatuto da Criança e do Adolescente*⁵²(ECA) e o novo *Acordo Ortográfico* realizado pelo Brasil e os outros países lusófonos.

Fernando Collor era o representante dos tradicionais políticos de direita que congregavam interesses desde o latifúndio até interesses dos grandes industriais e banqueiros. Mesmo com toda a popularidade conquistada por ele, não tardou para que o seu governo começasse a ruir. Zélia Cardoso de Melo, ministra da Fazenda, tomou atitudes drásticas para atenuar o grande impacto da grave crise da hiperinflação.

O Congresso Nacional foi obrigado a instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção, e o processo de Impeachment foi aberto logo em seguida. O povo, de volta às ruas como em 1964, manifestou-se a favor do

⁵² A lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

afastamento de Fernando Collor. Uma das manifestações mais relevantes foi promovida pelos estudantes do Ensino Médio e universitários, e ficou conhecida como *os cara pintadas*, movimento ocorrido sob a tutela de um regime democrático e que contribuiu para que o presidente perdesse seus direitos políticos.

A educação estava sucateada, professores desestimulados pelos baixíssimos salários e ainda assim conscientizando seus alunos sobre a importância de não se deixar silenciar por forças maiores. Segundo Aranha (1996, p. 225), “[...] na década de 90 setores da sociedade civil tem se expressado com maior autonomia, fazendo pressão contra a corrupção e os desmandos do governo e exigindo os direitos dos cidadãos”. O Brasil ainda tinha jeito, a juventude lutava pelos direitos civis dos indivíduos que se instauravam numa sociedade sofrida pelos anos de ditadura.

Após a renúncia de Collor, seu vice, Itamar Franco, foi empossado. O governo de Franco foi marcado por dois importantes conhecimentos, um político, outro econômico. Com relação ao primeiro, o presidente realizou um plebiscito em que os brasileiros deveriam decidir sobre o regime político (monarquia ou república) e qual a forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) o Brasil deveria adotar.

Na economia, ocorreu o segundo acontecimento importante, ele implantou o *Plano Real* sob a coordenação do Senador e Ministro Fernando Henrique Cardoso. O plano previa o controle da inflação e a estabilização econômica. Em curto prazo, os resultados do plano foram ótimos, porque ocasionou a queda da inflação e o aumento do poder aquisitivo da população. Contudo, a longo prazo, os economistas previam enormes desempregos. E, nessa conjuntura política, o nome do Ministro da Fazenda foi lançado para concorrer à sucessão presidencial.

Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo e respeitado intelectual, foi eleito presidente da República e, assim, a continuidade política e econômica foi mantida. Esse foi o governo que propôs projetos de mudanças mais consistentes na estrutura e no funcionamento do Estado brasileiro. FHC governou por dois mandatos, de 1995 a 2002. As mudanças no campo educacional foram bastante consistentes durante toda a década de 1990, mas muito mais férteis nesse governo.

Desde o golpe militar de 1964, quando foram abortadas as iniciativas de revolucionar a educação brasileira sob a alegação de que as propostas eram subversivas demais, o país voltou a se preocupar com o motivo que fez iniciar todo esse movimento: a preocupação com

o analfabetismo que ainda era grande. Foi criado o *MOBRAL*⁵³ uma tentativa fracassada que deu lugar à *Fundação Educar*. A *Lei 5.692/71*, que regia a educação de cunho profissionalizante, na década de 1990, foi substituída pela *LDB 9.394/96* e pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) que passariam a proclamar uma nova forma de ação para a educação brasileira.

Os *Parâmetros Curriculares* foram idealizados numa semana de reflexão sobre a educação ocorrida em Brasília, em 1993, de onde saiu o *Plano Decenal* (1993-2003). Então, no final de 1995, o *Ministério da Educação* empenhou-se na elaboração do *PCN*. Depois de uma análise dos problemas da educação fundamental no Brasil, agravados pela evasão escolar, repetências sucessivas, entre outros motivos, o grupo que elaborava o projeto queria concentrar-se numa educação de qualidade.

Os *PCN* oferecem um tipo de educação voltada para o todo, para o texto e não parte do particular. Eram estudados temas transversais, aqueles que possibilitavam fazer a interação entre as disciplinas e propiciavam ao aluno uma formação integral, a fim de se formar um cidadão. Entre eles: ética, saúde, meio ambiente, estudos econômicos, orientação sexual que deviam ser tratados por toda a comunidade escolar.

Pela primeira vez, os estudos linguísticos fizeram parte da vida do aluno do ensino fundamental e médio. A Linguística e suas subáreas (sociolinguística, linguística aplicada, psicolinguística...) foram substituindo a gramática, pois a partir de 1980, o desenvolvimento desses estudos levaram a considerar as variações individuais dos produtores e receptores e ainda a variação das situações de interação compreendida como a materialidade do texto e em relação à produção de sentido, de acordo com o *PCN* (2006, p.21).

O ensino da língua portuguesa estava norteado pela variação de produção ou recepção de textos em suas múltiplas dimensões: linguística (aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais); textual, os gêneros discursivos baseados nos pressupostos bakhtinianos; sociopragmática e discursiva; cognitiva-conceitual.

Enfim, o estudo de língua tinha mudado de foco para atender às necessidades ditadas pelas mudanças sociais, políticas, econômicas e profissionais. As *Leis de Diretrizes e Bases* foram degraus galgados para se chegar a essa nova forma de enxergar a educação, pensando-a para o século XXI. Os manuais de gramática sobressaem, porque são uma tentativa de unir o ensino e a Linguística. As gramáticas passam a mero instrumento de pesquisa.

⁵³ O Movimento Brasileiro de Alfabetização - o *MOBRAL* surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho.

2.2 A Linguística e sua influência na gramática brasileira

Este subitem pretende traçar as implicações da Linguística no Brasil, bem como sua contribuição para a gramática. Para tanto, faz-se necessário refazer a trajetória da linguística desde o momento em que ela se faz presente nos textos dos autores brasileiros de gramática, o clima de opinião do período, no caso, o século XX no Brasil, e como se constituiu a Linguística brasileira sob a responsabilidade de linguistas como Câmara Jr., Said Ali, Antenor Nascentes, dentre outros, em virtude de gramática com Ribeiro, Pereira e Bechara, que marcaram época como conhecedores da gramática da língua divorciada da Linguística, a maior parte do tempo.

Para tanto, é necessário dizer que a língua usada em Portugal e a usada no Brasil, cada vez mais, distanciava-se, a gramática, entretanto, continuava sendo o ponto de partida para a língua padrão culta. Literatos como José de Alencar foram duramente criticados pela “[...] falta de correção da linguagem portuguesa [...], como declarou Pinheiro Chagas” (*Apud ELIA*, 2003, p. 140). Chagas, um publicista português, enxergava a língua brasileira como uma insubordinação gramatical, no entanto, a Independência deu aos brasileiros a permissão para que eles próprios cuidassem da sua língua. Do mesmo modo, o Romantismo serviu de base para se firmar esta nova identidade cultural brasileira. De acordo com Câmara Jr. (1976), João Ribeiro, tomando partido nesta calorosa polêmica, defendeu a língua do Brasil como efetivamente diferente da língua de Portugal.

A adoção da expressão “língua nacional” em vez de português e, mais tarde, assim justificou sua opinião: “sinto ainda a necessidade de novamente escrever acerca do que podíamos chamar a “língua nacional” dos brasileiros. Não era a defesa nem a apologia intencional de solecismos, de barbaridades e de defeitos indesculpáveis. Era muito erguido e elevado o meu propósito. Tratava-se da independência do nosso pensamento e da sua imediata expressão (CÂMARA Jr., 1976, p. 49).

Ribeiro justificou sua opinião pela necessidade de escrever sobre a língua nacional dos brasileiros, o que revelava a independência do pensamento nacional e de sua expressão. A questão da língua literária, entendida como norma para os textos gramaticais, apresentava certos problemas no Brasil, porque ela se opunha à língua oral cotidiana que, por sua vez, era manifestada por certas condições linguísticas e sociais, e entrava em conflito com a espontaneidade e a expressão linguística necessariamente informal e fragmentária com que o intercurso coloquial se realizava.

A tendência conservadora é outro aspecto relevante da língua literária e que, de certo modo, beneficiou a gramática como ficou comprovado anteriormente. E, por fim, o problema do português do Brasil surgiu a partir do processo de adaptação do instrumental linguístico de uma sociedade europeia culturalmente consolidada e etnicamente fechada. Durante as quatro primeiras décadas do século XX, estas questões sobre língua literária no Brasil, como norma, foi o impulso menos positivo, pois os gramáticos se pautavam pelos exemplos portugueses e nem a renovação, nem a reformulação da vida social e política foram capazes de se sobrepor à gramática. A reformulação gramatical foi sendo realizada paulatinamente no Brasil.

A gramatização brasileira aconteceu num período de transição muito importante para o país. A nova constituição da República, além da reformulação do ensino, a fim de que ele atendesse às classes menos abastadas. Mesmo que isso não tenha ocorrido de imediato, o que se vê é que a gramática, enquanto aparelho controlador da língua, e a Linguística, como ciência da linguagem em aperfeiçoamento e sob a condição de ainda ser aprovada, andaram lado a lado e só se uniram muito mais tarde, já no final do século.

A tradição científica no Brasil, com relação à Linguística, desenvolveu-se inicialmente com a contribuição de gramáticos empíricos ou linguistas, uma casta composta por Said Ali, Souza da Silveira, Antenor Nascentes, Augusto Magne que ainda se mantinha ativa quando do surgimento da segunda geração formada por Ernesto Faria, Câmara Jr., Silva Neto, Silvio Elia, Maurer Jr. e Celso Cunha; além desses surgiram outras duas gerações mantendo sempre a continuidade. Em toda a América Latina, não havia, até 1976, universidade que contemplasse a totalidade dos estudos linguísticos.

[...] as quatro cadeiras que se esperaria de um currículo adequado para a América Latina – Linguística Geral, Linguística Românica, Linguística Espanhola e Hispano-americana (ou Portuguesa e Brasileira), e Linguística Ameríndia – para não mencionar Linguística Indo-europeia ou Fonética Geral [...] (COSERIU, 1976, p. 16).

No Brasil, havia cadeiras de Filologia Românica e Portuguesa, mas não de Linguística Geral. Se não havia cursos de Letras adequados no país, não se formavam professores especializados, especialmente pesquisadores. Era necessário, portanto, trazer especialistas de outras áreas como, por exemplo, Artes Clássicas; ou muitas vezes professores autodidatas ou transferidos de outras universidades, os quais viriam colaborar com os cursos existentes.

Mesmo com todas essas dificuldades, o Rio de Janeiro foi o maior centro de

Linguística no país. Bom levar em conta que o trabalho linguístico normalmente se concentrava em institutos de pesquisa e nos cursos universitários o que denotava certo caráter individual. No Rio de Janeiro, podia-se ver delineadas várias individualidades como a primeira e a segunda gerações de linguistas já mencionadas e da qual se destacava Joaquim Câmara Jr., responsável pela introdução do Estruturalismo, ainda que tardia, no Brasil e até em Portugal.

A contribuição de Câmara Jr. era incontestável. Ele era o mais velho de todos os linguistas da sua geração, o primeiro linguista nacional e, ainda hoje, reconhecido internacionalmente. No Brasil, foi conhecido como o “pai da Linguística”, no entanto, este título não foi tão bem aceito como deveria ter sido, porque ele teve de enfrentar inúmeros obstáculos criados, muitas vezes, pela inveja de alguns colegas. Entre outras tantas dificuldades enfrentadas pelo linguista brasileiro, cabe ressaltar o fato de ele nunca ter sido elevado à catedrático da universidade em que trabalhava no Rio de Janeiro.

Câmara Jr. foi convidado para professor regente de Linguística em 1948, na *Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*, tornando-se o primeiro professor de ensino sistemático e ininterrupto de linguística no Brasil, embora, em 1942, já tivesse ministrado um curso de extensão universitária na mesma faculdade. Durante muitos anos, esse ficou sendo o único curso de Linguística no país. Importante salientar que só em 1962, o Conselho Federal de Educação estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de linguística no currículo do curso de Letras.

A carreira de Câmara Jr. marcou o pioneirismo do ensino de linguística no país e a obra representa um marco importante na história dos estudos linguísticos no Brasil, e ainda, se poderia afirmar que foi um marco na história dos estudos da linguagem na língua portuguesa. Câmara Jr., segundo Altman (1998), é consensualmente o primeiro nos estudos linguísticos no Brasil, o primeiro professor de Linguística da Universidade Brasileira, ele foi considerado um propulsor da Linguística norte-americana, no Brasil. Esse pensamento se deveu por ele ter estudado nos Estados Unidos nos anos de 1943 – 1944, contudo sua estada naquele país só serviu para reforçar sua orientação básica anterior e sua inclinação pelo Estruturalismo europeu.

A oportunidade de estar em contato direto com o Círculo de Praga aconteceu por influência de Jakobson. Desse modo, o próprio Câmara Jr. se descreveu como tendencioso aos conceitos do Círculo de Praga, aos conceitos saussurianos e à filosofia de Sapir. Das três

tendências citadas, a mais forte para ele foi a primeira.

Câmara Jr. tem mais de cem publicações isoladas consideradas relevantes para os estudos universitários; outras publicações atendem, além do nível secundário, o público em geral. Segundo Naro (1976, p. 86), “a maioria dessas publicações são análises de vários aspectos do português, com ênfase na fonologia sincrônica e com menor grau na morfofonêmica dentro das limitações impostas pela orientação estrutural do autor”. Mas, sem dúvida, *The Portuguese Language*, escrito em 1960 a convite da *University of Chicagos Press* e publicado em 1972a, foi uma obra singular.

Nessa obra, tinha-se uma visão geral estrutural e abrangente, tanto diacrônica quanto sincrônica. Uma obra muito mais rica em fonologia e morfologia do que em sintaxe, por isso, apresenta um capítulo sobre o léxico e sua história. Outras duas obras são tão boas quanto aquela mencionada anteriormente, são elas: *Problemas de linguística descritiva*, que exemplifica a aplicação dos princípios do Estruturalismo à fonologia e à morfologia do português; a outra, *Estrutura da língua portuguesa*, póstuma, inacabada, abrange, mais ou menos, a mesma área em maior detalhe.

Após a morte do grande linguista, sua obra começou a receber o status merecido. Nem com todo o esforço, nem por ser um precursor, Câmara Jr. conseguiu atingir seu objetivo, porque o estudo das humanidades não havia alcançado o nível mais adequado para que seus ensinamentos fossem compreendidos. A obra dele só não foi mais impactante devido à falta de reconhecimento; mesmo com esse contexto, é mérito de Câmara Jr. a introdução da disciplina da Linguística no Brasil como uma entidade separada da Filologia.

Contudo, a descontinuidade da tradição linguística de Câmara Jr. se referia à falta de estudantes que continuassem sua obra após sua morte. Por isso, não se tinha notícia de nenhuma corrente bloomfieldiana ou neobloomfieldiana consistente no Brasil até o final da década de 1970. Nesse período, os estudos linguísticos no país não iam tão bem assim; faltavam cursos de especialização o que forçava os estudantes, dispostos a prosseguir seus estudos, a procurar essa formação noutros países como os Estados Unidos e a França.

A corrente gerativa sofreu influência francesa exercida principalmente por Nicolas Ruwet⁵⁴ e Maurice Gross⁵⁵. No Brasil, as professoras Miriam Lemle, do centro de pesquisa da

⁵⁴Nascido aos 31 de dezembro de 1932 e morto em 15 de novembro de 2001, foi linguista, crítico literário e analista musical. Estudou com Claude Lévi-Strauss, Noam Chomsky e Romam Jakobson no Massachusetts Institute of Technology.

⁵⁵Linguista francês nascido em 1934 e morto em 2001. desenvolveu a partir do fim da década de 1960 o léxico-gramática, um método e uma prática efetiva de descrição formal das línguas.

Universidade Federal do Rio de Janeiro e Eunice Pontes, *Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, foram as primeiras linguistas a escreverem obras em gramática gerativa. À primeira cabia o mérito de ter introduzido o gerativismo no Brasil com o artigo intitulado *O novo Estruturalismo em linguística: Chomsky* (1967). Além, é claro, do artigo em que Câmara Jr. afirmava que o Gerativismo era uma variedade do Estruturalismo, publicado em 1967, na *Revista Tempo Brasileiro*, a mesma revista em que Lemle publicou seu artigo.

Um novo Estruturalismo estava sendo trazido por Chomsky, de acordo com a professora Lemle, que considerou, aparentemente, conceitos como *estrutura profunda* e *estrutura superficial*. A autora procurava apresentar os conceitos básicos e a filosofia da gramática gerativa, evitando compreensões equivocadas ou errôneas.

Outros linguistas, também seguidores de Chomsky, tentaram fazer um trabalho similar ao de Lemle, no entanto, fracassaram. Um deles, Silvio Elia (1972), professor da *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, seguidor de Vossler e contemporâneo de Câmara Jr., que aplaudia o afastamento do Estruturalismo e criticava o rigor matemático da corrente gerativa. Outro linguista era Santos (1970, 1973), cujo problema era que seu texto continha muitos erros conceituais, como confirma Naro (1976, p. 89), “[...] a ideia de que as transformações geram diretamente o nível fonológico, que é, então, erroneamente classificado como parole em vez de langue”.

O primeiro livro de Eunice Pontes, concluído em 1965 e publicado em 1972, era uma descrição estruturalista da fonologia do verbo português sob fortes influências das técnicas de Mattos e do *Summer Institute of Linguistics (SIL)*⁵⁶. Devido à falta de bases teóricas, as generalizações estabelecidas pela autora foram muitas e seus estudos, por serem muito limitados, foram suplantados por outros trabalhos publicados no estrangeiro: Zellig Harris⁵⁷ (1974), Bohdan Saciuk (1970), Mira Mateus (1973).

Pontes voltou sua atenção para a sintaxe-semântica no livro *Verbos auxiliares em português* (1973). Nessa obra, ela focalizou o problema da análise de estrutura, que na gramática são chamadas locuções verbais, onde uma forma verbal finita é seguida de uma forma verbal infinita; para tanto, ela se baseou no tratamento desse tipo de construção nas

⁵⁶ A missão evangélica americana do grupo Summer Institute of Linguistics (SIL), criada no México na década de 1930, expandiu-se na América Latina por meio de alianças com intelectuais latino-americanos e não com o apoio das igrejas evangélicas locais (Stoll, 1985). A missão teve como política manter "padrinhos", "protetores" ou "patronos" entre políticos e intelectuais, tais como Lázaro Cardenas no México, Vargas Llosa no Peru e Darcy Ribeiro no Brasil (BARROS, 2004).

⁵⁷ Nascido na Ucrânia, mudou-se muito jovem com a família para a Filadélfia, Estados Unidos. Ficou conhecido como linguista americano que teve como alunos Noam Chomsky e Maurice Gross. Nasceu em 1909 e morreu em 1992.

gramáticas portuguesas do século XVI, até a década de 1970. Ela apresentava o clássico tratamento gerativo dos auxiliares, segundo Naro (1976).

O principal objetivo da professora era diferenciar o verbo auxiliar e principal em língua portuguesa. Nelson Ross (1967) tentou transferir tal distinção para o nível lexical e Pontes, na época, não tomou conhecimento disso. Enfim, a obra *Verbos auxiliares em português* é linguisticamente viável, do ponto de vista da gramática gerativa, pois não sobrecarregava o leitor leigo com informações desnecessárias.

A corrente gerativa continuou viva, mesmo que os melhores trabalhos realizados nesse campo não tenham sido feitos no Brasil, embora tenham sido feitos por brasileiros, como as teses de doutoramento defendidas nos Estados Unidos e publicadas pela *University Microfilms*. Quicoli (1972) defendeu a tese sobre complementação e outros aspectos da sintaxe portuguesa; Mário Perini (1974) sobre os infinitivos em português e Leite (1974) sobre as evidências encontradas em português a respeito da abstração em fonologia. Segundo Naro (1976, p. 90), “essas três teses apresentam as primeiras tentativas feitas por brasileiros para desenvolver a teoria linguística em vez de simplesmente aplicá-la à análise do português”. Quicoli foi o primeiro brasileiro a obter PhD na área.

Sobre semântica gerativa, um trabalho digno de respeito é de autoria de Kato (1972), a qual publicou dois valiosos trabalhos *A semântica gerativa e o artigo definido* e um artigo sobre a representação das orações relativas na estrutura profunda. “Não resta a menor dúvida de que Kato, aparentemente uma autodidata, seja responsável pelo trabalho mais sólido e avançado realizado no Brasil no campo da semântica gerativa”, segundo Naro (1976, p. 90).

A sintaxe gerativa e a semântica lexical se evidenciaram no Brasil a partir da década de 1970, devido aos estudos fonéticos, fonológicos e morfológicos em pauta na década anterior, segundo Altman (1998). Além dos trabalhos de Kato, pouca coisa foi feita. A não ser um trabalho sobre pressuposição envolvendo as partículas *mesmo* e *até* realizado pela professora Lúcia Lobato da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quicoli, pouco estudado no Brasil, publicou vários trabalhos importantes. Um em 1971 sobre a reflexivização e outro sobre verbos impessoais.

Após o retorno ao Brasil, de linguistas graduados no exterior, como os que foram elencados anteriormente e ainda Margarida Basílio e Mariza Pimenta-Bueno que se doutoraram, respectivamente, no Texas e na Universidade de Standford, surgiram quatro pólos de estudos gerativos. Um na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que um grupo

de novos pesquisadores eram orientados por Basílio, Naro e Lemle.

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, outro grupo estava sob a orientação de Kato e Leila Barbara. Na Universidade de Campinas encontravam-se em atuação Quícoli, Pizzini e Brandon e na Universidade Federal de Minas Gerais, Eunice Pontes e Mário Perini. Mais tarde, Pontes e Perini exerceram seus papéis de formadores na Universidade de Brasília e na Universidade de Campinas, respectivamente.

Os trabalhos gerativistas lidam com dados introspectivos e uma grande parte desses trabalhos foram feitos com dados empíricos. Sendo assim, de acordo com Kato e Ramos (1999), deve-se aproveitar a riqueza de dados da sintaxe sincrônica em lugar de estudar aqueles já vistos por outras vertentes teóricas. Há autores que assumiram a ligação entre a teoria gerativa e a metodologia variacionista, foi o caso da linha de pesquisa seguida pela UNICAMP. Ramos, em trabalhos realizados na década de 1990, fez uma reflexão sobre as afinidades e diferenças entre Chomsky e Labov.

A partir da década de 1970, os estudos sobre linguagem começaram a mudar, e o foco passou a ser o estudo do texto, a semântica, como fez Kato e Lobato. Mesmo assim, as gramáticas do período permaneceram imunes a essa mudança por dois motivos: primeiro, porque a semântica nunca se integrou a esse livro como parte dele; segundo, os manuais de gramática, destinados ao ensino escolar começaram a tomar o lugar da gramática dantes estudada com esmero em sala de aula.

Tais modificações se deveram à mudança de pensamento da época. As leis educacionais primavam por modificações no ensino, embora isso não fosse ocorrer tão imediatamente e em meio a uma ditadura tão rígida. A escola francesa estruturalista, cujo principal representante era Greimas, serviu de base teórica de estudos semânticos de alguns estudiosos. O primeiro a abordar a proposta greimasiana no Brasil foi o professor Milton José Pinto, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O interesse de Pinto era aplicar esses conceitos do Estruturalismo francês do período ao discurso, usando o método para análise de textos narrativos. Nesse sentido, em 1971, publicou duas interpretações: dos *autos da Barca* de Gil Vicente e da peça de Nelson Rodrigues, *Boca de Ouro*. Para tanto, o analista valeu-se das teorias de Greimas e Propp e, embora não tenha sabido conduzir bem a análise de Gil Vicente, seu trabalho apresentou algumas deficiências às quais a crítica considerou inerentes ao modelo de análise praticado e

não por culpa do autor.

A análise feita por Pinto, com base na teoria de Greimas-Propp, não poderia ser considerada análise linguística ou filológica. Era apenas o uso de uma terminologia gramatical que discutia seleções específicas de atos de fala para transmitir uma intenção. Outra análise literária mais fundamentada na Linguística é a de Pottier. Trabalho desenvolvido por Rector (1972a), que selecionou textos, estudou os sememas e os associou aos semas. Este tipo de análise, por apresentar orientação linguística mais marcada, em que eram selecionadas ocorrências reais de fala, previa-se que seria melhor que a teoria de Greimas. Ledo engano, pois, conforme Naro (1976, p. 92), “[...] qualquer expressão sinônima (ou mesmo uma tradução para outra língua) pode substituir as do texto sem quaisquer alteração de análise”.

A semântica estrutural, tanto de Pottier quanto de Greimas, praticada no Brasil se situava fora do âmbito da linguística e da filologia. Assim sendo, até 1976, nenhum linguista de São Paulo havia publicado algum trabalho de grande significação. Em consonância com Pottier, pode-se citar a professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e fundadora do Centro de Pesquisas Linguísticas “Sedes sapientiae”, Madre Olívia. Ela pesquisou os valores semânticos como causa.

Os seguidores de Greimas no Brasil são Barrados (1972), Yamaguchi (1972), Cãnizal (1972, Rector (1972 a, 1973a, 1973b), Pinto (1971b, 1973), Fátima (1973), Cortez (1974), outros como Edward Lopes (1972) misturam ambas as abordagens. Sem dúvida para o momento, Greimas exercia maior influência no campo da análise semântica. Os linguistas do Rio de Janeiro e de São Paulo contribuíram mormente com a teoria greimasiana.

Além disso, algumas atividades ligadas à Linguística tivessem tido importância, eram fatos isolados como se pode citar a contribuição de Câmara Jr., no Rio de Janeiro; Mansur Guerios, no Paraná; Nelson Rossi, na Bahia e Maurer Jr., em São Paulo. Esses linguistas apresentaram inovações no estudo da linguagem a seus alunos do Curso de Letras, nos anos de 1940 e 1950. A linguística praticada por eles era uma pequena parte das aulas de Filologia.

No final da década de 1960, alguns grupos se organizaram e, por meio de revistas, encontros e projetos expandiram a disciplina Linguística e fizeram dela uma ciência estudada no Brasil. Atividades promovidas pelo PILEI⁵⁸, Yázigi⁵⁹; projetos como o NURC⁶⁰, e revistas

⁵⁸ Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas.

⁵⁹ Centro de Linguística Aplicada.

⁶⁰ Projeto de Norma Urbana Oral Culta no Brasil.

como ABRALIM⁶¹ e GEL⁶² foram responsáveis pela propagação da teoria Linguística.

As universidades brasileiras ainda não podiam propiciar condições para pesquisa nessa época. No caso da Linguística, percebia-se que, devido ao descaso governamental com vistas à pesquisa, essa disciplina foi organizada de forma a se privilegiar apenas o seu ensino, não a pesquisa. Ainda assim, novos professores adeptos à nova ciência surgiram para ocupar o lugar de professores de Linguística como preferiam ser intitulados, nunca linguistas.

Durante o IV Seminário Brasileiro de Orientação Linguística para Professores, julho de 1968, o professor Dr. Aryon Dall’Agra Rodrigues tomou a palavra para falar sobre a importância de o grupo se autodenominar linguista; ele fez surgir uma lacuna entre ensino e pesquisa. A partir de então, mesmo com a polêmica entre a dialogia ensino/pesquisa, os linguistas requereram seus devidos lugares, ainda que nenhum deles, nem mesmo atualmente, sobreviva da pesquisa, mas da docência.

Nas décadas de 1980 a 1990, a Linguística estava consolidada como disciplina e ciência. A comunidade científica brasileira se alargava e surgia, assim, novas maneiras de se investigar a linguagem. A Revista Brasileira de Linguística foi reavivada. Mônica Rector e Jurgen Heie foram seus primeiros editores em 1974; de lá até 1984, foram inconstantes as publicações da revista. Em 1985, Cidmar Teodoro Pais fê-la ressurgir e continuar por três anos como referência entre as outras revistas. Essa revista tinha como função apresentar uma visão global do que estava sendo realizado em Linguística, nas últimas duas décadas do século XX.

Enfim, o que houve no Brasil foi uma grande corrente em prol da constituição e ingresso da Linguística nos centros universitários, por meio dos linguistas formados no exterior e aqui mesmo, e, mais tarde, quando essa remessa de linguistas começou a formar as novas gerações, que fizeram com que as ideias linguísticas chegassem às escolas. Assim, o país não precisou importar professores e nem tão pouco ficar de fora do novo jeito de pensar o ensino de língua materna; ainda que tivesse passado por todo um período conturbado politicamente, ele conseguiu se abrir para essas novidades.

⁶¹ Associação Brasileira de Linguística.

⁶² Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

2.3 Historiografia da disciplina Língua Portuguesa desde o início da República

Quando se discute a constituição da disciplina Língua Portuguesa no currículo escolar, depreende-se que o ensino de Língua Portuguesa tenha sido construído ou influenciado muito mais por propósitos políticos, sociais e econômicos do que pela concepção da linguagem. Conclui-se que o longo período ditatorial pelo qual o país passou influenciou de forma direta os currículos escolares, o que não está longe da verdade, pois a ditadura fez surgir um modelo de ensino muito diferente, mais autoritário do que estavam acostumados alunos e professores.

Daí a concepção da linguagem, ao longo da história, segundo Soares (1998), delimita-se em três períodos específicos no ensino de língua materna no Brasil. O primeiro período segue até pelos anos de 1960, com o predomínio da língua escrita; o segundo, dos anos de 1960 a 1980, tem como concepção predominante a língua como instrumento de comunicação e, finalmente, no terceiro período, de 1980 até atualmente, a linguagem é vista como enunciação, discurso e interação.

A concepção de linguagem exerce uma ação sobre o ensino de língua materna, no entanto, é construída pela interferência imposta, pela legislação vigente e pela prática pedagógica que envolve a formação de professores e a práxis cotidiana, norteadas pelos decretos sobre educação, pela Lei de Diretrizes e Bases e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ao se voltar um pouco no tempo, durante o Brasil colônia, o sistema jesuítico privilegiava a gramática latina, mesmo que as pessoas não usassem o latim diariamente, era importante aprendê-lo, porque filósofos e cientistas tinham o costume de usarem-no, a fim de promover a cultura de diversas nações.

Nas classes de gramática, o latim é ensinado até o perfeito domínio da língua. Isso porque, mesmo que no dia-a-dia as pessoas fizessem uso da língua materna, ainda no Renascimento e início da Idade Moderna persistia o costume de filósofos e cientistas de usarem o latim, ultrapassando as fronteiras das diversas nacionalidades e promovendo a universalização da cultura (ARANHA, 1996, p. 92).

O sistema jesuítico implantado no Brasil apresentava uma estrutura bi facetada constituída por meio do desenvolvimento de uma pedagogia utilitarista, com vistas à catequese dos índios que visava a expandir o catolicismo, e de um modelo econômico de

subsistência da comunidade. E, por meio da instalação de um sistema voltado para as elites que favorecia o modelo de sociedade escravocrata e de produção para atender os interesses do colonizador.

Desse modo, ensinava-se Língua Portuguesa, a língua do colonizador. Nas comunidades interioranas, era permitido o uso, também, dos idiomas nativos. Tanto no colégio, quanto nas aldeias, a catequese se associava à transmissão do idioma e dos costumes de Portugal. Assim, foi necessário deixar de lado o grego que fazia par com o latim e atribuir maior importância ao português. Os catequistas adotaram a língua tupi, porque entenderam que esse seria o meio mais eficaz de intermediar a comunicação entre eles e os índios.

O uso da língua era distinto, tanto servia como meio de comunicação entre os falantes, quanto a forma de aquisição do conhecimento para obtenção de prestígio junto à Metrópole. A língua tupi (língua geral) possibilitava a comunicação, enquanto a língua portuguesa ficava responsável pelo status. A rivalidade entre as duas línguas, tupi e português, se resolvia com o uso que se fazia de cada uma delas como veículo de comunicação.

Transplantada para cá, sofreu a língua forte concorrência de uma importante rival o tupi, que se ouvia em quase toda a costa e que com o tempo e por circunstâncias várias se tornou língua geral do Brasil Colônia. Nos primeiros tempos, e até o século XVIII, em alguns lugares, falou-se mais tupi que português, sendo esta a língua oficial, a das cidades maiores, a língua da administração ou do comércio, e o tupi a língua caseira, transmitida principalmente de mães a filhos, instrumento de comunicação do cotidiano (MELO, 1981, p. 89).

A língua portuguesa alastrou-se por territórios onde antes se falava a língua-geral, empurrando-a cada vez mais para o interior do país, mais para o interior. A vitória da língua portuguesa se deveu à imposição violenta da classe dominante, a favor do prestígio, que forçava os indivíduos ao uso da língua em que melhor pudessem se expressar coerentemente. Era o falar polido da escola, a disciplina gramatical que se confrontava com a língua-geral. A língua portuguesa era aprendida formalmente na escola e informalmente no uso cotidiano, em situação conflituosa e assimétrica. A língua geral era adquirida naturalmente em ambiente doméstico.

A distinção significativa entre a língua de prestígio e o de não-prestígio estabeleceu o objetivo do ensino de língua portuguesa na época; em contrapartida, era uma forma de demarcar a formação social e as articulações entre as diferentes classes da sociedade. A cultura europeia tendia a crescer mais devido ao estreitamento das relações com o Brasil que só se deu por intermédio da língua adotada. À medida que a língua portuguesa atingia suas

metas, a língua-geral só servia para as relações de produção, e as línguas indígenas eram relegadas a segundo plano, marginalizadas, usadas apenas como contato entre brancos e índios. O bilinguismo imposto no Brasil foi aos poucos se esmaecendo até que se restringiu ao campo lexical. Concorreram fundamentalmente para isso os diretórios do Marquês de Pombal, os quais constituem uma política linguística importante na colônia.

A gramática para o ensino jesuíta era uma forma de alcançar a excelência das humanidades; modo correto de desenvolver nos seus discípulos o amor pelas letras, pelas atividades literárias. De acordo com o filósofo e jesuíta brasileiro Leonel Franca (*Apud* ARANHA, 1996, p. 92), “a gramática visa a expressão clara e correta, as humanidades, a expressão bela e elegante, a retórica, a expressão enérgica e convincente”, forma eficaz de dominação.

A expulsão dos jesuítas do campo educacional, em 1759, deveu-se às ideias provindas de outra linha de pensamento, do enciclopedismo, que vigorava tanto em Portugal quanto no Brasil, das quais o Marquês de Pombal era adepto, por isso expulsou os jesuítas, já que as duas formas de enxergar o ensino não poderiam coexistir. As dificuldades no ensino, decorrentes da queda do jesuitismo, resultou num lapso de treze anos em que se desmantelou toda a administração educativa da época.

A uniformidade da ação pedagógica foi substituída pelas disciplinas isoladas deixando a cargo do Estado, pela primeira vez, os encargos educacionais. Conforme Romanelli (2001, p. 36), “[...] a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu [...] os encargos da educação”.

Após a Reforma Pombalina, às escolas de primeiras letras coube o papel de propagar a língua portuguesa por meio de manuais específicos produzidos por autoridades governamentais portuguesas. Uma mescla do ensino de língua portuguesa e princípios religiosos, são encontrados até hoje nas gramáticas, além de uma formação religiosa calcada na obediência cívica e nos valores mais vigentes.

Eduardo Carlos Pereira, sujeito ciente de seus deveres civis, seguia à risca o que mandava o programa de ensino da época, o qual tinha como mérito o rompimento com a antiga tradição de ensino. O programa primava pela inserção de frases, ditos ou provérbios que justificassem os valores morais, cívicos e religiosos que contaminavam o espírito de época e o sujeito empírico da gramática. Como o próprio Pereira (1918, p. IV) disse, ele foi

“[...] levado por uma sugestão do programa oficial de português que determina apreciação de trechos em que entrem provérbios, máximas e sentenças morais”.

O gramático inseriu os textos como exemplos das definições; mais do que ensinar, ele pretendia propagar a doutrina de uma época. Os mestres, cujo papel era manter a ordem e a hegemonia dos poderes do Estado e da Igreja, eram considerados detentores do saber, tidos como nobres e úteis aos propósitos impostos. O discurso do amor a Deus e ao Rei, os dois maiores ministros do amor e do respeito respectivamente, visava a manter os interesses da pátria e da monarquia e controlar a ideologia.

Convém que se dê um salto na história, já que a intenção desse subcapítulo é perscrutar o ensino de língua portuguesa durante o século XX no Brasil. Essa parte da história sobre a colônia serviu porque se considera bastante significativa a educação jesuítica para os moldes educacionais do século que se estuda.

Por ser o Colégio Pedro II o mais antigo do país no que se refere aos estudos do primeiro e segundo grau e por ele respeitar o programa educacional, era tido como exemplo do ensino de Língua Portuguesa na vigésima centúria. As disciplinas Retórica, Poética e o idioma nacional eram objetos de estudo da Gramática e somente em meados do século XIX, surgiu a disciplina Português na estrutura curricular do Colégio Pedro II, em 1869. O ensino de português era praticamente insignificante no currículo escolar, enfatizavam mais as disciplinas clássicas como o latim, o alemão, o inglês e o francês.

Os exames preparatórios para os cursos de Direito e Medicina começaram a exigir que os candidatos soubessem língua portuguesa, além das outras línguas estudadas, o que elevou o crescimento da disciplina no Colégio Pedro II. A literatura nacional era ensinada no currículo de Retórica e Poética, disciplina exigida pela faculdade de Direito até 1890, quando foi excluída.

O decreto 3.863, de 15 de dezembro de 1900, discriminou as disciplinas obrigatórias para os exames de acesso dos diversos cursos superiores, sendo que o latim ficava restrito aos exames para Direito e Medicina, enquanto o português, assim como francês e o inglês (ou alemão), eram exigidos em todos os cursos superiores (RAZZINI, 2000, p. 94).

Logo que o Brasil ficou independente, era necessário que se firmasse como nação sustentada pela relação de dependência com a Europa. Daí entrar em cena a *Antologia Nacional* de Fausto Barreto, pretensamente estudada no ensino primário e secundário com o fim de alavancar a literatura nacional. Ao se estabelecer a disciplina de Língua Portuguesa e

de Literatura Nacional nota-se ainda que volumosa, a literatura brasileira está ligada à Europa, uma vez que esse continente era e ainda é o berço intelectual da elite.

Os esforços, nos séculos XVIII e XIX, foram voltados para o ensino de gramática e de literatura nacionais. A literatura assumiu, em fins do século XIX, um papel de originalidade e, desse modo, seu ensino aderiu aos ideais nacionalistas. Unidas, língua e literatura, estavam voltadas para um mesmo foco: a formação da nação brasileira, cuja nacionalidade estava à flor da pele. A criação da disciplina Português, no século XIX, não garantiu que a prática de ensino estivesse dissociada da gramática e da leitura.

O início do século XX foi marcado pela considerável preocupação quanto à oficialização de normas e reformas, entre elas a reforma ortográfica de 1907, que contribuiu uma tentativa de aproximar o português falado nos dois lados do Atlântico e de silenciar o conflito entre a língua portuguesa e a língua brasileira. Outro aspecto foi o crescimento da Linguística como ciência e, posteriormente, como disciplina constituinte do currículo do Curso de Letras.

De 1910 a 1926, as mudanças no ensino de Língua Portuguesa foram frágeis. Em 1910, eram 10 horas semanais de ensino de língua materna distribuídas entre aulas de língua e literatura separadamente. A Literatura Brasileira passou a ser ensinada no 6º ano, 3 horas semanais, a mesma carga horária da literatura das línguas latinas. A *Antologia Nacional* era, com a gramática, uma forma de ensinar o bem falar e o bem escrever, calcada em textos de poetas e prosadores brasileiros que representam a forma “correta” da língua, a norma padrão, ou a língua culta. Era necessário ensinar, além de gramática, leitura e redação, embora as duas últimas não se sobrepusessem à primeira. Em 1926, portanto, a ênfase ainda era para o ensino gramatical.

Os livros adotados no ensino de Língua Portuguesa serviam como texto-base para a aplicação das definições gramaticais. O reflexo disso se estendeu ao ensino: o domínio gramatical e redacional passou a funcionar como elemento discriminatório num momento de grande expansão do ensino público. A dicotomia analfabeto/alfabetizado não podia mais ser usada como rótulo das camadas sociais.

Dos dez livros adotados nas três séries, oito eram gramáticas ou manuais gramaticais e apenas dois eram livros de textos, a *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos Laet e os *Lusíadas* de Camões, cuja função era fornecer a base para a aplicação dos conceitos e análises gramaticais (RAZZINI, 2000, p. 91).

Em 1930, o programa de português do *Ministério da Educação e Saúde* privilegiou a

leitura dos bons escritores contemporâneos como forma de reforçar a nacionalidade. O ensino de gramática privilegiava o estudo da *Morfologia* e da *Sintaxe* nas três primeiras séries e depois, estudava-se *Fonética*. Em fins da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, foi estabelecida uma *Comissão Nacional do Livro Didático*, que tinha por dever dela julgar, examinar e autorizar o uso do livro didático no ensino primário e secundário.

A leitura ganhou status em decorrência da gramática e da redação no curso ginásial. De certa forma, a gramática estava perdendo terreno, para dar ênfase, décadas mais tarde, ao estudo do texto. Até 1940 quase nada tinha mudado, ensinava-se língua usando uma gramática e uma coleção de textos. Em 1946, as aulas de português somavam 22 horas semanais, enquanto a de latim caiu pela metade, apenas 8 horas.

A partir de 1950, surgiram os manuais de gramática compostos de ensino gramatical e uma parte de antologia num só exemplar. A educação estava mudando em detrimento dos avanços sociais que dominaram essa década. Muitos acontecimentos foram responsáveis pelo sucesso linguístico em meados do século, quando a Linguística já requeria seu espaço mesmo que timidamente. Câmara Jr. havia começado a dar ânimo às discussões linguísticas, que mais tarde viriam influenciar o ensino de língua materna. Nessa época, a rixa entre gramáticos e linguistas começava a aparecer, mas só se tornou de fato séria no final da década com a normatização gramatical, a *NGB*.

Em 1960, o fracasso escolar e a crise no ensino se mantiveram. Apesar das expectativas, os índices de analfabetismo continuavam alarmantes; todos os esforços tinham sido inúteis. A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, n. 4024/61, nasceu da intenção de aperfeiçoar o ensino garantindo que a educação pudesse ser dada em casa ou na escola, pois ela admitia não haver escola para todos. Essa lei criou os Conselhos Estaduais de Educação, cuja tarefa era melhorar a qualidade do ensino levando em conta a variedade dos cursos, a flexibilidade dos currículos e a organização do ensino, o qual obedecia às peculiaridades de cada região e de seus grupos sociais.

No Colégio Pedro II, intensificaram-se os estudos do vernáculo, que era priorizado em relação às demais disciplinas do currículo. Eram ministradas 20 horas semanais de Língua Portuguesa no ginásio e 10 horas no colegial. Cabe salientar que o país, mesmo tendo passado por altos e baixos na política e na economia, esboçava os caminhos da escola a partir do prisma da diversidade cultural e regional e, ainda assim, a gramática mantinha inabaláveis tais mudanças, pois continuava ditando regras e normas do bem falar e escrever e sendo apoiada

pela elite alfabetizada que dominava o país.

As regiões brasileiras eram muito diferentes e, cada vez mais, as igualdades as distanciavam. O sul crescia, São Paulo e Rio de Janeiro eram responsáveis por todo o desenvolvimento do país até 1960. A primeira, como capital cultural, berço de intensas pesquisas linguísticas e de correntes gramaticais; a segunda, a Capital Federal, mantinha o controle econômico e político do país. Regiões mais distantes, menos privilegiadas, como o norte e o nordeste, lugares habitados por ribeirinhos do Rio Amazonas, os quais viviam em casas construídas em palafitas, e usavam uma variante linguística muito mais próxima do tupi, ou recantos do nordeste castigados pela pobreza e a seca seguiam as mesmas regras de ensino da língua.

A gramática, independente das adversidades geográficas ou sociais, ensinava uma língua única, o padrão, aquela considerada correta em oposição aos falares menos privilegiados, falados por comunidades em que a escola, às vezes, não atendia. A ditadura militar, a partir de 1964, começou a buscar o desenvolvimento do capitalismo mediante expansão industrial, então, a proposta educacional passou a ser condizente com a expectativa de atribuir à escola o papel de recrutar e formar recursos humanos que permitissem realizar os intentos do Governo, que eram expandir industrialmente o país.

O povo conquistou, de fato, o direito à educação sistemática e a clientela da escola pública se modificou; as escolas primárias agora eram frequentadas pelas camadas mais populares. Nesse momento, a escola pública admitiu o critério de carência e a qualidade do ensino começou a cair em decorrência de tantas mudanças, uma delas a evasão das classes abastadas das escolas públicas para ingressarem em escolas particulares, optando por aquelas ligadas às instituições religiosas.

O ensino da língua materna deslocou-se das regras do bem falar e do bem escrever, isto é, do ensino gramatical para a aprendizagem das diversas linguagens que se impingiam à sociedade. Todo tipo de manifestação gráfica era admitida, como textos de jornais, propagandas e quadrinhos. Contudo, à gramática não era permitido esse tipo de novidade, ela ainda era a mantenedora da língua perfeita, sem nenhum vínculo com a língua falada pelo povo, mas os manuais de gramática continham muitas informações sobre as linguagens adotadas pelos meios de comunicação.

Nesse clima de intensas mudanças, a *Lei de Diretrizes e Bases*, número 5692/71, foi sancionada, então, a língua nacional, estabelecida como instrumento de comunicação e

expressão da cultura brasileira, passou a ter nomenclaturas distintas em cada grau de ensino. Na primeira parte do 1º grau (1ª a 4ª séries), a disciplina foi chamada de *Comunicação e Expressão*; na segunda parte (5ª a 8ª séries). *Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa*; e no 2º grau, a dicotomia *Língua Portuguesa e Literatura*.

Diante da diversidade linguística imposta, os professores estavam irresolutos quanto à decisão a ser tomada: reprovar os novos alunos, aqueles de classes menos privilegiadas, já nos primeiros anos escolares, ou adequar o ensino a eles? Nenhuma das duas sugestões satisfazia a necessidade da época. O professor do 2º grau se preocupava, além de tudo isso, em ensinar análise literária ao aluno que não tinha nenhum conhecimento prévio de língua. A opção mais viável foi adequar o ensino, mesmo a contragosto; assim, ele passou a ser utilitário, voltado à realidade.

O ensino tornou-se cada vez menos normativo, menos rigoroso em relação à norma padrão. Ensinar gramática passou a ser retrógrado, as discussões sobre linguística e suas ramificações se alastravam pelos manuais de gramática. As gramáticas normativas como as de Pereira, Bechara, Cunha, até então estudadas com rigor nas aulas de língua portuguesa, caíram no ostracismo e foram sendo substituídas pelos manuais.

Os manuais de gramática eram muito mais atrativos, a começar pela capa colorida e sugestiva, pela textura das páginas cujo papel era especialmente feito para conter cores sem deixá-las se misturar, ao passo que as gramáticas não tinham cores, a textura do papel era diferente, enfim, elas eram austeras. Com relação ao conteúdo, as antologias cederam lugar a textos literários ou não com a diferença de que esses traziam mais leveza ao material e propiciavam que o aluno pudesse se manifestar de forma individual, tanto nos exercícios de redação quanto nos estudos fonéticos.

Como se sabe, a união entre língua culta e a literatura não têm bases sustentáveis se se pautar pelo vernáculo. De acordo com Rodrigues (1968, p. 47 *Apud* NEVES, 2009, p. 21), “[...] essa vinculação entre boa linguagem e literatura não passa pelo crivo de uma avaliação bem sustentada, nem se a base do julgamento fora a ‘vernaculidade’”. Essa concepção está presente atualmente quando repórteres ou apresentadores de televisão devem se adequar à língua normativa da comunidade que melhor represente a nação.

Se, na verdade, as variedades regionais não desconfirmar a ideologia da homogeneidade quanto à possibilidade de intercomunicação em língua portuguesa no território brasileiro, elas se fazem sentir naqueles que, portadores de dialetos regionais, tentam ascender a certas funções para as quais os dialetos dos grandes centros brasileiros do sul são exigidos (SILVA, 2004, p. 69).

Durante a década de 1980, no Brasil, o ensino de Língua Portuguesa foi se modificando a partir das ideias oriundas, principalmente, das instituições universitárias propagadas em livros e cursos de treinamento para professores e que podem ser estudadas de, pelo menos, dois pontos de vista: o teórico e o pragmático. Os estudos linguísticos operaram uma renovação nos estudos de língua materna, os quais buscavam ultrapassar o nível da análise da sentença, isto é, verifica-se a urgência em se ensinar usando as bases epistemológicas da Análise do Discurso, das Teorias da Enunciação, Pragmática, Sociolinguística, entre outros.

O ingresso da Linguística no ensino começou na década de 1960 quando a disciplina foi incluída no currículo do curso de Letras. Esperava-se que o estudo da disciplina fosse uma preparação dos professores para avaliar as potencialidades linguísticas dos alunos; fixar a expressão e comunicação e examinar criticamente os recursos didáticos oferecidos pela indústria editorial. A partir de então, nas décadas seguintes, cada vez mais se percebia a mobilização causada por essa disciplina e os professores do ensino secundário e os livros didáticos, principalmente os manuais de gramática, começaram a ser atingidos.

Em detrimento disso, a linguística é responsabilizada pelo fracasso do ensino de língua materna. No entanto, assumir uma posição como essa era não querer entender que o ensino ia mal como um todo e que as razões eram extracurriculares. Segundo Ilari (1997, p. 18), “procura-se às vezes responsabilizar a Linguística, cujas ideias começaram a atingir os livros didáticos e os professores secundários nos anos ’60, pelas condições lastimáveis do ensino de língua materna, nas escolas públicas do primeiro e segundo graus”.

O ensino passava por um momento de transformações pelo qual a gramática normativa não estava preparada para enfrentar frente ao prestígio com que a Linguística vinha sendo tratada, impondo-se às demais ciências humanas. Qualquer tipo de avaliação dos resultados da linguística no ensino ainda era muito delicada para os linguistas, de acordo com Ilari (1997). A Linguística no Brasil era, nessa época, uma ciência muito recente tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação e sem tradição de pesquisa.

Assim, ficou caracterizado um período de absorção superficial de métodos e questões teóricas feitas no estrangeiro. Tendências como o Estruturalismo de Saussure, Troubetzkoi, Martinet e Jakobson, que apresentavam a língua como instrumento de comunicação, concepção extraída do princípio saussureano, segundo o qual no sistema de uma língua natural as relações têm precedência sobre os termos os quais se estabelecem.

Uma segunda linha, um pouco mais recente que a primeira, constitui no pensamento de Chomsky, que definiu língua como um conjunto de sequências de expressões aceitas por um falante como bem formadas. O contato com a teoria gerativista contribuiu para impor um interesse maior pelos fenômenos sintáticos. De acordo com Ilari (1997, p. 97), “os pesquisadores brasileiros comprometidos com as orientações chomskianas tematizaram tipicamente problemas de fonologia e sintaxe, e menos tipicamente problemas de semântica”.

O grupo de teoria mais recente foi aquele que tematizou problemas da gramática gerativo-transformacional, cujos modelos matemáticos eram sistemáticos, ou se investigavam áreas em que o sujeito falante, enquanto ser social, era o próprio protagonista do ato de fala. Nesse caso, das críticas feitas à teoria de Chomsky resultaram teorias como a Sociolinguística, a Psicolinguística e a Pragmática.

As três linhas apontadas sobre o estudo da linguagem rejeitaram as abordagens valorativas e prescritivas da língua. De todo modo, estas abordagens eram distintas, antagônicas, pois culminaram em metodologias incompatíveis. As ideias relatadas tinham como intenção provocar alterações nos hábitos de nossos professores de português.

Não foi tão drástica assim a mudança, mas timidamente ela já era percebida nos livros didáticos e em alguns poucos professores recém-formados. Esperava-se, com isso, uma profunda diferença no ensino gramatical, em particular no ensino da nomenclatura nas análises morfológica e sintática. Uma vez que a Linguística não conseguiu modificar a gramática, era provável que tivesse maior êxito com o ensino e que esse pudesse proporcionar ao aluno, nas aulas de português, a experiência dos níveis e registros de fala.

Alguns professores brasileiros, já em meados da década de 1980, apresentaram seus trabalhos de pós-graduação, dissertações e teses, em que propunham alternativas pra melhorar o ensino de língua materna. Todos os trabalhos questionavam o ensino da gramática normativa, linguistas como Carlos Franchi, Sírio Possenti, Luiz Carlos Travaglia, João Wanderley Geraldi, Rodolfo Ilari e Magda Soares propuseram reflexões a respeito do ensino de língua portuguesa e de gramática no Brasil.

Ao mesmo tempo, o despreparo dos vestibulandos começou a ser questionado a partir de 1985, como se sabe, dizendo-se que a educação ia mal, os alunos não redigiam ou liam bem. A mídia aproveitando-se disso, fazia chacota com os erros dos universitários, a preocupação com a ortografia crescia e a produção escrita empobrecia. Como tentativa de recuperação desses alunos que não sabiam ler e escrever, essas habilidades passaram a ser

exigidas em provas nas escolas de 1º e 2º graus.

Os professores impunham a leitura obrigatória de paradidáticos literários e, muitas vezes, o livro adotado não era adequado para a faixa etária dos alunos; a situação pioraria, porque alunos da 6ª série não tinham maturidade para ler e entender obras de José de Alencar ou Machado de Assis. Lígia Bojunga ou Ana Maria Machado eram opções mais pertinentes para leitores entre 11 e 12 anos, no entanto, uma linha tradicionalista de professores condenava esse tipo de leitura, por serem escritos em linguagem coloquial. Era o antigo duelo entre língua culta e língua coloquial.

Devido a todo esse dissabor com relação à leitura e escrita, os colégios mais tradicionais aumentaram a carga horária de português com o propósito de preparar para o vestibular. Foram criados, também com esse fim, cursos pré-vestibulares e esses adotaram como disciplina a *Técnica de Redação*, que servia para ensinar o vestibulando a fazer dissertações coesas e coerentes, com parágrafos definidos com o propósito de estabelecer: introdução, desenvolvimento e conclusão dos mesmos. Nem o curso de Letras escapa dessa medida extrema no esforço de se ensinar a ler e a escrever.

Segundo Ilari (1997), não há exercício menos gratificante que a redação, pois é ela uma atividade pedagógica fundamental no processo de formação educacional; empenha-se um tempo considerável sem que os educandos demonstrem um progresso efetivo. No entanto, é tarefa do professor de português a desprivatização linguística escrita e o ensino a seus alunos de ler e escrever, para que participem efetivamente da produção de conhecimento do Brasil.

Em 1987, as críticas à criatividade na renovação do ensino gramatical, modo como a gramática era concebida e praticada nas escolas e também o preconceito linguístico era inevitável. Seria preciso que fosse revisto o conceito de criatividade, ao se levar em conta que ela está presente no ato de fala, e, é fato, que as atividades metalinguísticas em nada contribuiriam para o desenvolvimento da criatividade. Toda essa ebulição em torno do ensino de língua materna levou o *Conselho Federal de Educação* a estabelecer a medida de retorno da disciplina de *Português* e não mais *Comunicação e Expressão*. Essa seria uma atitude em prol do ensino de língua e não apenas uma substituição de denominação.

A década de 1990 foi o início de modificações relevantes no ensino como um todo e na disciplina de Língua Portuguesa, em específico. Os vestibulares da UNICAMP e da UFRJ iniciaram uma nova forma de avaliar os conhecimentos dos vestibulandos: as questões de

múltipla escolha e as gramatiquinhas foram retiradas; as redações também mudaram a feição. Textos variados eram apresentados para leitura e análise feita pelos alunos que, posteriormente, seriam incitados a produzir um texto próprio.

A preocupação com a formação dos professores aumentou nos últimos anos dessa década, assim, o governo achou por bem cobrar que os professores fossem melhor preparados para dar aulas, exigia-se títulos, pois tal exigência sobrepõe à competência, embora esta última seja muito necessária. A última década do primeiro milênio conceituou linguagem como interação entre sujeitos, considerou importante levar o aluno a experimentar situações de interação com textos diferentes para interlocutores também diferentes. O ensino de língua portuguesa via o aluno como sujeito no processo de produção do conhecimento sobre língua e literatura.

As ideias de construção do conhecimento e a aprendizagem da literatura e da linguística por meio da leitura e da escrita constavam tanto no ensino de língua portuguesa quanto nos currículos escolares contemporâneos. Em 1996, uma nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, número 9394, estabeleceu em seu artigo 36 que a língua portuguesa seria encarada como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania que buscava compreender a língua como um ato interlocutório histórico e socialmente situado.

Nos anos de 1997 e 1998, o MEC elaborou os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) os quais foram amplamente divulgados nas escolas de todo o Brasil. Os PCN mantiveram clara a visão sobre o ensino da língua materna veiculada naquele contexto e qual era a função da escola como mediadora entre o aluno e o mundo de textos que circulam na sociedade, respeitando as diferenças, as adversidades e construindo referenciais comuns no processo educativo nacional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referenciais nacionais comuns no processo educativo em todas as regiões brasileiras (BRASIL, 1998, p. 5).

Teorias de texto e do discurso somadas às contribuições da Sociolinguística foram importantes para a construção do projeto dos PCN, pois consideraram o processo de ensino e aprendizagem uma construção permanente dos conhecimentos linguísticos. As mudanças pretendidas, no entanto, estavam focadas em produzir uma nova relação dos falantes com sua língua, formando um novo tipo de sociedade voltada para a diversidade. Nesses termos, a

gramática tradicional estaria abandonada, esquecida para que a Linguística fosse adotada como base de sustentação das práticas pedagógicas; as situações de comunicação não seriam reféns do certo/errado proposto pela gramática. Era importante saber sobre a língua e como usá-la, e entender que nem todos os brasileiros falam o mesmo português.

Enfim, o que importa salientar é que uma nova concepção de língua começou a ser delineada, para se concretizar no novo milênio. Língua não é mais instrumento de comunicação, mas constitutiva da enunciação, texto, discurso, os quais estabelecem relações de intercomunicação. Segundo Fávero e Koch (2005, p. 30), para Hjelmslev todo ato de linguagem é um texto, qualquer língua é um texto, um texto ilimitado. Toda língua é, ao mesmo tempo, texto e sistema. O texto é o resultado dos processos de leitura e escrita, resultado da interação entre o autor, o texto e o leitor.

A Gramática é uma ciência manifestada como uma doutrina num universo em que a língua escrita tem mais status que a língua falada. Isso porque os textos mais utilizados como exemplos nesse tipo de livro são, em sua totalidade, trechos de autores consagrados pela literatura. A língua desses escritores não está afinada com a língua do povo em geral, daí uns e outros afirmarem categoricamente que não conhecem a gramática de sua própria língua, apesar de saberem usá-la sem nenhuma dificuldade. Segundo Neves (2009), a gramática, devido à dificuldade dos falantes, passa a ser vista como uma forma distinta do uso da linguagem cotidiana e a eliminação da gramática é um forte apelo entre os estudantes de língua portuguesa.

2.4 A Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959)

A Nomenclatura Gramatical Brasileira nasceu num momento em que a preocupação do Ministério da Educação e de alguns professores estava a florada, porque a terminologia usada pelos gramáticos era abundante e variada. Como afirma Câmara Jr. (1975, p.56), ela veio para combater a fantasia individual de cada gramática. Em 1956, durante a era Vargas, Antonio Chediak mostrava-se desconfortável diante da pluralidade terminológica da gramática.

Segundo Chediak, num concurso de vestibular, o aluno quando inquirido sobre a

função sintática de *bom* na frase “O *bom* brasileiro zela pelo progresso do Brasil”, poderia dar diversas respostas, tais como adjunto atributivo, adjunto restritivo, adjunto determinativo demonstrativo, dentre outros. Caso o professor não levasse em consideração a diversidade de nomenclaturas utilizadas, o aluno poderia ficar prejudicado. Cada escola possuía uma linha a que seguir, um gramático adotado numa escola X podia não apresentar a mesma definição que um outro gramático adotado por uma segunda escola. A dificuldade se fazia presente até no fato de um aluno preferir mudar de escola, quando ele teria que reaprender as novas concepções.

Desde então, a nomenclatura gramatical inquietava não apenas Chediak, como também alguns de seus colegas universitários, sobretudo na análise sintática ou lógica. Chediak foi, desde sempre, um revolucionário nessas questões do ensino, e, em 1944, publicou no jornal literário *Dom Casmurro*, um artigo intitulado *Urgente Complemento à Reforma do Ensino*, o qual focalizava o problema da nomenclatura gramatical.

Dez anos depois, em 1954, o professor Modesto de Abreu, no periódico *Panfleto*, publicou um artigo sob o título *O Caos no Ensino do Vernáculo* e o tema não era diferente. A partir de então, acaloraram-se as discussões a respeito da unificação da nomenclatura gramatical. Alguns professores reuniram-se sob a orientação de Celso Cunha para tratar da questão gramatical em geral e de sua nomenclatura, em particular, de acordo com Henriques (2009).

Decidiram por pedir apoio ao Ministro da Educação, Clóvis Salgado, amigo pessoal de Celso Cunha. Já no primeiro encontro, ele fez a proposta para formar uma comissão que elaboraria o anteprojeto da *Nomenclatura Gramatical Brasileira* simplificada e unificada. O Ministro assinou a Portaria nomeando a comissão que contava com os seguintes nomes: Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique Rocha Lima e Cândido Jucá (filho). Foram eleitos presidente da comissão Professor Antenor Nascentes e, secretário, Professor Carlos Henrique da Rocha Lima, também relator.

Em primeiro lugar, a comissão se reuniu para aprovar os aspectos normativos a serem considerados para escolher a nomenclatura oficial. Quatro foram os critérios, o primeiro consistia na liberdade de voto e no apoio à maioria; o segundo critério seria um levantamento a respeito dos nomes utilizados por diversos gramáticos nacionais consagrados; em terceiro lugar, a seleção dos nomes obedeceria a um tríptico aspecto: exatidão científica do nome, vulgarização internacional, tradição escolar; e por fim, seriam eliminadas

denominações múltiplas optando pela mais simples e de uso mais geral, segundo Henriques (2009).

Os professores Rocha Lima e Antônio Chediak pretendiam fazer uma gramática sintética para explicar a nova nomenclatura, embora essa não fosse a intenção do ministro que, por seu turno, tencionava fazer apenas um documento simples, unificador da nomenclatura e deixar a cargo do professor regente de sala, a definição e outros comentários.

De fato, foram elencadas todas as nomenclaturas utilizadas na época e, por meio de voto, aquelas mais recorrentes e que mais abrangiam a definição foram as escolhidas. Porém, Cândido Jucá (filho), na qualidade de membro nomeado para a comissão, publicou, em 1958, um livro em que discordava da forma “democrática” como a escolha tinha sido feita. O livro de Jucá intitulava-se *Cento e Duas Restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, publicado antes da aprovação do projeto final.

Essa publicação caiu como uma bomba sobre o gabinete do diretor geral da Biblioteca Nacional, Celso Cunha. Jucá não poupou palavras para criticar o trabalho que ainda estava sendo feito; segundo ele, o projeto “[...] saiu aberrante, indigno da cultura filológica brasileira [...]” (in Henriques, 2009, p. 41). Depois do incidente com a publicação de Cândido Jucá (filho), uma nova assessoria incumbiu-se em formular o projeto dentro das normas estabelecidas. Para tanto, o Ministro designou três assessores: Antônio Chediak, Serafim da Silva Neto e Silvio Edmundo Elia. E como havia sido combinado, o anteprojeto foi apresentado por Chediak numa semana, puro, sem comentários, apenas o nome.

A comissão que iria corrigir não objetou praticamente nada, apenas duas ressalvas foram feitas. A primeira do professor Clóvis Monteiro que substituiu adjunto adjetivo por adjunto adnominal, e a segunda, sobre período composto que era dividido em quatro partes: coordenação (orações independentes), subordinação (orações dependentes), justaposição (orações paradedpendentes) e correlação (orações interdependentes), foi corrigida por todos os professores. Os componentes da comissão resolveram deixar apenas duas delas, as tradicionais: coordenação e subordinação.

Enviado ao *Ministério da Educação*, o projeto foi aprovado e divulgado para todos os estados da Federação e o Distrito Federal. A portaria recomendava o uso da nova nomenclatura por professores e gramáticos porque ela deveria fazer parte dos exames de admissão⁶³. Conforme Melo (1981, p. 213), “[...] baixou o Ministro a Portaria nº 36, de 28 de

⁶³ Os alunos egressos da primeira fase do Ensino Fundamental, o chamado Primário, eram submetidos à uma prova classificatória para ingressarem no Ginásio, segunda metade do Ensino fundamental. A essa prova

janeiro de 1959, na qual ‘recomendava’ a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, anexa à Portaria, ‘aconselhando’, ao mesmo passo, que entrasse em vigor, a partir do ano letivo de 1959 e nos exames de admissão de 1960”.

Subtende-se que ficariam obsoletos todos os livros didáticos de português, bem como as gramáticas que, a partir dessa data, não se adequassem à terminologia oficial por qualquer que fosse o motivo. A *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, deixou de fazer parte do cenário escolar, isto se deveu porque o que era para ser, em princípio, uma recomendação passou a ser interpretada como uma imposição de um Estado ditador.

Após nove anos da publicação da NGB, em 1968, Portugal preparava o anteprojeto da *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* (NGP). Com isso, observa-se que a preocupação em homogeneizar a terminologia gramatical não era um mérito brasileiro. Em 1909, a França já tinha unificado a sua nomenclatura, cujo relatório foi redigido por M. Marquet. A Espanha não tardou e publicou o *Glosario de La terminologia gramatical*, unificada pelo Ministério de Educación y Ciencia. Em 1912, Brunot já tinha feito a unificação da nomenclatura inglesa e em 1960 foi a vez da Bélgica.

No entanto, é preciso considerar as diferenças e semelhanças ente a NGB e a NGP porque são países com relações muito estreitas e que, de certa forma, falam o mesmo idioma. Os portugueses nomeados para a comissão foram os seguintes professores: Manuel Paiva Boléo (presidente da comissão), Augusto da Silva Reis Góra (de Lisboa), Francisco da Costa Marques (do Porto), Adriano Leite Teixeira (do Porto) e Maria Alice Nobre de Gouveia (de Coimbra).

O Ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles, felicitou o Brasil por já ter uma nomenclatura oficial antes de Portugal o qual, por duas vezes, 1927 e 1928, tentara apresentar um projeto semelhante, mas que, em termos práticos, não deu em nada. A NGB foi minudemente examinada pela comissão portuguesa antes que se elaborasse a NGP.

De início uma dessemelhança, o anteprojeto português continha 35 páginas, inclusive com rodapés esclarecedores, enquanto o texto final brasileiro era bem menor e sem nenhuma nota. O texto final português contava 117 páginas, mais completo que o brasileiro; nesse sentido, a fim de parabenizá-los alguns professores brasileiros enviaram pareceres à comissão portuguesa.

Quando se confronta a NGB e a NGP, tem-se como objetivo verificar igualdades e

davam o nome de Exame de Admissão.

singularidades possíveis com base nas conduções de produção de cada uma delas. A NGB é, para os brasileiros, a única fonte terminológica e suas recomendações são até hoje, cinquenta anos depois, adotadas em todos os bons livros didáticos do 1º e 2º graus.

[...] os compêndios gramaticais vindo à luz na década de 1960 tiveram de, bem ou mal, agasalhar os nomes propostos e, passados 50 anos, pode se dizer que a proposta ministerial, com essa ou aquela exceção, trouxe remédio para o carnaval terminológico a que assistia nos livros, em aula, entre professores, especialmente nos exames de admissão, apesar dos defeitos e emissões que se podem imputar à NGB [...] (BECHARA in HENRIQUES, 2009, p. 27).

Foram muitas as omissões e equívocos cometidos durante a elaboração e facção do projeto, que persistiram e que suscitaram críticas como aquela feita por Câmara Jr., apesar de ele renegar a atitude de crítico por ser negativa e estéril que considerou incoerentes os pontos de vista adotados pelos signatários os quais o fez pela preocupação em ser doutrinário demais. Segundo Câmara Jr. (1975, p. 56), “[...] não raro procedeu com excessiva timidez; a preocupação de não assumir atitudes doutrinárias radicais levou-a a certas incoerências e à manutenção, em alguns casos, de pontos de vista superados”. Não só ele, muitos outros discordaram da normatização gramatical, entre eles, Napoleão Mendes de Almeida, o qual não considera que o fato da crase ter ficado no apêndice da gramática, não facilitava para que o aluno decorasse, porque, segundo o gramático, a aceitação da NGB era uma tentativa de derrubar os melhores autores.

Evanildo Bechara também não se sentiu confortável com a nova nomenclatura gramatical por considerá-la incompleta. Silveira Bueno tentou alertar aqueles que compreenderam mal o texto da Portaria e, ao contrário, de uma recomendação, um conselho, entenderam-no como uma ordem, uma obrigação, uma vez que o país vivia nas mãos de ditadores impassíveis, que tiraram de seus conterrâneos inclusive o direito de expressar-se. Bem disse Silveira Bueno, o texto dava direito a facultar sobre seguir ou não a novidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa não reconhece o uso da nomenclatura oficial como obrigatória nem no ensino fundamental, nem no ensino médio. Na verdade, é impreciso o emprego da nomenclatura, a preocupação real é fazer com que o ensino de Língua Portuguesa tenha uma função útil e não apenas terminológica. Deve-se pensar como ensinar melhor a gramática.

É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano – uma prática pedagógica que vai da metalingua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de conhecimento e

memorização de terminologia. Em função disso, discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la? (Brasil, 1998. p. 28).

Não apenas naquela época, até atualmente, depois de mais de meio século, a NGB provoca comentários. O professor Cláudio Cezar Henriques em seu livro *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois* (2009) trouxe uma coleção de comentários com respeito à NGB. Linguistas e Gramáticos contemporâneos deram suas opiniões a respeito dela.

José Luiz Fiorin, um dos colaboradores do professor Henriques, considera importante para o ensino que haja uma nomenclatura unificada, embora o objetivo maior das aulas de Língua Portuguesa seja tornar o aluno um competente produtor de textos. Ele reconhece que o ensino da metalinguagem no ensino básico é um meio e nunca o fim. Leonor Lopes Fávero disse que a NGB desempenhou um papel relevante naquela época, mas nos dias atuais os alunos e professores nem sabem o que ela significa de fato, como se deu sua implantação.

Magda Soares, em tom de espanto, se surpreende pela resistência da NGB depois de tantos avanços nos estudos de descrição da Língua Portuguesa. Margarida Basílio concorda que a NGB continua sendo necessária devido à crescente proliferação de teorias e subteorias e suas ramificações nos estudos da linguagem. Enfim, não era possível não traçar prós e contras de uma questão norteadora dos estudos de descrição da língua. Embora as opiniões estejam divididas, a NGB veio para unificar, ainda que não tivesse atendido a todos os apelos dos professores que a projetaram.

Aponta-se, na abertura da nomenclatura, a divisão da gramática em subáreas. Oficialmente, a NGB divide a gramática em três partes: Fonética, Morfologia e Sintaxe. Com relação à Fonética estudaram-se os fonemas; à Morfologia, o verbo, e, com relação à Sintaxe, os termos essenciais: Sujeito e Predicado. Segundo Elia e Elia (1962, p. 15), “essa divisão pressupõe uma ordem de complexidade crescente: primeiro viriam os sons entendidos com os elementos mais simples da linguagem; depois com eles se formariam palavras e com estas frases”. Para tanto, a comparação será feita com os gramáticos selecionados como *corpus* e que pertençam à primeira metade do século XX, isto é, anteriores à NGB.

É a análise fonética que classifica os fonemas de um vocábulo. A primeira diferença primordial estabelecida pela NGB nesse campo é que letra e fonema são diferentes. Os gramáticos portugueses como Soares (1830), João Ribeiro (1898) e Eduardo Carlos Pereira

(1918) não faziam tal distinção por considerarem o fonema apenas o som produzido pela letra.

Contudo, as inovações quanto à terminologia não param por aí. Os fonemas vocálicos, quanto ao timbre, podem ser abertos, fechados e reduzidos. A novidade foi a substituição do termo surdo por reduzido. Levou-se em conta que as vogais, por sua natureza, são sonoras, não haveria sentido em chamá-las surda. A produção das vogais eram outro fator preocupante, gramáticos da mesma linhagem que Bechara introduziram o quinto critério de classificação vocálica, em que as vogais podem ser produzidas com os lábios arredondados ou não arredondados, divergindo do texto da NGB.

As classes de palavras passaram a ser dez (substantivo, artigo, numeral, pronome, adjetivo, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição) divididas entre variáveis e invariáveis. A nova nomenclatura tratou de definir as atribuições da Morfologia que seria o estudo das palavras isoladas e das partes constituintes da palavra.

A Nomenclatura preferiu falar em *classes*, em vez de *categorias* de palavras. Estabeleceu dez classes de palavras, considerando como classes à parte o *artigo* e o *numeral*. Por outro lado, na classe dos adjetivos, só incluiu os que denominavam, anteriormente, *qualificativos*, dispensando esta última denominação, passando os demais (possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos, interrogativos) à classe dos pronomes (ELIA; ELIA, 1962, p. 58).

Os verbos são variáveis, embora tenham, necessariamente, alguma diferença com relação aos substantivos. É, pois, a classe de palavra que apresenta uma variação maior que as demais. Segundo Elia e Elia (1962, p. 69), “cada conjugação é um sistema de flexões. E é preciso, preliminarmente, distribuir os verbos entre esses sistemas de flexões”. Eles se flexionam em pessoa, número, tempo e modo. Uma diferença bastante pertinente para ser ressaltada é a questão da quarta conjugação sustentada por vários gramáticos, como se verá no último capítulo. A segunda e a terceira conjugações latinas se juntaram e formaram a segunda do português.

A maior mudança se deu de forma bastante salutar na Sintaxe, também nomeada de estudo da estrutura da frase. Nesse caso, a sintaxe por se valer das palavras que se flexionam em conjunto, que dependem uma da outra, que ocupam determinada posição em relação a outras, se subdividia em sintaxe de concordância, de regência e de colocação. A parte que se analisará, neste trabalho, é como se manifestam os termos essenciais da oração (sujeito e predicado) e como se apresentavam na NGB. Disseram Elia e Elia (1962, p. 101): “devem ser abandonadas as denominações de: lógico e gramatical, ampliado e inampliado, complexo e

incomplexo, total e parcial – para qualquer elemento oracional (sujeito, objeto, etc.).

Não obstante, essas novas denominações serão discutidas, a seguir como base para o estudo das gramáticas do século XX, desde os primeiros gramáticos como Pereira até os contemporâneos de Bechara, a fim de verificar até que ponto tais denominações e definições facilitaram ou complicaram a vida dos estudantes de língua materna.

CAPÍTULO 3

MERGULHO NAS GRAMÁTICAS DO SÉCULO XX

3.1 Um estudo da lexeologia: fonologia e morfologia

Esse capítulo consistiu na descrição das partes da gramática: Fonologia, Morfologia e Sintaxe. De todas elas foi elencado um assunto como amostragem para o estudo historiográfico que se delineia como continuidade conceitual e ruptura metodológica.

Por séculos, o homem tentou compreender o conceito de língua e a linguagem e como elas se realizam de forma eficaz para a comunicação humana. Em todo esse trajeto, a gramática sempre esteve presente, ora como descrição da língua, como a Gramática de João de Barros, ora como forma de expressão do discurso, *Port Royal*.

O século XIX foi propício ao surgimento da Gramática Comparada como Ciência na Alemanha, berço dos comparatistas que tinham como objeto central explicar a língua como organismo vivo que nasce, cresce e morre, como Schleicher havia dito em *Les langues de l'Europe moderne*. Comparatistas que agiam como anatomistas da língua, ocupando-se dos sons e das formas, possuíam orientação naturalista, vinculados com a História; nesse contexto, a Linguística Comparada deu prioridade aos estudos da Fonética e da Morfologia.

[...] o desenvolvimento da linguagem não era por ele considerado como desenvolvimento histórico, como de todos os outros traços da sociedade humana. Comparava-o ao desenvolvimento de uma planta com suas leis fixas de crescimento e morte. A linguagem era vista como algo da natureza, ou seja, um animal ou uma planta (CÂMARA Jr., 1975, p. 65).

Fonética e Morfologia já tinham mais tempo de estudos e análise, por isso gramáticos, filólogos e linguistas já habituados com os métodos dessas duas disciplinas, poderiam naturalmente confundi-las, misturá-las, porque elas eram separadas uma da outra e as duas da sintaxe por um fio quase invisível. A tênue linha divisória entre as três partes da gramática deixa perceber como uma interfere no modelo da outra, daí os gramáticos brasileiros, por influência dos gramáticos portugueses e também da escola de erudição alemã, minimizarem a última, não por falta de vontade, mas de conhecimento.

Lexeologia era o estudo das palavras isoladas. O termo em questão não foi

empregado por Ribeiro (1898), pois só foi assim reconhecido no século XX. Pereira e Silveira Bueno definiram a lexeologia como o estudo das palavras divididas em duas partes: a parte material, sons e letras, e a ideia ou significação, correspondendo, respectivamente, à fonologia e à morfologia, embora o segundo não considerasse a fonologia parte integrante da lexeologia.

Os aspectos das palavras eram, segundo Silveira Bueno, constituídos pela lexeologia que, por sua vez, abarcava a morfologia referente à constituição da forma das palavras, propriamente ditas; a taxinomia, referente à distribuição em categorias gramaticais como o substantivo, adjetivo, artigo, verbo entre outros; a campenomia indicam as flexões de gênero, número e grau e ainda as pessoas gramaticais e semântica referindo-se a significação das palavras.

No início do século, por falta de normatização, enquanto para Ribeiro (1898), o adjetivo recebia, numa análise morfossintática, a figuração de *atributo adjetivo*, de acordo com Said Ali (1923), o termo denominava-se *determinante atributivo*, e segundo Pereira (1918) o mesmo termo era chamado de *adjunto atributivo* e a NGB o normatizou como *adjunto adnominal*.

De acordo com Bechara, Fonologia e Morfologia são simultaneamente os sons e as letras e a significação. No último caso, refere-se aos morfemas, menores unidades significativas, e aos fonemas, menores unidades sem significação. O termo lexeologia, por uma questão de unificação da nomenclatura, não aparece na gramática de Bechara, que faz distinção entre *Fonética* e *Fonêmica* e salienta que o importante para o falante não é saber uma série de movimentos articulatórios, porém, traços distintivos entre um som e outro; sendo assim, a Fonêmica permite a realização da atividade linguística necessária ao falante.

3.1.1 O som articulado e seus traços

O som articulado nasceu da necessidade que o homem tem de expor o que sente, o que pensa, como age, bem como o som não articulado pode ser desencadeado a partir de um ataque súbito de alegria, raiva, uma profusão de sentimentos e sensações inerentes ao homem.

A produção da língua é o resultado da disposição humana para tanto. A ideia brota com uma força característica e se torna sons, que também possuem uma força especial. Os sons se distinguem das demais impressões sensoriais pela capacidade

do ouvido de captar os movimentos: no caso do som produzido pela voz, saído pela boca de um ser vivo, o ouvido percebe a força de uma ação, que brota no fundo de um peito como produto de sentimentos. Se o som é articulado, brota dos sentimentos de um ser com sensibilidade (MILANI (parafrazeando HUMBOLDT), 1994, p. 52).

Os sons elementares da voz humana, de acordo com Pereira (1920), deveriam ser chamados de fonemas, cujas representações gráficas seriam chamadas letras, as quais formavam o conjunto sistemático chamado alfabeto. Tanto os fonemas quanto as letras, se fazem importantes para a reprodução da fala humana, seja ela falada ou escrita, então as letras eram representações quase perfeitas dos fonemas.

As letras, segundo Pereira (1920), se dividiam em duas partes: quanto à forma, em maiúsculas e minúsculas, e quanto à natureza, seis vogais (a, e, i, o, u, y) e dezenove consoantes (b, c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, x, z). Há, contudo, diferença entre sons e letras, conforme o Said Ali (1923), aqueles são os diversos elementos da palavra considerados segundo a sua pronúncia; esses, os caracteres de que se utilizam o falante para representar os sons por meio da escrita.

João Ribeiro (1933), contrário a Said Ali, reconhecia que as letras representavam os sons e os sinais gráficos, desprezando os fonemas, já que para ele a fonologia era um assunto amplo que compreendia um estudo mais apurado e de cunho histórico. Silveira Bueno (1944), descreveu como são produzidos os sons quando saem pela boca do falante e é recebido pelo ouvinte e podem despertar imagens que se transformam em entendimento.

Esses dois aspectos, o som e a imagem, são essenciais para a linguagem, indissociáveis e inseparáveis. Na prática, só se separam como fim didático, para que se tenha clareza dessa parte indispensável da gramática: a fonologia. Silveira Bueno descreveu como duas pessoas podiam se entender por meio de sons e imagem acústica, enfatizou o circuito da fala como ponto de partida para a comunicação.

O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente psíquico, seguido, por sua vez, de um processo fisiológico: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem, depois as ondas sonoras se propagam da boca de A até o ouvido de B: processo puramente físico (SAUSSURE, 1979, p. 19).

Os signos linguísticos partem do emissor e chegam, por meio de sinais sonoros, chamados fonemas, até os ouvidos do receptor, um processo físico resultante de um processo psíquico ocorrido com o emissor em que o cérebro transmite aos órgãos fonadores um

impulso de imagens. Silveira Bueno definiu os aspectos da palavra no ato de fala como um todo sonoro e significante que despertam imagens na mente de quem ouve.

Napoleão Mendes (1952) usou Pereira como fonte inesgotável, e, claro, ambos concordavam que os sons da voz humana são denominados fonemas e sempre que representados graficamente são chamados letras. A confusão entre letra e fonema era tão notável em Napoleão Mendes quanto em seus contemporâneos e antecessores. Evanildo Bechara admitiu serem cinco os símbolos gráficos para as vogais *a, e, i, o, u*, sendo o *y* uma variação do *i*.

A partir da década de 1950, após Câmara Jr. ter ministrado, no Brasil, pela primeira vez, um curso de Linguística e, por meio dele, ter disseminado tais ideias, que angariou adeptos, ficaram cada vez mais contundentes os estudos sobre Fonética e Fonologia. A diferença entre letra e fonema passou a ser uma preocupação imanente para linguistas e gramáticos desde então.

Segundo Bechara (1966), fonemas não poderiam ser confundidos com letras, aqueles são realidades acústicas registradas pelos ouvidos e esses um sinal representativo do sistema sonoro de uma língua. Ele ressaltou a falta de identidade perfeita entre um e outro, até hoje não é possível dizer que um fonema é graficamente representado por tal símbolo, são apenas aproximações, caso tal representação fosse possível haveria de ter uma ortografia ideal, preparada para isso.

Há palavras escritas com letras distintas as quais representam o mesmo fonema e o inverso também é possível. Gramáticos contemporâneos ou posteriores a Bechara conheciam a nova *lei* regente da nomenclatura gramatical, a NGB, desse modo, todos reconheceriam no fonema o menor seguimento fônico da língua e que a confusão entre letra e fonema estava desfeita, segundo Elia e Elia (1962), era o fonema o som da língua e a letra a representação escrita desse som, discurso perfeitamente reproduzido por Bechara.

As palavras, na língua escrita, segundo Sacconi (1989), eram formadas por letras e por fonemas na língua falada. Em nada esse gramático diferia do seu contemporâneo Evanildo Bechara. Outro contemporâneo dos dois, Celso Cunha (1980), definiu fonema como um som capaz de estabelecer uma distinção significativa, os fonemas distintivos, merismas para Beveniste (2005), servem para diferenciar palavras como *lata* e *mata*.

Elementarmente, Cegalla (1970) definiu fonema como os elementos simples das palavras que serviam para constituir sílabas e, posteriormente, vocábulos, as letras eram sinais

gráficos correspondentes aos fonemas. As últimas definições de fonema e letra ficaram por conta do avanço dos estudos linguísticos no Brasil com a tradução para português do *Curso de Linguística Geral* que facilitou a propagação e o conhecimento dos estudos saussurianos em território nacional.

Como comprovação de que letra e fonema não se correspondem, observe a realização do fonema /s/ que pode ser grafado como c (cebola), s (sapato), ss (assado), x (externo). Ou fonemas diferentes, letras iguais como é o caso de *menino* que se realizam como /ɛ/ ou /i/ dependendo da região do Brasil em que é falado. A geografia linguística era uma preocupação dos gramáticos, desde o início do século XX.

O alfabeto moderno é sumamente defeituoso. Faltam-lhe símbolos especiais para certos sons, como á, e, ô, que são às vezes, supridos por acentos; ao mesmo tempo possui caracteres superabundantes, como g e j; c, k, q, etc. Muitas das alterações das palavras são devidas a defeitos do alfabeto: ficar, fiquei, etc. (RIBEIRO, 1933, p. 17).

Percebia-se, mesmo antes de Ribeiro, a diferença entre letra e fonema, bem como a impossibilidade de correspondência entre eles, muitas vezes como já foi explicado. Algumas letras mostravam certas peculiaridades como o *h* e o *c* classificados por Said Ali como letras mudas, não representam um fonema. O *h*, em especial, segundo Pereira (1918), não era letra, mas ocupava um lugar tradicional no alfabeto e servia para formar *digrammas* (nh, lh, ch); para indicar aspiração leve nas interjeições e notação etimológica. Coutinho (1976, p. 83) endossa a afirmação anterior, “o *h* não é propriamente uma letra, mas um mero sinal etimológico. Combina-se com o *c*, o *l*, e o *n* para formar as palatais molhadas *ch*, *lh*, *nh*”.

Como casos peculiares tinham-se o *y*, letra foneticamente com o mesmo valor que o *i*, usado em palavras estrangeiras; o *w*, letra teutônica, não pertencia ao alfabeto da língua portuguesa, era empregado em palavras oriundas do inglês e do alemão que têm o som de *u* ou *v*, respectivamente, de acordo com Pereira (1920).

Uma pequena nota existente na Gramática Expositiva (1918, p. 7) revelou que as letras distinguiam-se pelo nome, pela forma gráfica, e pelo valor fonético ou fônico, elas eram as protagonistas da fonologia. Bem ao contrário do que afirmou Bechara, conhecedor não só dos preceitos gramaticais brasileiros como também os da Linguística que, na época, começava a ser de interesse dos professores formados em Letras.

3.1.1.1 Fonemas vocálicos: sons relevantes na língua portuguesa

Os fonemas vocálicos são os de maior relevância na língua portuguesa, não se forma nenhuma sílaba sem que se tenha como alicerce uma vogal. Manoel Dias Souza, gramático português do início do século XIX, não negava a importância dos fonemas vocálicos e os descrevia embora a confusão entre letra e fonema se fizesse imanente na época. Mostrou como as vogais eram entendidas e caracterizou a abertura da vogal *a* em face do *u*. Não mencionou a palavra fonema, aludiu ao som e indicou as variações que recebem as vogais e um tipo específico de acento.

As letras vogaes são cinco a saber : A, E, I, O, U, considerando bem a ordem natural delas , A he a mais aberta de todas; as outras vão sempre diminuindo até U , a qual tem hum som mais fechado , e necessita de maior movimento dos beiços para se pronunciar. Com estas cinco vogaes se formão todas as vozes que tem uzu na lingua Portugueza ; mas para completar todos os sós de que temos necessidade, variamos o som destas mesmas vogaes: humas vezes pronunciando-as com vós alta e aguda ; outras com vós baixa e grave ; e outras com vós média entre aguda e grave ; e ha tres acentos que se costumão pôr sobre as mesmas vogaes para indicar estas tres variações. O som agudo indica-se desta sorte: á é i ó ú ; o som medio desta : â ê î ô ú ; o som grave desta : à è ì ò u , ainda que deste se não uza porque sempre se supõe em todas as vogaes que não são agudas, nem medias. Nas seguintes palavras se mostrão as mesmas letras empregadas com sós diferentes indicados pelos acentos. a - marmelada, brágà , fâmà , fâdigà (SOUZA, 1804, p. 7).

Contudo, os fonemas de uma língua podiam ser divididos em vogais (vozes) ou consoantes (consonâncias). As vogais, por sua vez, podiam ser orais, também chamadas puras, porque a corrente de ar que partia dos pulmões passava pelo *tubo cartilaginoso* – traqueia, para se tornar som pela vibração das pregas vocais, assim, a vogal era modificada pelas sucessivas aproximações das partes móveis da boca: arcada dentária inferior, os lábios, a língua, o véu do paladar. A descrição e definição do aparelho fonador foram ratificadas por dois gramáticos: Eduardo Carlos Pereira e Manuel Said Ali.

Bechara mostrou-se didático também e, numa atitude didático-pedagógica que permitia ao aluno compreender melhor do que se falava, valeu-se de um desenho para explicar o aparelho fonador, o qual não é nenhum tipo de sistema especial para a fala. Para a produção dos fonemas, o homem se serve dos órgãos dos sistemas respiratório e digestivo, os quais são descritos biologicamente (traqueia, brônquios, faringe, laringe, fossas nasais...) pelo gramático que ainda vai mais longe e elucida algumas outras possíveis dúvidas como a diferença que há na produção dos fonemas em diversos idiomas.

Em português, como na maioria dos idiomas, os fonemas são produzidos graças à modificação que esse órgãos da fala impõem à corrente de ar que sai dos pulmões. Línguas há, entretanto, que se servem da corrente inspiratória (entrando o ar nos pulmões) para produzir fonemas, que são conhecidos pelo nome de cliques (BECHARA, 1966, p. 30).

Essa discussão pode ser clareada pela explicação de Lopes (2000) sobre os fonemas inspirados os quais representam a abertura global Ø (zero), que equivale ao fechamento total da glote. O ar, ao invés de escapar da laringe para a boca, inverte a sua direção e passa desta para aquela. O resultado são os fonemas inspirados ou inspiratórios não encontrados em português, mas em idiomas africanos, asiáticos e ameríndios. O efeito sonoro produzido por este fonema é semelhante ao soluço.

Quanto às vogais nasais, Napoleão Mendes disse que elas são desviadas pelas cavidades nasais, parte do ar é expelida pelos pulmões, mediante abaixamento do véu do paladar, obtendo as vozes nasais. Essas recebem o mesmo tratamento das orais com a diferença de que as primeiras, como acordam Napoleão Mendes e Pereira, têm os sons produzidos parte pela boca, parte pelas fossas nasais. Pereira (1920) grafava-as como an, en, in, on, um; Mendes (1952), an (ã), em, in, on, e un e Bechara usa o til para marcar nasalização (ã, ê, ã, õ, ù)⁶⁴.

Malmberg (*Apud* LOPES, 2000) enfatizou que línguas europeias como o português, o polonês e o francês são as únicas que possuem verdadeiramente vogais nasais, as quais são produzidas pelo abaixamento do véu palatino, que fazem com que uma parte do ar ressoe nas fossas nasais. O francês ainda tem um diferencial com relação ao português, enquanto aquele só possui vogais nasais centrífugas, abertas, este possui vogais nasais centrípetas, fechadas.

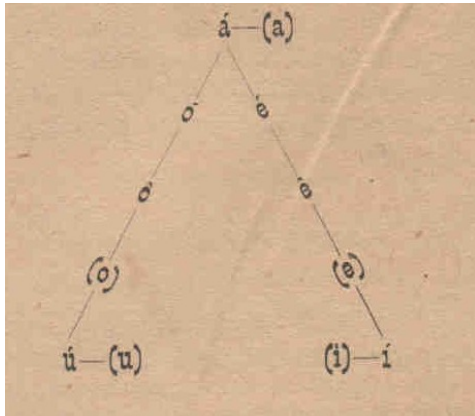
Uma forte influência latina se evidenciava na *Gramática Expositiva*, principalmente, quando se definia a classificação da quantidade das vogais orais classificadas em longas (ā, ē, ī, ō, ū) e breves (ă, ě, ĭ, ǫ, ŭ) conforme o maior ou menor tempo gasto na sua prolação. As longas gastavam dois tempos em relação às breves como em sofá e solfa, pode e poder. Tal definição não é adotada na 10ª edição dessa gramática, isto se deve aos estudos constantemente desenvolvidos pelo autor quando fez a última revisão da *Gramática Expositiva* antes de sua morte.

Na edição de 1920 da *Gramática Expositiva*, as vogais não são classificadas quantitativamente, mas qualitativamente, ou seja, o timbre da vogal era levado em consideração quando da sua produção. Desse modo, com relação ao timbre, as vogais se

⁶⁴ Os fonemas elencados aqui foram grafados tal qual se encontram em cada gramática dos respectivos autores.

classificavam em abertas, fechadas, surdas ou graves.

Pereira, preocupado com a diferenciação cada vez mais evidente entre o português do Brasil e de Portugal, comparou os dois países e afirmou que no Brasil não há *â* (fechado)



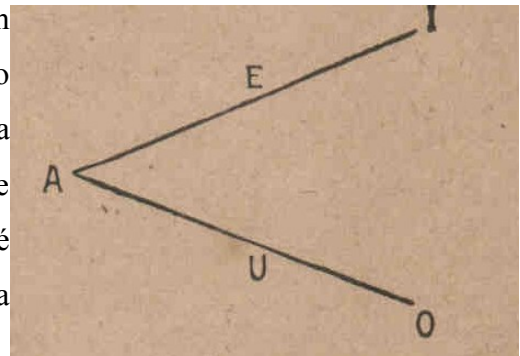
como em Portugal (*câda*, *dâma*). Quanto ao *i* e *u*, eles não se distinguem pela qualidade ou timbre, mas pela intensidade ou tonicidade. O *e* e *o* surdos são ambíguos, e ora sobem levemente a escala vocálica para *ê* e *ô*, ora descem para *i* e *u*, de acordo com Pereira (1918, p. 9).

Trocando em miúdos, refere-se à altura da língua na maior e menor proximidade dela em relação ao palato: altas /i/ - /u/; médias /e/, /ɛ/, /ó/, /o/; baixa /a/. Para

resumir esse quadro vocálico, tem-se as vogais chamadas primitivas, intermediárias e secundárias.

Napoleão Mendes representou as vogais orais partindo da vogal *a*, chamada fundamental, seguida por *e* e *i* que ele denominou palatais; *o* e *u* labiais. Ao passo que Ribeiro fez praticamente o mesmo esquema com a diferença da posição, no caso, a posição invertida no gráfico e as classificações palatais e labiais que não apareceram nessa gramática.

Em Ribeiro (1898, p. 19) as vogais foram dispostas considerando os timbres vocálicos como ascendentes de *a* até *i* e descendentes de *a* a *o*. Essa divergência é resultado do movimento da língua, que primeiro eleva sua parte anterior gradualmente até tocar o palato, ao passo que na série descendente a parte posterior da língua se move no mesmo sentido.



Silveira Bueno dividiu as vogais em médio-palatais: *a*, *á*, *â*, *ã*; pré-palatais: *é*, *ê*, *ẽ*, *i*, *ĩ*; e, post-palatais: *o*, *ô*, *õ*, *ũ*⁶⁵. Tal divisão levava em conta os pontos de articulação para a produção dos sons vocálicos que poderiam ocorrer no centro do palato, na parte anterior dos dentes ou mais próxima a eles ou na parte superior ou mais próxima da garganta.

Daí a explicação sobre a divisão das vogais em altas e baixas. As altas se formavam no véu palatal e as baixas longe dele, como o *i* e *o* respectivamente. A vogal média *a* é formada por meio do véu palatino e esta classificação se deve à zona de articulação. Silveira

⁶⁵Os fonemas foram reproduzidos aqui de acordo com o paradigma usado por Silveira Bueno (1944, p. 24) e, por isso, não estão entre barras.

Bueno concluiu sua explicação sobre as vogais dizendo que a articulação delas se apoia no triângulo de Hellwag, o qual, segundo Coutinho (1976), está na posição invertida em relação àquela apresentada pelo gramático. Nessa representação, o fonema /a/ ocupa o vértice, enquanto o /i/ e o /u/ marcam os pontos de intersecção dos ângulos da base.

De acordo com o prólogo da 8ª edição (1918), Pereira enfatizou as mudanças havidas principalmente nos grupos vocálicos, referentes ao quadro dos valores qualitativos das vogais que perderam o valor quantitativo e se ativeram ao qualitativo, a transformação mais relevante nessa gramática. Destarte, o quadro ficou mais enxuto e mais fácil de se entender. O fonema /u/, segundo Pereira (1918), era classificado com o longo, breve e grave, nasal e longo; tal classificação recebeu algumas modificações de acordo com a reformulação feita na *Gramática Expositiva* (1920) e, desse modo, o fonema /u/ foi classificado com o agudo, grave e nasal e longo.

longo – peru
 breve (grave) – tribu
 nasal (longo) – tunda (PEREIRA, 1918, p. 9)
 agudo – sagú
 grave – tribù
 nasal (longo) – tunda (PEREIRA, 1920, p. 10)

Na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, as vogais foram classificadas de acordo com a nomenclatura unificada, a NGB, em quatro critérios: zona de articulação, intensidade, timbre e papel das cavidades bucal e nasal. A *Nomenclatura Gramatical Brasileira* definiu com precisão os critérios aos quais as vogais devem ser submetidas, dessa maneira, quanto à zona de articulação, podem ser médias, anteriores e posteriores, de acordo com a posição tomada pela língua para a realização desses fonemas.

Segundo Bechara (1966, p. 34), “ com a boca ligeiramente aberta e a língua na posição de repouso, proferimos fonema /a/ que é o que exige menor esforço e constitui a vogal média”. Na série de fonemas /ε/, /e/ e /i/ a ponta da língua deve elevar-se e avançar em direção ao palato duro, diminuindo a abertura bucal e propiciando um aumento da faringe, chamados os fonemas anteriores. Para a produção dos fonemas /ɔ/, /o/, /u/ o dorso da língua tende a se elevar recuando em direção ao véu do paladar, o que provoca a diminuição da abertura bucal e o arredondamento progressivo dos lábios, produzindo as vogais posteriores.

Quanto à intensidade, elas podem ser tônicas ou átonas. Vogal tônica é aquela sobre a qual recai o acento tônico (*tímido*) e por vogal átona, entende-se que seja inacentuada, podendo ser pretônica (*avó*) ou postônica (*tímido*). Quando os vocábulos são extensos pode

haver outra vogal de grande intensidade chamada vogal subtônica (polidamente).

Quanto ao timbre, efeito acústico resultante da distância entre o dorso e o véu do paladar, em funcionamento na cavidade bucal, que funciona como caixa de ressonância e também um traço distintivo, as vogais podem ser abertas, fechadas e reduzidas, de acordo com Bechara (1997). O timbre se tornou um traço distintivo porque ele é o responsável por classificar as vogais e distribuí-las no triângulo de Hellwag. Bem como disse Souza (1804), o maior movimento dos “beijos” indicava a diferença entre os fonemas vocálicos.

Ainda com relação ao valor qualitativo das vogais, algumas se distinguem por mudarem o timbre em decorrência da variação linguística, fato observado por Pereira. Daí se escrever menino e dizer *mêninô* ou *minino*, valendo-se de traços reduzidos para marcar a mudança nos fonemas.

As cavidades bucal e nasal possuem um papel relevante no trato com as vogais que podem ser orais ou nasais. São orais quando a ressonância é produzida na boca, conforme Bechara (1997, p. 34), há “sete vogais orais tônicas (/á/, /é/, /ê/, /i/, /ó/, /ô/, /u/), cinco átonas por não haver distinção entre /é/ e /ê/, /ó/ e /ô/ (/a, /e/, /i/, /o/, /u/) e três reduzidas (/a, /e/, /i/)”. As nasais somam cinco (/ã/, /ẽ/, /ĩ/, /õ/, /ũ/). É conveniente observar que as vogais reduzidas não tinham sido previstas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira. Numa nota de rodapé, Bechara (1997) diz que é melhor bani-las porque em muitos dos casos em que são chamadas reduzidas, há na realidade uma mudança ou troca de fonema.

A *Moderna Gramática Portuguesa* previa o quinto critério de classificação vocálica que consiste na altura da língua. De acordo com Lopes (2000, p. 112), esse critério se refere ao grau de aproximação entre a língua e o palato durante a articulação. Sendo assim, as vogais podiam ser altas: /i/ - /u/; médias: /e/, /ɛ/, /ɔ/, /o/ e baixa: /a/. Bechara propôs um quadro sobre a *elevação da língua*, embora ele tivesse feito uma observação pertinente sobre este critério ao dizer que a *NGB* não levou em conta a elevação gradual da língua como é descrita em sua gramática. Ainda sobre o mesmo critério, segundo Lopes (2000), conta-se para a produção das vogais a posição dos lábios que podem ser não-arredondados: /ɛ/, /e/, /i/, /a/ e arredondados: /ɔ/, /o/, /u/.

No quadro dos traços vocálicos estavam representados os fonemas vocálicos classificados em surdo, longo, nasal, breve, fechado, aberto que podia ser conferido com a realização desses fonemas em cada falante, quando se leva em conta a fala correta da região sudeste, no início do século, quando Pereira fez a última revisão da Gramática Expositiva.

Isto prova que a gramática normativa é indiferente às mudanças operadas pelo indivíduo falante. Com a reformulação da Gramática Expositiva, esse quadro sofreu algumas alterações que podem ser conferidas em Pereira (1920, p. 9). A vogal breve não foi assinalada nessa reformulação da *Gramática Expositiva*.

João Ribeiro (1933) fez alguns apontamentos a respeito da utilidade da observação a respeito da fonética brasileira quando destacou que algumas variedades são diferentes das do português europeu, pois nela algumas variedades de timbre observáveis no português europeu

Quadro dos valores phoneticos das vogaes

a	/ 1	longo (aberto)	sofá, más
	/ 2	breve (grave, surdo)	toca, ladrilho
	3	nasal (longo)	manta, vã, dama
e	/ 4	aberto (longo)	café, ferro
	5	fechado (longo)	mercê, verdete
	6	surdo (breve)	pegar, tarde
	7	nasal (longo)	penete, embate
i	/ 8	longo	frio, cambucy
	9	breve (grave)	quasi, jury
	10	nasal (longo)	injusto, syntaxe
o	/ 11	aberto (longo)	pó, morte
	12	fechado (longo)	povo, avô
	13	surdo (breve)	vocação, povoar
	14	nasal (longo)	pompa, põe
u	/ 15	longo	peru, gula
	16	breve (grave)	tribu, tumulto
	17	nasal (longo)	tunda, tumba

não são encontrados no português do Brasil. A língua indígena foi uma herança muito presente na fala do povo brasileiro e marcadamente o /a/ aberto é um legado indígena. O /a/ também é distinto na prosódia em palavras como *mas* (conj.), *para* (preposição), *a* (artigo distinto de á) que não correspondem à pronúncia brasileira.

O /e/ tem para os brasileiros, muitas vezes, o valor de /i/, a distinção entre /è/ (prègar) (pègada), o /e/ aberto está representado em fê, café, pé; enquanto o /e/ é brevíssimo em português europeu: pedido (p' dido), não o é para o português da colônia, por isso os erros cometidos pelos portugueses não são cometidos pelos brasileiros, a troca de /i/ por /e/, vezinho, Felipe, Felinto. A distinção entre esses fonemas vocálicos reforça a distância que a língua portuguesa falada no Brasil tomava da língua de Portugal.

A vogal *o* podia se realizar como /o/, /o/ e quando esse último é átono pode ser equivalente a /u/ como em *rato* e *mato*. Não há, portanto, diferença entre as duas línguas portuguesas faladas aqui e lá, salvo quando se trata da vogal nasal, Antônio (antônio e não antóhnio) que acontece com mais frequência nas palavras esdrúxulas, ou seja, com mais de três sílabas. Há divergência, porém, no /o/ pretônico, que no Brasil vale *ô* e não *u*: sôbrado e não subrado. Contudo em vários lugares soa *u*: chuver, tumar. Em poucas palavras, é fato que a nasal é sempre mais extensa e intensa no Brasil, de acordo com Ribeiro (1898).

João Ribeiro apontou os usos das vogais no Brasil e comparou, por meio de um quadro vocálico dos dois países, Brasil e Portugal, os usos de cada fonema vocálico. Silveira

Bueno também fez um trabalho semelhante, traçou as diferenças de pronúncia das vogais no país e quando possível comparou-as com a pronúncia portuguesa. Para ele o fonema /a/ se realizava como /a/, /á/, /ã/ e, como já foi dito por outros, não é reconhecido no Brasil o /â/ de Portugal. Quanto ao /e/, podia ser /e/, /ê/, /ε/, /ẽ/, quase sempre surgia um /i/ formando um ditongo bê (bem, *beim*); *i* realiza-se como /i/, /i/, /ĩ/; *o* pode ser /o/, /ô/, /ɔ/, /õ/, finalmente /ú/ e /u/.

Napoleão Mendes também não se furtou da comparação entre a língua de Portugal e do Brasil, separou as vogais por alguns traços comuns, com exemplos, e disse como cada fonema se realizava: aberto, fechado, nasal, surdo. Ele desconsiderou dois dos traços apontados por Eduardo Carlos Pereira, o qual tinha sua gramática quase extinta dos palcos escolares, quando dessa publicação de Napoleão Mendes. Não se pode esquecer que um gramático sempre tem outros como fonte, a gramática sempre se imita e se repete, tal qual fez Napoleão Mendes, até porque ambos viveram em São Paulo, lugar onde Pereira consolidou sua carreira como gramático.

A NGB separou os fonemas vocálicos quanto à zona de articulação, ao timbre, à ressonância e à intensidade, além de considerar semivogais o *y* e o *w*. Bechara, no entanto, insistiu no quinto critério de classificação das vogais porque a elevação gradual da língua não foi considerada pela nova nomenclatura. De acordo com Bechara (1966, p. 36-37), “a Nomenclatura Gramatical Brasileira não levou em conta a elevação gradual da língua, o que distingue as vogais em: 1 – vogal baixa [...]; 2 – vogais médias [...]; 3 – vogais altas [...]. Entre as nasais desapareceram os dois graus de elevação das vogais médias”.

A *Nomenclatura Gramatical Brasileira* dividiu os fonemas vocálicos em vogais e semivogais. As vogais são classificadas quanto à zona de articulação em anteriores (e, i), média (/a/), posteriores (/o/, /u/); quanto ao timbre em abertas (/á/, /é/, /ó/), fechadas (/ê/, /ô/, /i/, /u/), orais (/a/, /e/, /i/, /o/, /u/) e reduzidas (/e/ = /i/, /o/ = /u/); quanto à ressonância, nasais (/ã/, /ẽ/, /ĩ/, /õ/, /ũ/) e orais (a, e, i, o, u); por fim, quanto à intensidade, tônicas e átonas. Segundo a NGB, são quatro critérios e não cinco como sugeriu Bechara.

Após a lei, fica obrigatório o uso da nomenclatura proposta. Neste caso, Cegalla (1970) age coerentemente e por isto não reconhece o quinto critério como Bechara. Celso Cunha (1980) copiou os preceitos do linguista e gramático e adotou o quinto critério, mesmo indo de encontro como o que rezava a NGB. De acordo com ele, “embora não conste da Nomenclatura Gramatical Brasileira, é conveniente incluir [o quinto critério] nesta

classificação articulatória das vogais [...]” (p. 46).

Callou e Leite (1998) fizeram uma crítica à *NGB* ao dizer que ela incorre em vários equívocos, e o de elevação da língua é apenas mais um. Em seguida, aponta Câmara Jr. como o responsável pelo critério da elevação gradual da língua adotado por Bechara e Cunha.

3.1.1.1.2 Grupos vocálicos: ditongo, tritongo e hiato

Constitui-se um grupo vocálico a reunião de duas ou três *vogais* na mesma sílaba ou em sílabas diferentes, ou seja, “os encontros vocálicos dão origem aos ditongos, tritongos e hiatos. Representamos as semivogais *i* (e) por /y/ e *u* (o) por /w/” (BECHARA, 1966, p. 38). Por falar em semivogais, vale a pena conceituá-las, antes, porém, é necessário que se saiba que as semivogais ocupam um espaço interessante, não são vogais nem tão pouco consoantes, a mesma característica é encontrada nas semiconsoantes, uma vez que “[...] as semivogais e semiconsoantes são fonemas neutros (nem vocálicos nem consonânticos). É o que os define como passagens, transições, glides” (LOPES, 2000, p. 104).

O autor da *Gramática Expositiva* não chama de semivogais as que participam do ditongo, prefere chamá-las de prepositiva, a primeira da sequência, e subjuntiva, a segunda, as últimas fazem o efeito de semiconsoantes, segundo Ribeiro (1933). Desse modo, temos dois conceitos de ditongo, segundo Pereira, o primeiro é um som vocálico duplo, duas vogais pronunciadas num mesmo impulso, o segundo, de acordo com Bechara (1966), que o define como o encontro de uma vogal e uma semivogal ou vice-versa, em que a vogal é ouvida mais nitidamente que a semivogal, a vogal é distintiva.

O que se tem aqui são pontos de vista diferentes. O ditongo é, como disse Bechara, a conjunção de uma vogal e uma semivogal em que o som da vogal é mais nítido, a diferença denota o desenvolvimento encarado pelos estudos fonéticos nesse espaço de tempo. Numa nota de rodapé, Ribeiro (1933) explica que “a existência de ditongos tem sido contestada por vários filólogos de porte” (p. 21). E prossegue dizendo que em latim haviam poucos ditongos, mas que nas línguas românicas eles são numerosos e característicos.

Os ditongos são divididos em oral (ai, au, ei...) e nasal (ãe, ãi, em = eĩ...) na *Gramática Expositiva*. Bechara, além da classificação dada, ainda acrescenta que o ditongo pode ser crescente e decrescente em acordo com a *Nomenclatura Gramatical Brasileira*.

Pode-se concluir que os semiditongos apontados por Pereira, notoriamente referem-se ao ditongo crescente como se vê em *ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, eu, ui, uo*.

A definição não é nenhuma invenção, já estava prevista por Said Ali, o qual apontou que se a primeira vogal é dominante, o ditongo é decrescente, em contrário, crescente. Segundo João Ribeiro (1933, p. 21), “na série decrescente a primeira vogal é a preponderante (ou propositiva). Na série crescente são as vogais subjuntivas da primeira série que ocupam o primeiro lugar [...]”, do mesmo modo como Said Ali descreveu.

Os tritongos são um caso peculiar de encontro vocálico porque podem em alguns casos serem considerados ditongos ou hiatos. Bechara (1966) conceitua o tritongo como um encontro de uma vogal entre duas semivogais numa mesma sílaba. Na sétima edição de Pereira (1918, p. 11), “[...] tritongo é o som de três vogais intimamente ligadas na prolação [...]”; enquanto na décima edição (1920) da mesma gramática, o autor define-o de outra forma, são três vogais sucessivas pronunciadas numa única emissão de voz.

Said Ali não faz nenhuma menção ao tritongo, como se sabe não há tritongos em nenhuma língua, o que ocorre é a junção de um hiato e um ditongo. Apesar dessa constatação, Callou e Leite (1993, p. 92) não negam a existência deles, pelo contrário, afirmam que “encontros vocálicos em formas tais como *águia, história, luar, fiel, leal, glória, água, tênue, série, etc.* podem ser pronunciados como ditongos ou hiatos, ou ainda tritongos em *leões, leis*”. A NGB também concorda com a existência deles, de acordo com Elia e Elia (1962), o tritongo é a reunião, numa mesma sílaba, de uma semivogal e outra semivogal. Ninguém discorda que a base da sílaba seja a vogal.

O hiato é um encontro vocálico de “duas vozes pronunciadas em dois impulsos francos, tais são: *ae (baeta), ao (aorta), au (Paul) [...]*”, como está em Pereira (1920). Segundo Ribeiro (1898, p.34), “o hiato ou a sucessão de vogais de vocalização não simultânea constitui uma das maiores dificuldades prosódicas, e por isso nas línguas derivadas é suscetível de diversas degenerações”. Bechara não acrescenta nada além do que já havia dito Pereira e Ribeiro, apenas comentaram sobre a tendência a se evitar o hiato.

De acordo com Bechara (1966), nos ditongos decrescentes, seguidos de vogal final ou ditongo átono desenvolve-se o /y/ e o /w/ como semivogal, será variável e de acordo com as expressões e peculiaridades individuais os hiatos cuja primeira vogal for *u* e a segunda for final de palavra, seguido ou não de *s* classificam-se seja como ditongo, seja como hiato, uma vez que as duas emissões são possíveis em língua portuguesa.

Tais observações alertam para a boa compreensão do hiato, bem como sanam possíveis dúvidas quanto à separação ou não das vogais como é o caso de goiaba (goi – ia – ba) exemplo do primeiro caso; nua (nu – a ou nu – ua), 2ª caso; o terceiro caso está registrado na NGB, série (sé – ri – e ou sé – rie); e o quarto, goi – ia – ba. Enfim, não é muito assertiva a definição e a classificação dos encontros vocálicos quaisquer que sejam em qualquer que sejam os gramáticos.

3.1.1.3 Fonemas consonantais e seus traços distintivos

Se se quer diferenciar vogal e consoante não basta apenas dizer que vogal é o som que se pronuncia sozinho e o som consonantal sempre apoiada numa vogal. É preciso compreender, como ensinou Silveira Bueno (1944, p. 17), que vogal é som; consoante é ruído; vogal é vibração de pregas vocais, consoante é apenas obstáculos vencidos em outras partes do aparelho fonador. Coube a Pereira significar os fonemas consoantes ou consonâncias, às quais são assim nomeadas por encontrarem obstáculos no aparelho fonador.

São formados pela corrente expiratória, que encontra obstáculo na aproximação ou contato de órgãos bucais [os que fazem parte do aparelho fonador]. São, como os fonemas vocálicos, sons laringeos, isto é, formados na laringe e caracterizados por maior aproximação das partes móveis da boca. Por isto alguns gramáticos lhes chamam vozes constrictas ou explosivas, dando às vogais a designação de vozes livres. (PEREIRA, 1920, p. 13).

Os fonemas consonantais, diferentemente dos fonemas vocálicos, são formados com maior atrito por parte dos órgãos do aparelho fonador com a língua, os dentes, o palato e as vogais, produzidas com menor atrito, são chamadas puras. No início do século XX, muita coisa ainda estava por ser legislada, a forma de caracterização das consoantes era uma delas.

A dificuldade em conceituar e separar letra e fonema não era novidade tanto é que para diferenciá-los graficamente se usava a vogal *e* justaposta à consoante para o som perfeito do fonema. Na *Gramática Expositiva* (1920), está escrito que as consoantes são 19 (b, c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, x, z) e, que os fonemas consoantes ou consonâncias são 19 (be, ce, de, fe...), confirmando a falta de meios para a transcrição.

Ou seja, não dá para diferenciá-los usando apenas os conceitos de Pereira. Importante dizer que o gramático Jeronymo Soares Barboza, uma das fontes da *Gramática*

Expositiva, não coloca a consoante justaposta à vogal *e* para representar o fonema, mas também não usa as barras (/) instituídas a partir da *NGB. A Moderna Gramática Portuguesa*, por sua vez, vale-se das barras para representação dos fonemas, contudo não usa os símbolos fonéticos.

As consonâncias são articuladas de tal modo que cada uma possua sua particularidade, pois as consonâncias produzidas pelo movimento das diferentes partes móveis, quantas forem estas partes, tantas serão as classes de consonâncias, de acordo com Barboza (1830, p. 80). Em consonância com Ribeiro (1898), pode-se chamar consoantes os sons articulados que só se produzem em conjunto com as vogais: *b* (*b + e*), ou melhor, são sons vogais que se modificam no percurso do tubo vocal. Significa, portanto, que a produção das consoantes só é possível por causa das vogais.

Eduardo Carlos Pereira (1920. P. 14) discriminou os fonemas consonantais em três partes, a saber: “1º ao modo de sua formação; 2º ao lugar de sua articulação; 3º ao esforço de sua prolação, isto é, dividem-se em classes, ordens, graus”. De acordo com a *Gramática Expositiva*, as classes às quais as consonâncias se dividem são duas: explosiva ou momentânea e constrictiva ou contínua. As explosivas são formadas a partir do contato com os órgãos bucais que deixam sair subitamente o ar numa explosão como as consonâncias *b, p, d, t, k, (k, c, qu), g (gh)* em que a corrente de ar é liberada pelas partes móveis da boca de uma só vez.

Silveira Bueno (1944) dividiu os fonemas consonantais em momentâneos e contínuos, enquanto outros preferem oclusivas e constrictivas. A diferença entre ele e Pereira se dá apenas por uma mudança de nome: oclusiva para Silveira Bueno e explosiva para Pereira ambas formadas pela aproximação dos órgãos da boca fazendo com que a corrente de ar saia apertada ou constricta, o que permite continuar a prolação do fonema.

As consoantes oclusivas ou momentâneas são formadas pelo fechamento ou oclusão do aparelho vocal, em determinado ponto, imediatamente seguido da sua abertura repentina ou explosão, permitindo a saída do sopro expirador. Por que se dá oclusão é que se chamam oclusivas; por que esta oclusão é imediatamente seguida da abertura ou explosão, durando apenas um momento, é que se chamam momentâneas. Agrupam-se sob esta denominação: *p, b, m, t, d, n, c, q, (k), g* (BUENO, 1944, p. 20).

As constrictivas ou contínuas são formadas pela aproximação dos órgãos da boca fazendo com que a corrente de ar saia apertada ou constricta, o que permite continuar a prolação do fonema, tais são: *f, v, s, z, r, l, x, j, m, n*, segundo Pereira (1918). De acordo com

Napoleão Mendes (1952, p. 26), “é contínua a consoante em cuja prolação o som pode prolongar-se indeterminadamente mediante atrito continuado do ar ao sair da boca [...]”. Os fonemas relacionados anteriormente, segundo Pereira e Napoleão Mendes, saem de forma constricta, ou seja, a compreensão da corrente de ar vinda dos pulmões vai sendo em partes bloqueada, e o bloqueio do ar é responsável pela formação desses fonemas.

Articulação é promovida pelos órgãos móveis da boca e outros órgãos chamados imóveis. Um se aproxima do outro formando, assim, o fonema. O ponto de articulação está compreendido na região bucal onde se produz o contato com os articuladores: dente, língua, palato.

São articuladores os órgãos que obstruem – total ou parcialmente – a corrente expiratória. Essa obstrução é geralmente provocada pelo concurso de dois órgãos, um dos quais (lábio, língua, véu palatino, úvula) é móvel – articulador ativo – e se aproxima do outro (dentes, lábio, palato, alvéolos), que é imóvel – articulador passivo -. Tomados aos pares, na sua atividade, um articulador móvel e um imóvel definem o ponto de articulação. (LOPES, 2000, p. 105)

A junção dos articuladores forma o ponto de articulação do fonema e é por meio dele que se pode fazer a distinção entre dois fonemas. Quanto ao lugar de articulação, Pereira divide-o em cinco ordens, a saber, a primeira é formada pelas labiais simples /p/, /b/, /m/; a segunda pelas labiais dentais /f/, /v/; a terceira pelas linguais dentais /t/, /d/, /s/, /z/, /r/, /n/; as linguais palatais /ʃ/, /ʒ/, /ɲ/, /ʎ/; e por último as guturais /k/, /g/.

O autor ainda lembra que são homorgânicas as que têm o mesmo lugar de articulação e heterorgânicas aquelas com lugares de articulação diferentes. Assim, são homorgânicas *p* e *b*, enquanto *x* e *g* são heterorgânicas. Em português do Brasil, as vogais são sempre sonoras ao passo que as consoantes nem sempre. Muitas vezes estas são produzidas sem a vibração das pregas vocais produzindo fonemas surdos, outras vezes as pregas vocais vibram produzindo fonemas sonoros. É o que Pereira chamou de grau ou esforço produzido na prolação.

As consonâncias são de dois graus: fortes ou surdas, brandas ou sonoras, distribuídas em pares homorgânicos, a primeira é sempre forte e a segunda branda como exemplo tem-se os pares mínimos /p/ e /b/, /f/ e /v/, /t/ e /d/, /k/ e /g/, conforme Pereira (1920, p. 15). Esse gramático defende que outros fonemas, são, por assim dizer, peculiares. Como exemplo tem-se o *r* que se realiza como os fonemas /r/ e /x/, os fonemas /ɲ/ e /ʎ/ não têm representações gráficas, isto é, letras que possam substituí-los. Segundo ele, tem dupla representação os fonemas /s/ (c e s), /z/ (z e s) assim como /k/ (k e c) e conclui dizendo que estes formam os

dois defeitos do alfabeto da língua portuguesa: superabundância para a representação de certos fonemas e deficiência para a representação de outros, que Pereira grafa como: nhe, lhe, an, en, in, on, um.

Consoantes líquidas, também chamadas correntes, prestavam-se na composição de sílabas complexas, que se combinam de tal forma que parecem ser uma só, de acordo com Barboza (1830). Corroborou com ele Eduardo Carlos Pereira (1920) que conceituou e exemplificou as consoantes como *l, r, m, e n* líquidas, essas receberam essa denominação em virtude de poderem juntar-se a outras na pronúncia, com as quais são compatíveis na formação das sílabas, por exemplo: *ap – plau – so, phle – gma*.

Humas são líquidas isto he , *correntes* ; porque seu mecanismo he tão facil, e para assim dizer, tão fluido, que na composição das syllabas complexas se associão tão amigavelmente com as outras consonancias, que parecem fazer com ellas hum mesmo corpo (BARBOZA, 1830, p. 12).

Há outros fonemas que só são tratados na *Gramática Expositiva* por uma nota. É o caso dos apicais /t, /d, /s, /z/ que são assim chamados, por serem formados com o ápice da língua na raiz dos dentes; os fonemas /s/ e /z/, sibilantes, devido à natureza dos sons são desse modo nomeados. Pelo mesmo motivo /ʒ/ e /ʒ/ dizem-se chiantes e /r/ tremulante e vibrante, conforme Pereira (1920, p. 15). Barboza acrescenta à classe das chiantes o fonema /s/ e das tremulantes /rr/. O *x* dúplice pertence simultaneamente às guturais e às linguais-dentais⁶⁶.

Os fonemas consonantais são discriminados quanto ao modo de formação (explosivas ou momentâneas, constrictivas ou contínuas); quanto ao lugar de sua articulação (labiais, dentais, palatais, guturais) e ao esforço na prolação dos fonemas (fortes ou surdas, brandas ou sonoras), segundo a *Gramática Expositiva* (1920). A Nomenclatura modificou em parte essa teoria da classificação das consoantes. Então, de acordo com ela, classificam-se as consoantes em quatro critérios: “a) quanto ao modo de articulação; b) quanto à zona de articulação; c) quanto ao papel das pregas vocais; d) quanto ao papel das cavidades nasal e bucal” (BECHARA, 1997, p. 39).

Quanto ao modo de articulação a novidade está na subdivisão das consoantes constrictivas que podem ser fricativas, segundo Bechara (1997), se a corrente expiratória passa por entre os órgãos que formam o obstáculo parcial e produzir um atrito à maneira de fricção como em /f, /v, /s, /z/, /x/, /j/⁶⁷; nas constrictivas laterais, /l/ e /ʎ/, a passagem da corrente

⁶⁶Os fonemas utilizados por Barboza (1830) foram grafados aqui tal qual se encontra no texto original.

⁶⁷Este fonema /ʒ/ foi copiado literalmente da Moderna Gramática Portuguesa.

expiratória, obstruída pela aproximação do ápice ou dorso da língua aos alvéolos da arcada dentária superior ou ao palato, escapa pelos lados da cavidade bucal.

São constrictivas as vibrantes quando da sua produção, o ápice da língua de encontro com o véu palatino executa movimentos vibratórios rápidos, abrindo e fechando a passagem da corrente expiratória como ocorre em /r/ e /x/. As constrictivas nasais se formam pelo abaixamento do véu palatino e pela abertura da cavidade nasal. É assim que três consoantes nasais: a bilabial /m/, a linguodental /n/ e a palatal /ŋ/ são formadas.

Quanto à zona de articulação, as coisas também parecem um pouco mudadas, pois são classificadas, segundo Bechara (1997), em bilabiaais (lábio contra lábio): /p, /b/, /m; labiodentais (lábio inferior e arcada dentária superior): /f/, /v/; linguodentais (língua contra arcada dentária superior): /t/, /d/, /n/; alveolares (língua em direção ou contra os alvéolos): /s/, /z/, /l/; palatais (dorso da língua contra o céu da boca): /x/, /j/, /ʎ/, /ŋ/; velares (raiz da língua contra o véu do paladar): /k/, /g/.

Algumas observações são pertinentes, de acordo com Bechara (1997, P. 40), “o /l/ inicial da sílaba é nitidamente alveolar, enquanto o final é proferido relaxado, quase velar, mas tendo-se o cuidado de não fazê-lo igual a u. Nas ligações com a vogal inicial de outro vocábulo, soa como alveolar”. Sendo assim, o /l/ inicial é alveolar (lata) e o final velar

Modo da articulação	Lugar da articulação	Labiais		Dentais ou linguodentais	Palatais ou linguopalatais		
		Bi-labiais	Dento-labiais		Póstero-palatais (Gutturais)	Medio-palatais	Antero-palatais
oclusivas	sonoras	b		d	g		
	surdas	p		t	c (k, p)		
Constrictivas	fricativas	sonoras	u	v	s, z		l
		surdas		f	s, ç		g, j ch, x
	vibrantes	sonoras			r		
		laterais	sonoras			l	lh
	nasais	sonoras	m		n		nh

(aluguel), a ressalva foi feita ao dizer que o /l/ final não é u. E se se liga a uma vogal de outro vocábulo (mal amar) soa como alveolar. O fonema /x/ é alveolar, mas é proferido como velar devido ao recuo da língua. As linguodentais /t/ e /d/ seguidas de i podem palatalizar-se. Tal descrição reforça a opinião de que a gramática sublima a língua falada por alguns e de algumas regiões específicas do país, o sudeste por exemplo, onde se encontrava a Capital Federal na época.

As pregas vocais têm grande importância para a distinção dos fonemas consonantais, por isso, Bechara divide-as em surdas (/p/, /f/, /t/, /s/, /x/, /k/) e sonoras (/b/, /v/, /d/, /z/, /j/, /g/, /m/, /n/, /nh/, /l/, /lh/, /r/, /rr/)⁶⁸, as vibrantes e nasais e o /l/ lateral. Outra novidade é que,

⁶⁸ Nesse ponto também fez-se necessário transcrever os fonemas como estava na gramática de Bechara (1966).

quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, as consoantes podem ser nasais /m/, /n/, /ɲ/ e orais, todas as outras. Ribeiro (1933) adota o esquema sugerido por J. J. Nunes e justifica que não se tem no período uma terminologia assentada sobre a classificação dos fonemas consonânticos.

O quadro dos fonemas consonantais, segundo Cunha (1980), apresenta traços muito mais distintivos do que o quadro apresentado por Ribeiro. É, portanto, muito mais elucidativa, a terminologia usada por esse gramático está em conformidade com a Nomenclatura Gramatical Brasileira. É claro, mais de um século separava as convicções linguísticas de cada um deles.

3.1.1.4 Conceituação dos encontros consonantais e dígrafos

Algo muito usual é a repetição de conceitos entre gramáticos, não importa a teoria que se proponha seguir ou em que época isso ocorreu como aconteceu entre Pereira (1920), Bechara (1966) e Cegalla (1970). Os três concordam que a reunião de duas ou mais consoantes, numa só sílaba, num mesmo vocábulo como *bl*, *cl*, *pr*, *tm*, *ct* dentre tantos outros se caracteriza como grupos consonantais. A diferença entre eles está no método utilizado. Pereira como bom naturalista remonta à língua latina e opta por acrescentar as consoantes geminadas; Bechara é didático e aproveita para ensinar sobre separação de sílabas nesse caso.

Pereira usa como fonte desse assunto, o dicionário Contemporâneo de A. A. Cortesão. O autor da gramática Expositiva usa um dicionarista e estudioso das leis ortográficas, com o fim de explicar leis fonéticas e com o intuito de ressaltar a fala do povo brasileiro. Para tanto, discrimina cada consoante e explica como usá-la, por exemplo, o *r* tem som brando entre vogais, e forte nos outros; é lusitanismo dar ao *s* final o som de *x*, *pirex*. Em Portugal, Cortesão manda dar o valor de *c* ao *s* em vigésimo, centésimo, segundo Pereira (1920, p. 19-20).

As fontes de Pereira são, em sua maioria, autores portugueses, além de Cortesão, Leite de Vasconcelos que também não é gramático, mas estudioso das questões ortográficas. Alguns encontros consonantais são destruídos pela tendência da linguagem coloquial do Brasil intercalar, na pronúncia, a vogal *i* ou *e*, como é o caso de *pe-neu*, *di-gui-no*, *a-de-vo-ga-*

do, que Celso Cunha (1980) chama de vogal epentética.

Não se pode furtar de falar dos dígrafos. Num período posterior ao período latino foi que se desenvolveu a necessidade de falar nesse assunto que, por sua vez, é, segundo Dubois (2004, p. 190), “[...] um grupo de duas letras empregado para transcrever um único fonema. Estão neste caso os fonemas palatais, transcritos em português pelos dígrafos *ch*, *lh*, *nh*”. Para Saussure os gregos e latinos não tinham dígrafos porque se serviam de um princípio fonológico que visava a escrita correta.

No alfabeto grego primitivo, não se encontram grafias complexas como o “*ch*” francês por *š*, nem representações duplas de um som único como no francês o “*s*” e “*s*” por *s*, nem um signo simples para um som duplo com o “*x*” por “*ks*”. Esse princípio, necessário e suficiente para uma boa escrita fonológica, os gregos o realizaram quase integralmente (SAUSSURE, 1972, p. 50).

Apesar de os gregos e latinos não usarem o que Pereira chama de digramma e Bechara, dígrafo, a língua portuguesa possui alguns deles que são formados a partir de uma consoante mais uma letra diacrítica. Em português as letras diacríticas são *h*, *r*, *s*, *c*, *ç*, *u* para os dígrafos consonantais *m* e *n* para os dígrafos vocálicos: *chá*, *carro*, *passo*, *quero*, *campo*, *onda*.

Para concluir esta discussão, Bechara (1966, p. 45) faz algumas ressalvas, ao dizer que não há ditongo em *quero*, isto ocorre porque o *u* é uma letra diacrítica que em conjunção com *q* forma um dígrafo. Que *m* e *n* não são fonemas consonânticos nasais em *campo* e *onda*, já que nesses casos formam dígrafos com as vogais *a* que se juntam, embora a NGB não cogite que exista dígrafo nasal. Por fim *qu* e *gu* se classificam como */k/* e */g/*, respectivamente.

Bechara alerta o estudante para que esse não confunda dígrafo com encontro consonantal. Segundo ele, dígrafo é o emprego de duas letras para a representação gráfica de um só fonema, como em *passo* (cf. *paço*), *chá* (cf. *xá*), *manhã*, *palha*, *enviar*, *mandar*. O primeiro são duas letras, dois fonemas, ao passo que o segundo é formado por duas letras, apenas um fonema. Para Pereira, não há essa distinção. A fonologia ainda contempla a prosódia, a ortoepia, a ortografia as quais não são o foco do trabalho que se delineia. Neste caso, o próximo passo é analisar os aspectos morfológicos do verbo.

3.1.2 O verbo, sua morfologia e seu emprego

Na tradição herdada da Idade Média, não era possível analisar uma palavra como se fez durante o século XX, retirando dela partes fixas e móveis, radical e afixo para enfim estudá-la no seu íntimo. O que se fazia era tão somente estudar o vocabulário e sua produtividade, isto é, como se dava a produção das palavras e suas classificações. Por muito tempo os gramáticos se ativeram em seguir os modelos latinos e gregos, porque na época se pensava que o sânscrito fosse a língua original, então, de acordo com Rosa (2008, pp. 30-31), “a preocupação com uma língua-mãe gerou, [...] intensa pesquisa das mudanças na estrutura fonética, que levou ao que conhecemos como gramática comparada [...] Nesse contexto em meados do século XIX o termo morfologia começava a ser utilizado”.

A gramática comparada foi responsável por fazer alastrar esse termo e as pesquisas com relação às palavras ficaram cada vez mais ousadas. A começar pelas leis fonéticas de Grimm, passando pelo trabalho de reconstrução de vocabulário de Schleicher, até chegar à classificação das palavras que são de origem greco-latina.

A tradição gramatical greco-latina reconheceu na palavra características de três tipos: a) semânticas, que nos deram definições como o substantivo é a palavra que nomeia os seres, ou como questões acerca de quais os elementos que podem ser suprimidos do enunciado mantendo-se, ainda assim, uma estrutura com significado; b) morfológicas, como, por exemplo, o reconhecimento de que o nome pode flexionar-se em gênero, número e caso, mas não em tempo, modo ou voz; e c) sintáticas, como a identificação de que o nome, mas não o verbo, pode funcionar como sujeito, além de questões variadas acerca dos fenômenos de concordância e regência (ROSA, 2008, p. 91).

As características semânticas, morfológicas e sintáticas das palavras serão o foco dessa seção. Apenas para salientar o que se tem dito, é bom que se tome como exemplo cada um dos gramáticos arrolados aqui, bem como sua produção. Todos eles, de modos específicos e peculiares, trataram de responder às questões relevantes que enfocaram a teoria.

A tradição gramatical compreendia partes do discurso que até hoje se apresenta nas gramáticas atuais. Essas partes estão dispostas em três características: a semântica, a morfológica e a sintática. O léxico se desligou do texto para formar um objeto de estudo à parte desse e não deixa, é claro, de ter sobre si o olhar rigoroso das três características citadas.

A gramática grega buscou codificar a língua e, para isto, de acordo com Neves

(2002, p. 36), “a organização gramatical dos gregos pode separar-se sob três aspectos: os elementos, as partes do discurso e as chamadas categorias gramaticais”. As categorias gramaticais são o que a gramática atual chama de classes de palavras e que Said Ali chamava Lexeologia.

Aristarco, filólogo fiel às tradições, dividiu as categorias gramaticais em oito classes: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Os gramáticos, cada qual optou por seguir uma linha de pensamento, ora dos gregos, ora dos latinos. Eduardo Carlos Pereira preferiu adotar a divisão feita por Aristarco. O linguista e gramático Evanildo Bechara, por força da *NGB*, defendeu que as classes de palavras incluíam os numerais e os artigos.

3.1.2.1 O verbo e suas categorias

O nome e o verbo eram duas classes já aventadas por Aristóteles em sua obra *Arte Poética*. A diferença entre um e outro é basicamente o tempo porque o verbo tem extensão mais complexa que os nomes. Ele faz parte das palavras variáveis, de acordo com o tempo, o modo, o número e a conjugação.

A bem da verdade são quatro categorias que se resumem em duas: “é que a noção de tempo vem geralmente ligada à de modo; a de número é indissociável da noção de pessoa. Por isso, em cada forma verbal só há duas desinências”, como disse Monteiro (1991, p. 83). Em muitos casos, se não em todos eles, os morfemas modo-temporal, número-pessoal não têm representação individual, agem na coletividade, não são quatro categorias, mas duas.

Em se tratando de morfemas verbais, Bechara (1966, p. 142) fez uma divisão, a fim de demonstrar como devem ser entendidas essas categorias. Tome-se como exemplo o verbo *cant – á – va – mos* cujas desinências são portadoras de significação e indicam tempo, modo, número, pessoa e conjugação. Dessa forma, a partir desse verbo, tem-se a significação apontada pela vogal temática – a, que indica que ele pertence à primeira conjugação; a desinência –va acumula em si duas categorias, a de tempo e de modo, pretérito imperfeito do modo indicativo, por se tratar de um verbo de conjugação regular; e, finalmente, a desinência –mos, também acumulativa, indicativa de primeira pessoa e o número plural.

Para que o estudo seja mais acurado, tome-se como exemplo o que Maria Helena de Moura Neves, linguista e estudiosa da gramática, como ela própria se intitula, destaca sobre as categorias a que os verbos são subjugados. A primeira categoria elencada é a de casos, em que o verbo pode expressar interrogação e ordem.

É verdade que os verbos não têm casos, esses são próprios dos nomes. De acordo com Neves (2002, p. 41), “caso é o modo como algo ‘cai’, ocorre, acontece, chega a uma situação, isso significa a realização de algo geral sob circunstâncias especiais, temporais e causais particulares, o que corresponde, na verdade, ao sentido de *ptôsis* em Aristóteles”. Para os estoicos o significado se aprofundava, *ptôsis* significava qualidade e como o verbo não tem qualidade não pode ter caso.

Nenhum dos gramáticos de que se fala aqui trabalhou com a ideia de casos, contudo a ideia de flexão foi latente. Caso, neste sentido, quer dizer flexão para os verbos, os gramáticos falam sobre flexões. Gramáticos como Pereira, Ribeiro, Bechara e Cunha flexionavam em suas gramáticas alguns verbos em todos os tempos, modos, pessoas e número, isto é, demonstraram como se opera a flexão em todos os tipos de verbo para demonstrar se há ou não um paradigma.

3.1.2.2 Primeira categoria: tempo e aspecto verbal

O tempo é algo fundamental para o verbo, como disse Aristóteles, constituindo a diferença entre eles e os nomes. A própria definição de verbo, trazida por Pereira (1920, p. 98) revela que os verbos são especiais, “[...] palavra que exprime a ação atribuída, sob as relações de tempo e de modo, a uma pessoa ou coisa” (PEREIRA, 1920, p. 98). O tempo verbal situa o momento da fala, no tempo do evento e no momento da referência. A língua portuguesa é precisa e se refere aos tempos verbais para demonstrar como o evento pode ser entendido sob os diversos ângulos temporais.

Como Pereira (1920, p. 100) afirmou, “tempos do verbo são as épocas da duração em que se realiza a ação ou o fato enunciado por ele. São três épocas indicadas por flexões próprias: o presente, o passado e o futuro” (p. 100). Faz-se mister esmiuçar cada uma dessas épocas. O presente, momento da fala, é evidentemente a localização do momento do evento

em relação ao tempo que se fala. A fim de que essa explicação fique melhor, é de bom tom que se recorra à resenha das *propriedades lógicas das línguas naturais* feita por Reichenbach, que disse ser relevante para a compreensão da estrutura temporal do verbo: MF (momento da fala); ME (momento da realização da ação expressa pelo verbo); MR (momento da referência), de acordo com a interpretação apresentada por Ilari (2001, p. 13).

A descrição do tempo presente, feita por Pereira, indica que ele é único e indivisível, corresponde perfeitamente à fórmula: $MF = MR = ME$. O momento da fala é igual ao momento da referência e do evento, de fato, um momento único. O mesmo não se pode dizer do tempo passado, que, por seu turno, se divide em três: pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito. Cada um deles representa uma forma de enxergar os fatos ocorridos num determinado período. No pretérito perfeito, o fato enunciado pelo verbo é perfeitamente acabado ou passado: estudei, escrevi. Levando em consideração os fatores que incidiram sobre este tempo verbal, tem-se a fórmula: $MF \leftarrow MR = ME$, isto é, o momento do evento e da referência são iguais e implicam o momento da fala.

A fórmula $MF = MR \leftarrow ME$ é aplicável ao pretérito imperfeito, cuja descrição, feita por Pereira, remeteu ao fato verbal não completamente acabado, sendo passado em referência ao ato da palavra, e presente em referência a outra época ou circunstância indicada; é um tempo de dupla relação. É a referência que implica a fala de tal modo que o evento não se conclui.

De acordo com Ilari (2001, p. 14), “[...] Reichenbach associa ao mais-que-perfeito, descrito canonicamente como o tempo que situa o momento do evento antes do momento de referência, que, por sua vez, se situa antes do momento da fala”. Canonicamente, o pretérito mais-que-perfeito é o passado do passado, é duplamente passado, é passado em referência ao ato da palavra, em referência a outra época ou circunstância indicada. Em resumo, no passado, o verbo possui quatro aspectos, segundo Neves (2002, p. 43), “[...] o durativo (paratatikón) é imperfeito; o completado (paracheímenon), que é o perfeito; o completado no passado (hypersyntelikón), que é o mais-que-perfeito; o indeterminado (aoríston), que é o aoristo”. Isso forma o pretérito como foi descrito anteriormente.

O futuro é também divisível. O autor da *Gramática Expositiva* divide-o em futuro perfeito e absoluto se o fato verbal é futuro e não realizável e futuro perfeito ou anterior, se o futuro é um tempo de dupla relação. Ao ser colocado na fórmula de Reichenbach, o momento do evento e da referência são posteriores ao momento da fala.

A nomenclatura utilizada nos tempos do futuro, na *Gramática Expositiva*, não corresponde à nomenclatura dada por Bechara que tenta seguir à risca as normas da NGB. O futuro imperfeito do indicativo foi substituído pelo futuro do presente ambos do modo indicativo. A *Gramática de Port-Royal*, fonte da *Gramática Expositiva*, indicava três tempos compostos. O primeiro denominava-se pretérito imperfeito assinalado como presente da coisa que se fala. Os tempos compostos são muito comuns em língua portuguesa, por isso, são encontrados em todas as gramáticas.

O segundo tempo composto indica duplamente o passado, é chamado pretérito mais-que-perfeito. Neste caso, o fato é passado de outro fato passado; o terceiro indica o futuro em relação ao passado, futuro perfeito, e ainda acrescenta que poderia haver um quarto tempo composto que indica futuro em relação ao presente. Conforme Silveira Bueno, a ação já é passada em relação a outra passada.

Como se pode conferir em Arnauld e Lancelot (2001, p. 92), “se pretendeu marcar cada um desses tempos em relação a um outro através de uma só palavra, decorreu daí ainda que se inventaram outras inflexões nos verbos, que podem ser chamados tempos compostos [...]”. Os três primeiros casos tratados por *Port-Royal* podem ser encontrados na *Gramática Expositiva*. São características que apesar do tempo decorrido se perpetuaram. O quarto tempo composto, não há evidências de que ele tenha sido tratado nesta gramática.

Ao pé da letra, o tempo composto encontrado na *Gramática Expositiva* era formado por verbos auxiliares (ter, ser, estar e haver) em conjunto com um particípio passado ou infinitivo impessoal ou com o gerúndio. Conforme Pereira (1920, p. 103), os “verbos auxiliares são certos verbos que servem para a formação de tempos compostos, bem como de certas linguagens, vozes ou locuções verbais. Tanto os tempos compostos como essas linguagens eram expressões perifrásticas ou circunlóquios verbais”. Quanto ao emprego dos auxiliares pode-se dizer que eles são mais usados para formar a voz passiva unindo-se com os verbos *ser* e *estar* e ainda na formação dos tempos compostos da voz ativa em conjunto com *ter* e *haver*, de acordo com Silveira Bueno.

Bechara complementou que muitas vezes o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal dando origem aos aspectos verbais. Como é apenas o auxiliar que recebe as flexões de pessoa, número, tempo e modo, são eles os responsáveis por conferir ao verbo um aspecto. Sobre as aplicações dos verbos auxiliares, Bechara emenda fazendo algumas outras explicações referentes a eles. Serviu-lhe como fonte *Port-Royal* a qual diz ser mais comum

em todas as línguas os auxiliares *ser* e *ter*.

Mas não ignora que outros auxiliares podem haver noutras línguas como é o caso de *estar* e *haver* em português. Ensina Bechara que os auxiliares *ter*, *haver*, raramente, e *ser*, mais raramente ainda, combinados com o particípio do verbo principal constituem novos tempos, os quais são chamados compostos, e unidos aos simples, formam o quadro da conjugação ativa exprimindo que a ação verbal está concluída.

Assim, têm-se nove formas compostas: quatro do modo indicativo: pretérito perfeito composto, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente composto, futuro do pretérito composto; três formas do subjuntivo: pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro composto e duas formas nominais: infinitivo composto e gerúndio composto.

É próprio lembrar que o verbo *ser*, segundo Bechara (1997, p. 111), “[...] só aparece em combinações que lembram os depoentes⁶⁹ latinos, sobretudo com verbos que denotam movimento: ‘Os cavaleiros *eram partidos* caminho de Zamora’ (A. F. de Castilho, Quadros Históricos, I, 101). Silveira Bueno (1944) explica que o depoente em português é inexistente, não passaram para as línguas românicas, no entanto, há construções depoentes, expressões perifrásticas, que estão aparentemente na voz passiva com significação ativa.

O verbo *ser*, conforme Arnauld e Lancelot (2001, p. 12), “[...] forma todas as formas passivas como o particípio do verbo ativo, que então se toma passivamente: eu sou amado, eu era amado etc”. Seguindo o mesmo preceito da *Gramática de Port Royal*, Bechara afirma que os verbos *ser*, *estar* e *ficar* combinam-se com o particípio, variável em gênero e número do verbo principal para constituir a voz passiva indicando ação, estado e mudança de estado. O gramático, no caso, acrescenta a definição dos verbos *estar* e *ficar*.

Há locuções verbais que apresentam mais rigorosamente os aspectos verbais, são compostas por auxiliares acurativos. Esses auxiliares combinam-se com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com rigor os aspectos do momento da ação verbal que não se acham bem definidos na divisão dos tempos presente, passado e futuro. Esses verbos se definem pelo início da ação, iminência da ação, desenvolvimento gradual da ação, repetição da ação e término dela, conforme disse Bechara (1997).

Numa observação, Bechara (1997, p. 111) disse que “no Brasil prefere-se a construção com gerúndio (*estar escrevendo*), enquanto Portugal é mais comum o infinitivo (*estar a escrever*)”. Desse modo ele prima por acentuar a diferença entre a língua portuguesa e

⁶⁹ “Chama-se depoentes certos verbos latinos que se conjugam na forma passiva e, ao mesmo tempo, têm significação ativa” (ALMEIDA, 200, p. 283)

a brasileira que, muito embora alguns, por muito tempo, consideraram ser a mesma, na verdade, há entre elas uma lacuna de cunho cultural, social, étnico a qual dever ser considerada.

A língua é dinâmica e as regras podem mudar com o uso, são os falantes os responsáveis por reformularem as regras gramaticais, que, não mudam ao sabor do vento, mas pela exigência deles. Como se vê na nota feita por Bechara, não é de hoje que isto acontece, construções como *vir de + infinitivo* equivalia a *voltar de* e foi muito usada por Camões. Atualmente, a mesma expressão passou a ser condenada pelos gramáticos como galicismos.

Os gerundivos modais (ter e haver) se combinavam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal, a fim de determinar a realização da ação verbal, de acordo com Bechara (1966). Com esse fim, a ação verbal se realiza quanto à necessidade, à obrigação, ao dever; e se observa que pode acontecer de se usar o *que* em lugar da preposição *de*. Caso isto ocorra o *que* não deve ser confundido com o pronome relativo, porque exerce função de preposição como em *tenho que escrever*.

Os verbos modais fazem parte de um conjunto de formas usadas para exprimir atitudes do enunciador em relação àquilo que diz ao enunciatário. Os auxiliares modais podem se realizar como possibilidade ou capacidade, vontade ou desejo, tentativa ou esforço, aparência ou dúvida, movimento para a realização de um intento futuro. As gramáticas estudadas mostraram como os auxiliares funcionam na língua portuguesa desempenhando os papéis a eles destinados.

O verbo *vir* acrescido ao infinitivo de alguns verbos tem quase o mesmo sentido do verbo principal empregado sozinho. Assim, a oração: ‘Isto *vem a traduzir* a mesma ideia’, representa o mesmo que ‘Isto por fim *traduz* a mesma ideia’. O verbo *vir* é um desses verbos que na realidade não são reconhecidos como verbo auxiliar, mas em alguns casos ele exerce essa função até mesmo significando outra coisa como *vir a ser* por *tornar-se*.

Nem sempre, portanto, a junção de dois ou mais verbos constituía uma locução verbal uma vez que a intenção do enunciador determinará a existência ou inexistência da locução, segundo Bechara (1966). Outros são os verbos auxiliares deixar, mandar, fazer e sinônimos (causativos) e ver, ouvir, olhar, sentir e sinônimos (sensitivos), esses verbos juntos com infinitivo ou gerúndio podem não formar uma locução verbal, no entanto, se comportam como tal.

Os verbos auxiliares são, segundo a *NGB*, uma das classes do verbo que ainda

podem ser classificados em regular, irregular, anômalo, defectivo e abundante. Segundo Eduardo Carlos Pereira (1920, p. 103), “o verbo classifica-se em regular e irregular, auxiliar e defectivo”. Os anômalos e abundantes não são tratados pela *Gramática Expositiva*.

3.1.2.3 Conceituação das formas verbais regulares e irregulares

É muito pertinente o conceito de verbo regular dado por Pereira (1918), em que no verbo, cujo tema permanece invariável, a terminação se flexiona de conformidade com um tipo geral ou modelo da conjugação chamado – paradigma da conjugação, como: louv – ar, louv – o, louv – arei. Os verbos regulares são assim nomeados, pois não sofrem alteração nem no radical e nem na vogal temática, essa última quase não tem alteração.

O radical fica invariável. A sua única função é dar ao vocábulo mórfico uma determinada significação lexical, que distingue, por exemplo, verbos como cantar, falar, gritar como palavras diferentes. Há, apenas, em circunstâncias bem determinadas, uma alternância da vogal radical, quando tônica, em CII e CIII [2ª e 3ª conjugações], que corrobora a indicação modo-temporal e número pessoal (CAMARA JR., 2002, p. 66).

Há ainda uma pequena porção de verbos chamados irregulares. Ao contrário dos regulares seus radicais são variáveis e as vogais temáticas se alternam. Esse tipo de verbo, segundo Pereira (1918) não se conforma com as variações paradigmáticas. O radical não fica imune às alterações propiciadas pela conjugação, pelo tempo e modo.

É útil a praxe tradicional de denominar todos esses verbos, de radical invariável ou com as alternâncias da vogal radical expostas acima, como verbos regulares. Em contraste com eles, há a pequena porção de verbos irregulares com outras variações de radical ou anomalias no sufixo flexional (CAMARA JR., 2002, p. 66).

Conforme Bechara, os irregulares se dividem em fracos e fortes. São fracos aqueles cujo radical do infinitivo não se modifica no pretérito: *sentir – senti; perder – perdi*. Fortes são os cujo radical do infinitivo se modifica no pretérito perfeito, *caber – coube; fazer – fiz*. Foram assim classificados porque não se comportam da mesma forma. Esta divisão não consta da *Gramática Expositiva* e nem tão pouco da NGB, é, pois, um mérito da *Moderna Gramática Portuguesa*, uma desobediência de Evanildo Bechara.

Os verbos irregulares fracos apresentam formas iguais no infinitivo flexionado e no

futuro do subjuntivo: *sentir* (infinitivo) e *sentir* (futuro do subjuntivo). Enquanto os irregulares fortes não apresentam identidade de formas entre o infinitivo flexionado e o futuro do subjuntivo: *caber* (infinitivo flexionado) e *couber* (futuro do subjuntivo).

Há verbos que não entram no rol dos irregulares aqueles que, para conservar o som, têm de sofrer variação de grafia: *carregar* – *carregue* – *carreguei* – *carregues*, consoante Bechara (1966). Alguns verbos irregulares, para manter a eufonia, são grafados ora com dígrafo ora consoante simples. De acordo com Coutinho (1976, p. 305), “as alterações especiais que se observam nas formas de alguns verbos, denominados por isso impropriamente irregulares, explicam-se pela ação das leis fonética ou da analogia”. O autor se refere a verbos que não são meramente irregulares.

Outro tipo de verbo irregular é o anômalo, o qual apresenta, em sua conjugação, radicais primários diferentes como *ser* que reúne dois radicais, os verbos latinos *sedēre* e *ēsse* e *ir*, três radicais, os verbos latinos *ire*, *vadēre* e *ēsse*, segundo Bechara (1966, p. 130). Os verbos *ser* e *ir* são anômalos porque reúnem os radicais de mais de um verbo latino. Anômalo é o verbo cujo radical sofre alterações bruscas e não se enquadram em classificação alguma: *dar*, *estar*, *ter*, *haver*.

Eduardo Carlos Pereira não levou em consideração a terminologia verbo anômalo, para todos os verbos *diferentes* eram irregulares. João Ribeiro preferiu chamar esses verbos de anômalos. A bem da verdade a palavra anômalo vem do grego (a + nômalo = não regular), isto é, são verbos que apresentam, segundo Napoleão Mendes (1952), alguma irregularidade no radical ou tema, perder – perco; na desinência, anomalia flexional, ter – tenho; ou no tema e na desinência ao mesmo tempo, uma anomalia temático – flexional, caber – coube. O verbo *ser* é um verbo anômalo em todos os idiomas. Mendes (1952, p. 215) acredita que tal evento se dê porque seja ele um verbo muito usado, “quanto mais se usa, mais uma coisa se estraga; podemos, pois, dizer que os verbos irregulares são verbos estragados”.

Há verbos que não são conjugados em todas as pessoas, tempos e modos aos quais dá-se o nome de defectivo. Um caso claro é o verbo *ir*, cujas flexões provêm dos verbos latinos *ire*, *vadere* e *fu*. Mas esse não é o único a receber essa designação, Ribeiro (1933) citando Freire Costa aponta *adir*, *colorir*, *renhir*, *falir*, entre outros.

Napoleão Mendes aponta duas classes de defectivos ou impessoais, a primeira sem sujeito determinado como trovejar, amanhecer, gear. Esses são divididos em duas subclasses, os essenciais como *chover* e *nevar* e os acidentais, *haver* e *fazer* quando empregados com

impessoal: *Faz dois dias*. A segunda dos defectivos pessoais a qual pertencem todos os verbos que exprimem fenômenos de natureza “orgânica ou viva, animal ou vegetal, segundo Napoleão Mendes (1952), são verbos como *latir, grasnar, mugir e outros* como *prazer, doer, soer*. Bechara como conhecedor das leis linguísticas explica ao que é devida a defectividade verbal dizendo que uma delas é a eufonia, a outra a significação, embora a defectividade não se assenta em bases lógicas.

Todavia não é pelas leis gramaticais que se pode dizer que um ou outro escritor não irá usar uma forma verbal condenada pelos gramáticos. O critério da eufonia não é o suficiente para promover essa mudança de atitude daqueles que *sempre* escreveram de determinada forma. Alguns verbos requerem maior atenção, os verbos *remir* e *redimir* fazem parte desse rol. Existe um controle que justifica o uso de um pelo outro, de acordo com Pereira (1920): “*remir e redimir são formas do mesmo verbo. Esta, porém, substitui aquela sempre que houver confusão com as formas do verbo rimar.*”

Para Bechara, a causa da substituição do verbo *remir* e *redimir* não é a mesma apontada por Pereira, porque segundo ele, a substituição de um defectivo por outro acontece quando falta formas rizotônicas de um deles. Isto não é um problema unicamente dos verbos *remir* e *redimir*, mas também de *recuperar* e *reaver*.

Os verbos defectivos se dividem em grupos; há os que pertencem a determinado grupo e se comportam de forma linear, e aqueles que se conjugam nas pessoas em que depois do radical aparecem *a* ou *o* (*banir, delir, colorir, fulgir...*). Segundo Bechara (1966, p. 131), “tais verbos não se empregam no pres. do subjuntivo, imperativo negat., e no imperat. afirmat. só se apresentam as segundas pessoas do sing. e pl”.

Outros formam grupos em que os verbos são usados unicamente nas formas em que o radical vem precedido de *i*, assim se apresentam os verbos *adir, empedernir, garrir, inanir* entre outros. O terceiro grupo é daqueles que oferecem particularidades especiais, como os citados por Bechara.

1. *Precaver* (-se) e *reaver* no pres. ind. Só tem as primeiras pessoas do plural: *precavemos, precaveis, reavemos, reaveis*. Imperativo: *precavei, reavei*. Faltam-lhes o imperat. neg. e pres. do subj. No restante, conjugam-se normalmente. 2. *Adequar, antiquar*: cabem-lhes as mesmas observações feitas ao grupo anterior. 3. *Grassar e rever* (=destilar): só se usam nas terceiras pessoas (BECHARA, 1966, p. 13).

Os verbos defectivos são também chamados impessoais, pois aceitam sujeito, como Mendes já anunciou. Para o mesmo tipo de verbo, Cunha, contemporâneo de Bechara define-

o unipessoal e escala como tal os mesmos grupos nomeados pelo segundo. O gramático João Ribeiro, que é fonte declarada de Pereira e contemporâneo do mesmo, afirma ser a omissão de flexões dos verbos defectivos explicadas pela impossibilidade de a 1ª e 2ª pessoas receberem certas atribuições.

Ele estava se referindo aos verbos impessoais que indicam fenômeno da natureza como *trovejar* ou *nevar* os quais só aceitam sujeito em sentido conotativo. João Ribeiro, na 22ª edição, acrescenta que nalgumas vezes o caráter de impessoalidade é momentâneo. Um verbo pode tanto se passar por impessoal, sendo aplicado numa oração como tal ou sê-lo sempre impessoal, o verbo *haver* é um desses verbos que não são empregados apenas como impessoal.

Outra classe de verbos que se fez importante considerar é a dos participípios duplos como define Pereira, ou abundantes como nomeia a NGB. “Muitos são os verbos, nas três primeiras conjugações, que, além de forma regular do participípio passado, possuem outra irregular [...]” (PEREIRA, 1920, p. 136). Esse é o caso de *manifestar* – *manifestado* – *manifesto*; *livrar* – *livrado* – *livre*; *ignorar* – *ignorado* – *ignoto* e tantos outros verbos.

O participípio é uma classe de verbos variáveis e concordam com o sujeito. Há participípios com formas etimológicas semelhantes e ainda em uso, de acordo com Ribeiro (1933), ainda que algumas dessas formas tenham sentido ou função diferente como em *tinto* – *tingido*; *surto* – *surgido*. Silveira Bueno alertou para o fato de uma das formas do participípio duplo estar se perdendo diacronicamente. É comum se ouvir dizer ganhado e pagado, mas já caiu em desuso as formas ganho e pago. Nesse caso, o verbo possui uma única forma a qual pode ser usada tanto com um como outro auxiliar.

Bechara, no entanto, acrescenta que verbo abundante é, além do já pregado por Pereira, aquele que apresenta duas ou três formas de igual valor e função. Isto é, alguns verbos apresentam mais de uma forma em alguma pessoa de algum tempo e modo. Como exemplo, no presente do indicativo o verbo entupir na 2ª pessoa do singular pode ser *entupes* ou *entopes*; na 3ª pessoa do singular *entupe* ou *entope*; na 3ª do plural *entupem* ou *entopem* (cf. BECHARA, 1966, p. 132).

Quando se fala de participípios abundantes, a regra de uso está no emprego de cada uma dessas formas. Cunha (1970) ensinou que a forma regular era empregada na constituição dos tempos compostos da voz ativa acompanhada dos auxiliares *ter* ou *haver*; quanto à forma irregular, essa era usada nos tempos da voz passiva acompanhada do auxiliar *ser*. Interessante

notar que as formas regulares, muitas vezes usadas, caíram em desuso e hoje são consideradas erradas (fazido, escrevido, abrido, cobrido) e cederam lugar às formas irregulares (feito, escrito, aberto e coberto) que se cristalizaram na língua.

Como na época Morfologia e Sintaxe se complementavam e não havia entre elas uma divisão factual, é fácil encontrar em gramáticos anteriores à *NGB* uma mistura das duas, como acontece com os verbos. Em Pereira (1920) os verbos são classificados, em relação ao sujeito, em ativo, passivo, reflexivo e neutro. Tais classificações se referem à expressão proeminente do sujeito que pode ser ativo, ação praticada pelo verbo; passivo, ação recebida pelo verbo; reflexivo, ação recebida e praticada pelo verbo; e o verbo neutro que não é passivo, nem tão pouco ativo, daí receber essa classificação.

Napoleão Mendes (1952) confessou ter tido como fonte Eduardo Carlos Pereira e ainda entregou as fontes deste, Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, para tratar do verbo quanto à classificação, que pode ser de cinco espécies: verbos aumentativos, diminutivos, frequentativos, incoativos e imitativos. Eram aumentativos os verbos de significação encarecida ou exagerada, tais traços eram denotados pela terminação ou sufixo, noutros casos pelos prefixos *re*, *tres* e *des* (atenazear, recontar, estrondear). Quanto aos verbos diminutivos, tinham a significação exagerada para menos (adocicar, bebericar) e frequentativos ou interativos, os que exprimiam reiteração ou frequência (doidejar, cravejar, passear).

Indicam princípio de ação ou estado os verbos incoativos (alvorecer, esbravecer, esclarecer) e imitativos ou onomatopaicos, os derivados que expressam ação própria dos substantivos de que derivam (balança – balançar; gato – engatinhar; grilo – engrilar). Os gramáticos demonstram nas páginas de suas gramáticas uma abundante lista de verbos incoativos que traduzem a riqueza da língua portuguesa.

Convém saber que Pereira e Bechara concordam que, de forma geral, emprega-se a forma regular, que fica invariável, com os auxiliares *ter* e *haver*, na voz ativa, e a forma irregular, que se torna variável, com os auxiliares *ser* e *estar*, quando na voz passiva, o trecho foi encontrado em Pereira (1920, p. 141), pode também ser encontrado em Bechara (1966, p. 134), o que comprova ter sido o primeiro, fonte para o segundo.

3.1.2.4 Segunda Categoria: modalidade verbal

O modo verbal estava diretamente ligado aos tipos de frases; então, cada modalidade de frase correspondia a um modo específico do verbo. Protágoras dividiu a composição retórica em quatro modalidades de frase: “[...] imprecação (eucholé), interrogação (érotesis), resposta (apokrisis) e ordem (entolé)”, segundo Neves (2002, p. 43).

Ainda segundo Neves (2002), a seu modo Aristóteles também distinguiu os tipos (schémata, “figuras”) de elocução como a ordem (entolé), o pedido (euchê), a narração (diégesis), a ameaça (apeilé), a interrogação (eróteses) e a resposta (apókrisis), seis modos são previstos por Aristóteles, em contrapartida os estoicos nem trabalham com o conceito gramatical de modo.

Coube aos gramáticos separarem de um lado os tipos de frases e de outro os modos que se distinguiram daqueles porque possuíam formas gramaticais próprias. “Os gramáticos, por sua vez, buscaram sua indicação dos modos na existência de formas externas particulares, isto é, de formas gramaticais próprias. Assim, eles atentaram especificamente para os modos de verbo, não para os tipos de frases, as modalidades do lógos” (NEVES, 2002, p. 43). Dionísio da Trácia chamou o modo verbal de énkklisis e indicou cinco deles: o indicativo, o imperativo, o optativo, o subjuntivo e o infinitivo.

Para João Ribeiro, modo era a ação ou estado indicados como certos, incertos, supostos, obrigatórios. O modo era a qualidade, o como da afirmação, a maneira como se realiza o fato. O próprio Ribeiro indicava quatro modos: indicativo, imperativo, subjuntivo e condicional. Ao contrário dele, de acordo com Pereira, os modos eram cinco: indicativo, condicional, imperativo, conjuntivo ou subjuntivo e o infinitivo ou infinito. Reconhece-se em Pereira o legado de Dionísio da Trácia no que se refere aos modos, os estudos feitos a partir das ideias gregas. Ao passo que a *NGB* reconhece apenas três: indicativo, subjuntivo e imperativo.

O modo indicativo está presente em todos os autores utilizados. Dionísio da Trácia definiu-o *definitório*, aquele que define o que se trata a frase. Ribeiro afirmou que o indicativo refere-se à realidade da ação ou estado, é, pois, uma constatação do momento da fala, parece-se mais com a definição do tempo presente. O mesmo autor, numa edição posterior, reafirmou o dito e acrescentou que o verbo pode ser indicativo em qualquer que seja o momento. A

definição se estendeu aos outros tempos: pretérito e futuro. Pereira disse que o modo indicativo é enunciado de modo positivo e categórico, o fato é enunciado com certeza.

Silveira Bueno foi beber na fonte de João Ribeiro para afirmar que os modos verbais indicam ação ou estados propostos pelos verbos que se realizam de maneiras diferentes, ora de maneira vaga, indeterminada, ora de maneira precisa, real, exata; hora implorativa e determinada encerrando um pedido ou ordem. E assim, de acordo com o gramático, tem-se cinco modos verbais: infinitivo, indicativo, imperativo, condicional e subjuntivo. Evanildo Bechara não faz nada além de afirmar que o verbo é indicativo em referência aos fatos reais.

Segundo João Ribeiro, o modo imperativo indicava ação, estado ordenado ou pedido. Pereira acrescentou que esse modo indicava exortação ou súplica e, segundo ele, o imperativo foi substituído pelo subjuntivo no Brasil. Os outros gramáticos não expandem a classificação do imperativo, todos concordam que ele realmente exprime ordem, mando ou pedido.

O modo subjuntivo também se encontra em todas as gramáticas. Em fins do século XIX, Ribeiro (1898) afirmou que ele indica incerteza, dúvida ou suposição. Pereira, contemporâneo dele, o chama conjuntivo ou subjuntivo, cabe a ele enunciar o fato verbal de um modo subordinado a algum verbo a que se junta para formar sentido perfeito. A definição dada por Pereira se difere da primeira porque o modo conjuntivo ou subjuntivo o que se alia a um outro subordinando-se a ele.

Bechara, apesar do tempo que o separa de Ribeiro, tomou para si uma definição muito próxima deste. Ele se refere ao subjuntivo como fatos duvidosos, prováveis, possíveis. João Ribeiro (1898) considera ainda um quarto modo verbal, o condicional, de acordo com ele, esse modo de indicar uma afirmação dependente de uma condição não realizada: eu faria, amaria. A mesma definição também é adotada na *Gramática Expositiva* (1920). O modo condicional então não passa de um entremeio entre o indicativo e o subjuntivo. Mais tarde, como previa João Ribeiro, houve a junção de ambos.

O condicional não existe historicamente, foi formado por analogia com o futuro do indicativo, por isso, muitos gramáticos o classificaram não como um modo, mas um tempo do indicativo. Para Napoleão Mendes (1952), o condicional é um modo que não se realiza, visto depender de uma ação verbal impraticável. Os modos são cada um a seu ver, formas como se empregam satisfatoriamente os verbos, a fim de manter a boa comunicação entre enunciador e enunciatário.

Imitando Dionísio da Trácia, Pereira ainda prevê o quinto modo verbal, o infinito ou

infinitivo. Ao contrário, os outros autores não consideram o infinito um modo verbal, mas uma forma nominal, uma vez que podem desempenhar a função de nome. Observe-se o próprio exemplo de Pereira, analisando-o com a aquiescência da NGB: “Viver é lutar” (PEREIRA, 1918, p. 96). Note que ambos os infinitivos estão em lugar de nomes. O primeiro, *viver*, ocupa a posição de sujeito, enquanto o segundo, *lutar*, a posição de predicativo do sujeito.

Contudo, conforme Pereira (1918), o infinitivo é um modo do verbo que enuncia de modo vago, indefinido, indeterminado o fato verbal. Sobre os modos e como eles relacionam-se nas línguas modernas, João Ribeiro (1933) comenta como são frágeis as linhas divisórias entre tempos e modos verbais. Não era notória a distinção entre tempos e modos no último quartel da décima nona centúria, principalmente quando se tratava do infinitivo. Esse modo foi aos poucos se firmando como forma nominal empregada com ou sem auxílio de outros verbos. Os gramáticos pós NGB não fizeram tal confusão.

3.1.2.5 Terceira categoria: pessoa gramatical não é pessoa do discurso

A gramática tinha como meio o exame da língua e tratou as partes do discurso como classes de palavras. Tais classes não eram partes do discurso em potencial, mas uma indicação que correspondia às pessoas discursivas. Segundo Neves (2002, p. 45), “a gramática, procurando examinar fatos da língua, empreende uma marca histórica: trata as partes do discurso como classes de palavras”.

Muitos autores, como João Ribeiro, acreditavam que a pessoa gramatical (eu, tu, ele, nós, vós, eles) era indicada pelo verbo, pessoa, segundo ele, variação que indica a pessoa gramatical do sujeito. Contudo, sabe-se que as pessoas do discurso são um ponto observável em relação ao verbo, porque se tratam das formas flexionais por ele assumidas para indicar a pessoa gramatical do sujeito.

As formas pronominais não são pessoas do discurso. Estas, por sua vez, foram primeiramente usadas por Dionísio da Trácia. Ele define que as pessoas do discurso, além de se referirem aos verbos são três: “1ª – a que fala (“de quem parte o discurso”); 2ª – aquela a quem se fala (“a quem se dirige o discurso”); 3ª aquela de quem se fala (“sobre quem é o

discurso””, conforme Neves (2002, p. 44). Este conceito é parte de um sistema lógico usado pelos filósofos a partir de um esquema da proposição das partes do discurso às quais significavam mais nas investigações filosóficas concernentes aos problemas da linguagem.

Silveira Bueno tinha uma definição um pouco diferente dos demais, no que se refere às pessoas do verbo. Para ele, se o verbo expressasse um processo, ação, estado, existia uma palavra da qual se declara tal processo, o sujeito. Pode ser da primeira, da segunda, da terceira pessoa do singular ou do plural, nos verbos impessoais, ditos também sem sujeito, há sempre a terceira pessoa em que se encontra o verbo. Ou seja, as pessoas do discurso sempre estão correlacionadas ao sujeito da oração.

E os verbos impessoais ou unipessoais só se encontram na terceira pessoa. Sendo assim, fica um pouco equivocada a definição desse gramático. De acordo com Napoleão Mendes (1952), pessoa é um tipo de variação do verbo, uma flexão. Há seis sufixos que indicam concomitantemente, número e pessoa referindo-se ao sujeito falante ou pessoa 1, há um ouvinte ou pessoa 2 e de que ou quem se fala, pessoa 3, segundo Câmara Jr. (1970).

3.1.2.6 Conceituação das vozes verbais: ativa, passiva e reflexiva

A doutrina helênica é clara com relação aos conceitos particulares de cada língua. De acordo com esses estudos, constam que os verbos possuem três vozes: a ativa, a passiva e a média. Benveniste (2005, p. 183) afirma que “em lugar de uma oposição entre ativo e passivo, temos no indo-europeu histórico uma divisão tripla – ativo, médio, passivo –, que reflete ainda nossa terminologia [...]”. Os gramáticos gregos consideravam salutar o acréscimo de uma classe intermediária entre o passivo e o ativo, a média. O intuito era que esta fosse capaz de fazer a transposição entre os dois.

Para Ribeiro, as maneiras de ser do sujeito indicavam as três vozes do verbo que ele chama de passiva, ativa e reflexa. Pereira (1920) explica que o verbo em sua expressão característica proeminente, assume três aspectos fundamentais em relação a seu sujeito. A relação sujeito-verbo é o que determina que tipo de voz pode-se depreender de um enunciado.

A voz passiva é caracterizada pela locução verbal, a qual de acordo com Ribeiro (1898, p. 75), “é aquela em que o sujeito sofre a ação”. Pereira analisa o sujeito como

recipiente ou paciente da ação verbal, porque o verbo está na voz passiva. Depois da NGB, a passiva foi dividida em passiva analítica, justamente a que foi descrita por Ribeiro e Pereira, e passiva sintética pronominal.

Essa última já era cogitada pelos dois gramáticos citados no parágrafo anterior, mas não recebiam tal classificação. Alegava Ribeiro (1933, p. 97), que “[...] a passiva perdeu as formas simples nas línguas modernas e forma-se com o auxiliar *ser*, ou em certos casos, com o pronome *se*, conforme analisaremos na sintaxe”. Para a Moderna Gramática Portuguesa a voz passiva indicava o receptor. O sujeito torna-se paciente da ação verbal, ou seja, contem em si todo o contexto do verbo. A passiva pode ser caracterizada de duas formas, quando formada a partir de um dos auxiliares (*ser*, *estar*, *ficar*), seguido de participio, chamada analítica; a segunda é formada pelo verbo acompanhado do pronome *se*, chamado de pronome apassivador e a passiva de pronominal.

Além desses verbos, encontravam-se no mesmo caso, certos verbos que exprimem estado (*estar*, *andar*, *viver*, e outros), mudança de estado (*ficar*) e movimento (*ir*, *vir*), segundo Cunha (1980). Notava-se a continuidade de João Ribeiro em Bechara e Cunha quando se tratava dos conceitos trabalhados nesse item, os últimos discutiam o assunto com rigor idêntico ao primeiro. A fim de que não se confunda os dois tipos de passiva, Bechara (1966) trabalhou com duas regras: na primeira a passiva analítica, pode apresentar o verbo em qualquer pessoa, enquanto a pronominal só se constrói na 3ª pessoa. Nós fomos visitados pelos nossos parentes.

Na segunda regra, a passiva analítica segue uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a pronominal, no português moderno, a dispensa obrigatoriamente. Aluga-se a casa (não se diz: *aluga-se a casa pelo proprietário*). A terceira voz é a reflexiva, também chamada reflexa, segundo Ribeiro, ou média, de acordo com Pereira, Bechara e Cunha preferem reflexiva. A voz reflexa é também denominada por outros como voz média ou medial, por se achar entre a ativa e a passiva, ou melhor, ainda, por encerrar ambas, pois o sujeito pratica e recebe a ação expressa pelo verbo como define Silveira Bueno (1944, p. 162). Na verdade ele copia a definição da Lexeologia do Português Histórico, obra de Said Ali. Não importa o nome, elas são a mesma como se pode notar pelo que cada uma escreveu.

A novidade conceitual trazida por Evanildo Bechara diz respeito sobre a voz reflexiva ser formada de verbo seguido de pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere: *eu me visto*, *tu te feriste*. A voz reflexiva, no plural, pode assumir sentido de

reciprocidade: eles se odeiam (isto é, um odeia o outro). Qualquer que seja a forma apresentada pela voz reflexiva, ela sempre terá, como autor e receptor da ação verbal, o sujeito do verbo.

3.1.2.7 As três conjugações do verbo em português

Os verbos obedecem a certas classificações de conjugação e estas obedecem às vogais temáticas de cada um. Em latim eram quatro conjugações cujas desinências eram *-are* (amare) significando primeira conjugação; *-ēre* (delēre), segunda conjugação; *-ĕre* (legĕre), terceira conjugação e, finalmente, *-ire* (audire), quarta conjugação.

A segunda e a terceira conjugações latinas eram quase idênticas, no entanto, Napoleão Mendes (2000, p. 139), em sua *Gramática Latina*, teceu a diferença entre elas. Segundo ele, “a 3ª conjugação latina apresenta diferenças mais pronunciadas. Em primeiro lugar sabemos que o infinitivo termina em *ere*, mas essa terminação nunca pode ser acentuada. Na 2ª conjugação o *ere* do infinitivo é acentuado (*ēre*), mas na 3ª o *ere* é sempre átono (*ĕre*)”. Essas pequenas diferenças desaparecem dando lugar a uma só conjugação porque reúne os verbos das duas.

Para João Ribeiro (1933), as variações verbais são mais ou menos uniformes e obedecem a quatro modelos ou paradigmas, que terminam em *ar*, *er*, *ir*, *or*, no infinitivo; tais como: *amar*, *receber*, *punir* e *pôr*. Ele explica que essa quarta conjugação foi extraída da segunda conjugação (*-er*) porque a antiga forma de *por* era *poer*. *Por* e seus derivados são os únicos verbos da conjugação. A concepção de João Ribeiro foi endossada por Pereira, assim, eles concordaram que alguns gramáticos consideram o verbo *por* apenas como uma irregularidade da segunda conjugação, a quarta conjugação era tida como morta, pois tinha um único verbo. Conclui-se, portanto, que em português há apenas três conjugações, a quarta nunca existiu.

De acordo com a designação de que são quatro as conjugações, têm-se quatro vogais temáticas também (a, e, i, o). Após a NGB (1959), isto mudou porque o verbo *por* e os seus derivados, constituem uma anomalia da 2ª conjugação. Este verbo não pertence sozinho à quarta conjugação, pois a nova nomenclatura considerou três conjugações: a 1ª, cuja vogal

temática é *a*; a 2^a, *e*; a 3^a, *i*. Neste caso, não há vogal temática *o* para os verbos.

3.2 A sintaxe na gramática

A sintaxe, diferentemente da fonologia e da morfologia, ocupa-se de estudar as palavras inseridas no discurso, bem como a relação entre seus segmentos. Contudo, ela, durante décadas, foi a parte da gramática que menos despertou o interesse dos investigadores da linguagem. Isso se explica porque os modelos teóricos, os quais se valeram para interpretar as línguas naturais durante todo o século XIX e século XX, no caso, os modelos da Neogramática e do Estruturalismo, principalmente, foram construídos de forma indutiva. O conhecimento sintático está interiorizado nos falantes e não é demonstrado nos enunciados produzidos, seja quando se fala ou se escreve.

3.2.1 Como método de análise linguística

No final do século XIX, os primeiros estudos sintáticos se avolumaram, uma vez que até então estavam focados na Fonética e na Morfologia. Um artigo publicado em 1894, *Was ist syntax?* de John Ries, foi o responsável pelo ingresso da sintaxe como divisão lógica da gramática. Nas discussões a respeito da oração, a linguagem é considerada uma estrutura que, organizada, permite a compreensão e a análise.

Os comparatistas fizeram pouca alusão à sintaxe que pertencia ao campo dos estudos filosóficos, enquanto os neogramáticos, grupo contrário ao naturalismo, enxergavam-na sob o ângulo psicológico, mas não se importavam muito com ela também. Nem Meillet, um dos últimos neogramáticos, acreditava na autonomia da sintaxe. Para ele, segundo Borba (1979, p. 10), “[...] uma língua se define por um sistema fonético, um sistema morfológico e um vocabulário [...]”

Nos estudos da linguagem, a sintaxe foi a última a ser considerada método de análise porque sempre fez parte da linguagem. Platão e Aristóteles trabalharam a definição dos

onômata e dos rhêmata, isto é, sujeito e predicado. Contudo, de acordo com Neves (2002), quem de fato dá o primeiro passo para os estudos sintáticos foram os estoicos quando tentaram montar uma teoria da oração e definiram o predicado e seus tipos.

Dionísio da Trácia não contemplou a sintaxe em sua gramática, contrário a ele foi Apolônio Díscolo, um século depois, II d. C, que incluiu a sintaxe como parte da gramática e comentou cada parte da oração e como se encadeava no período. Séculos mais tarde, a *Gramática da Port-Royal* (1660) faz nascer a sintaxe psicológica, fonte inesgotável de gramáticos da tradição portuguesa e brasileira. Beberam dessa fonte, gramáticos como João Ribeiro (1898), Eduardo Carlos Pereira (1918), Silveira Bueno (1944), Napoleão Mendes (1952), ou seja, os representantes da classe até meados do século XX.

Durante todo o século XIX a sintaxe não recebeu dos neogramáticos o tratamento devido, eles se ocupavam da Fonologia e da Morfologia. Saussure definiu o objeto da Linguística: a língua; fez dela uma ciência verdadeira com métodos próprios e incluiu a sintaxe como disciplina. Isso não propiciou uma dissolução em vias práticas da Morfologia e da Sintaxe. No período, entendia-se que essas duas partes do estudo da língua não poderiam ser vistas separadamente.

De acordo com Borba (1979, p.11), “para Saussure, a gramática se ocupa do sistema de valores coexistentes e compreende a inter-relação da Morfologia, da Sintaxe e da Lexeologia. Por isso, não pode haver separação entre Morfologia (estudo das formas) e Sintaxe (estudo das funções)”. As teorias e posturas teóricas de Saussure criaram o ponto de partida para o Estruturalismo, período em que os estudos sintáticos mais evoluíram e a Sintaxe alcançou status de disciplina linguística, chegando até a predominar no campo da pesquisa e do ensino até o fim do século XX. As sintaxes funcional e descritiva perderam terreno para a sintaxe transformacional, isso se deveu a dois grandes nomes Harris e Chomsky.

João de Barros dividiu a gramática em quatro partes: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe. A sintaxe para os latinos como Dionísio da Trácia é a construção e, para Juan de Nebrija⁷⁰, gramático espanhol do século XV, é ordem porque ela é responsável por ordenar entre si as palavras e as partes da oração como uma espécie de ajuntamento.

Em consonância com Nebrija, a sintaxe está colocada em termos de organização, ou

⁷⁰Antonio Martínez de Cala e Jarava nasceu em Lebrija, Servilha em 1441 e morreu em Madrid, em 1522. Mais conhecido como Nebrija, foi um humanista que se destacou como estudioso da história da língua espanhola para ser o primeiro gramático em 1492 e dicionarista em 1495.

seja, a sintaxe preocupa-se com a análise da oração simples, perfeita, constituída de verbo (FÁVERO in BARROS, 2000, p.181). As gramáticas brasileiras sustentam essa teoria de que para ser oração é preciso ter verbo, ou seja, o *verbo* é a alma da oração. É como disse Sautchuk (2004, p. 37), sobre a oração, em língua portuguesa “[...] deve exibir de maneira clara ou oculta, um núcleo verbal [...] Reduzindo-se paulatinamente os termos constituintes dos enunciados anteriores, percebe-se que o único indispensável é o verbo, justamente aquele que se considera o núcleo da oração. A frase é a mais independente dos elementos linguísticos.

3.2.2 Sintaxe: definição e objeto

No Brasil, João Ribeiro definiu sintaxe como a parte da gramática que estuda os vocábulos e grupos de vocábulos considerados em conjunto no discurso. A sintaxe era dividida por ele e por Júlio Ribeiro em duas partes: sintaxe das palavras e sintaxe das proposições. A primeira tratou da sintaxe entre as partes da proposição, enquanto a segunda determinou as afinidades entre as proposições. Tanto num quanto noutro caso, a regra é se submeter ora às relações de coordenação, ora às de subordinação.

Anos mais tarde, Eduardo Carlos Pereira (1920) contestou a divisão léxica e lógica de gramáticos como Júlio Ribeiro e Leopoldo da Silva, ao dizer que a divisão em duas partes – sintaxe léxica e lógica era defeituosa, visto como todos os fenômenos sintáticos quer referentes à palavra (léxico), quer referentes à proposição, têm o mesmo caráter lógico ou relacional. Mas ele concorda com João Ribeiro, afigurou-se melhor se nos afigura a divisão em sintaxe de palavras e sintaxe da proposição (Brachet & Dessouchet, Dr. A Freire, João Ribeiro, Pacheco Junior e Lameira de Andrade). Tal divisão, porém, é mais teórica do que prática no ensino da matéria.

Essa discordância entre os gramáticos se justifica pela diferença de correntes filosóficas às quais eles se afiliaram. Havia na época uma corrente dos gramáticos paulistas e uma dos cariocas. Júlio Ribeiro pertencia a esta última, enquanto Eduardo Carlos Pereira, à primeira. À época, cada qual seguia os próprios preceitos inclusive com relação à nomenclatura. Ainda assim, para João Ribeiro a sintaxe tinha como fim determinar a

disposição a que devem obedecer aos vocábulos, a fim de que exprimam um juízo ou uma proposição. As frases deviam formar um sentido completo, um juízo, afinal a frase só assim pode ser completa.

Toda proposição necessitava, segundo Ribeiro (1933), apresentar um juízo e por juízo ele entendia agramaticalidade. Frases como “feito é barro o homem de não” não é gramatical. Segundo Lopes (1997, p. 197), “uma frase é gramatical (ou aceitável) quando está bem formada fonológica e sintaticamente; em caso contrário, dizemos que ela é agramatical”. A frase citada não pode ser incluída no grupo das perfeitamente formadas, porque não está sintaticamente organizada de acordo com os preceitos da língua portuguesa. Uma frase sintaticamente perfeita é aquela cuja dependência e concordância representam uma série inteligível de ideias.

[...] o eminente gramático suíço N. L. C. Ayer que a definição, dada pela generalidade dos gramáticos franceses (e pelos nossos) de proposição, dizendo ser esta a expressão ou o enunciado do juízo, é deficiente. [...] ora a frase expressão do juízo só pode aplicar-se a uma parte de nossos pensamentos. Quando o professor diz ao aluno: Trabalhe, exprime não um juízo, mas um desejo ou ordem, o que é assaz diferente. Aristóteles já havia ensinado que nem toda a proposição encerra uma afirmação ou juízo, mas somente aquela que expressa uma verdade ou erro, o que não acontece com todas as proposições. De fato, as proposições optativas, p. ex., que não expressam verdade, nem erro, não são enunciados de juízos. Além de tudo isso, tal definição tem um defeito de método pressupondo no aluno o conhecimento da Lógica (PEREIRA, 1920, pp. 198 – 199).

Pereira compreende que o aluno do Ensino Médio, secundarista, não tem a obrigação de saber lógica e juízo, conforme requer a teoria aristotélica prevista pelas gramáticas. O exemplo explorado pelo gramático esclarece melhor o conceito trabalhado, pois o juízo refere-se a uma parte de nossos pensamentos fazendo dessa definição um erro, ou um defeito. A sintaxe tal como defende Silveira Bueno, estuda as relações em que se encontram as palavras na oração, assim como a relação das orações na composição do período lógico. Desse modo cabe também à sintaxe relacionar as palavras entre si e satisfazer as exigências de regência e a disposição dos vocábulos na frase.

A sintaxe organiza o período e estabelece a ligação entre os sintagmas. As combinações geradas pelas unidades que se unem. Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, apresentou a sintaxe como um estudo de sintagmas. Estes, por sua vez, não se aplicam apenas às palavras, mas aos grupos formados por elas. A língua é solidária porque, segundo Saussure (1972, p. 148), “[...] quase todas as unidades da língua dependem seja do que as rodeiam na cadeia falada, seja das partes sucessivas de que elas próprias se compõem”.

Na relação sintagmática não importa se se fala da combinação de elementos como radical e sufixo (bond + oso), ou se a relação é entre partes de uma oração. O fato é que nenhuma gramática considera a primeira opção viável. De forma bastante sucinta, Cegalla (1970) resume o que seja análise sintática como exame da estrutura do período, também propõe uma divisão e classificação das orações reconhecendo a função sintática dos termos de cada oração. Pouca influência foi percebida na gramática mesmo com a propagação da Linguística e a divulgação das ideias saussurianas. Nenhum dos gramáticos que se têm à mão trata da gramática sintagmática, a análise feita é muito tradicional mesmo para os autores mais recentes.

Para este trabalho, foram escolhidos como escopo os termos essenciais da oração o sujeito e o predicado. De acordo com Macambira (1974, p. 163), os termos essenciais “são o sujeito e o predicado; se faltar este ou aquele, não pode haver oração no sentido linguístico da palavra. Saímos então do plano gramatical para ingressar no terreno da lógica ou da psicologia”. Os gramáticos ainda alheios às novas descobertas da Linguística, não consideram oração que fosse desprovida de sujeito.

3.2.3 Distinção entre proposição, oração e período

Antes de tratar sobre os termos essenciais da oração, é necessário esclarecer o que seja oração, proposição e período. A oração precisa ser levada em conta, uma vez que os termos essenciais são partes dela, Wisemann e Matos (1980) defini-a como a unidade mínima de comunicação sobre um tema – uma proposição, isto é, o menor texto que se pode ter. Algumas controvérsias, com relação a esse conceito, podem ser encontradas como manifestação individual em cada um dos gramáticos elencados aqui.

Para João Ribeiro, a proposição era todo o agrupamento de palavras que formavam um juízo contendo dois elementos capitais indispensáveis: o sujeito e o predicado. Pereira não considera o juízo um valor essencial na oração por isto define a oração como uma declaração formal, constituída por uma ou mais palavras. Para ser frase, é necessário que se tenha uma declaração formal.

Napoleão Mendes chama a oração ou proposição também de sentença e explica a

etimologia dos termos. Segundo ele, o termo proposição significa *expor, mostrar, tornar público, anunciar* e palavras como *exposição, mostra e publicação* são sinônimos dela. Oração origina-se do latim *orare* e significa *boca, discurso, linguagem e fala*; sentença, do verbo *sentire*, significa *pensar, julgar*.

Bechara tinha uma definição mais assertiva no que dizia respeito à oração. Bom lembrar que ele não usou os termos proposição ou sentença e confessou que a noção de oração dada foi retirada do livro de sua autoria intitulado *Lições de Português pela Análise sintática* (1964). Para ele a oração “é a unidade do discurso” com propósitos definidos, encerra a menor unidade de sentido do discurso, utiliza os elementos dispostos na língua com determinados modelos convencionais de estruturação oracional. É como Wundt focalizava a oração entendendo-a como uma formação simultânea e sucessiva (BORBA, 1979, p. 27).

Importa saber que a estrutura da oração pode ser compreendida por meio dos termos essenciais, sujeito e predicado; e integrantes, objetos, adjuntos. Combinados esses termos formam a oração estudada pela sintaxe. Quando se estuda a estrutura da frase, verifica-se “a) que umas palavras acompanham as flexões de outras; b) que umas palavras dependem de outras; c) que umas palavras ocupam posição determinada em relação a outras”, de acordo com ELIA e ELIA (1962, p. 95). Tais processos sintáticos não são nenhuma novidade já que eram usados por Pereira (1920) no início do século. *A NGB* incumbiu-se apenas de tornar lei um fato já consumado.

Interessa entender que só se estudará neste capítulo a sintaxe regular, que regula, norteia a combinação entre sujeito e predicado, a sintaxe de colocação discute a ordem das palavras na oração, aquela que traz as normas, regências, concordâncias e colocações mais casualmente feitas, segundo Silveira Bueno (1944). Esta não será a preocupação desse trabalho.

3.2.4 Os conceitos para o binômio sujeito e predicado

O sujeito é vinculado a uma classe especial de palavras: a dos nomes, enquanto isso, o predicado vincula-se à classe dos verbos. Sujeito e predicado condicionam-se mutuamente devido à conexão entre eles na fala. O sujeito revela o que está sendo mostrado no predicado

e o predicado engloba o objetivo central do falante. Segundo Borba (1979, 34), “sujeitos e predicados gramaticais resultam de relações formais na oração; referem-se ao arranjo exterior das categorias [...]”.

Para a gramática os termos essenciais são aqueles sem os quais não haveria oração, como confirma Ribeiro (1898, p. 158), a oração “[...] tem dois elementos capitais e indispensáveis: o sujeito e o predicado”, são eles elementos comuns da proposição. Pereira (1918) corrobora com Ribeiro quando toma o sujeito e o predicado como os membros essenciais indispensáveis à existência de uma nação.

Dando continuidade à conceituação dos termos ditos essenciais, têm-se em Napoleão Mendes (1952) uma confissão de fonte, o segundo ele, chamam-se termos essenciais, porque são indispensáveis à existência de uma proposição; Eduardo Carlos Pereira foi claramente citado. Pereira, no entanto, acrescenta a ideia de sujeito indeterminado que é tido em decorrência do verbo impessoal. Cegalla (1970) nada acrescentou à conceituação já mencionada pelos outros autores, apenas reafirmou o que já foi dito.

Bechara (1966) disse que são compostas por dois termos a maioria das orações construídas em português, as quais formam a estrutura favorita porque a língua portuguesa aceita construções frasais em que o sujeito não aparece exposto, ao contrário Ribeiro que disse ser o sujeito e o predicado termos *indispensáveis* à oração, como é o caso das orações constituídas de verbo impessoal, ou sujeito elíptico. A conceituação sintática, principalmente dos termos essenciais, revelou uma inovação na forma de apresentação as funções sintáticas.

Cunha (1980) é continuidade e não separa as partes da gramática como fizeram os gregos e latinos, mas valeu-se da teoria da morfossintaxe. Embora tenha se surpreendido no método aplicado, pois é uma inovação se comparado aos outros, os conceitos veiculados são exatamente iguais. Na prática da morfossintaxe, em consonância com Sautchuk (2004, p. 05), “[...] as unidades linguísticas se combinam entre si formando unidades em níveis de construção cada vez mais complexos e de diferente funcionalidade”. São os fonemas, morfemas, palavras, frases e texto de que se vale a morfossintaxe.

É notável que a teoria sintática não tenha alcançado todo o seu potencial desde o início, quando os gramáticos brasileiros encontravam-se no auge e o ensino de língua se dava pela gramática. Isso se deveu à falta de estudos próprios na área, pois a sintaxe só alcançou seu estágio adulto no século XX. A ruptura está expressa no método de cada gramático, nunca na teoria apesar da expansão no território linguístico e educacional.

Contudo, a incerteza e falta de clareza sobre a diferença entre morfologia e sintaxe, é estreita e a relação entre as funções morfológicas e sintáticas também o são, principalmente, nas gramáticas do início do século que ainda partiam do princípio da pedagogia alemã tal como Pereira. Como já foi dito é importante saber estudar e compreender as classificações do sujeito e do predicado, uma vez que eles se relacionam de forma muito íntima.

O desconhecimento de uma teoria sintática consistente continuou ainda na *Gramática Expositiva* em que a análise sintática se confundia com a Lexeologia. Na parte destinada à classificação dos verbos havia um subtítulo nomeado *Quanto ao sujeito*, nesse subcapítulo o autor classificou as vozes verbais com relação ao sujeito que só seria estudado nessa gramática mais tarde na parte reservada à sintaxe.

Segundo Pereira (1920, p. 201), “sujeito é o membro da proposição do qual se declara alguma coisa, p. ex.: eu vivo [...]”. Essa definição cristalizou-se de tal forma que se constituiu continuidade conceitual para outros gramáticos como Silveira Bueno (1944) e Cegalla (1970). Pereira classificou o sujeito como simples, aquele expresso por nomes ou pronomes no plural; composto representa seres de diferentes espécies, os nomes ou pronomes são coordenados entre si; complexo ou ampliado é o sujeito modificado pelo adjunto adnominal; sujeito incompleto, desacompanhado de quaisquer atributos; sujeito gramatical despojado de modificativos e o sujeito lógico ou total abrangem modificativos complementares, se houver. As funções de agente e paciente, agente ou paciente também eram tomadas por Pereira como uma classificação do sujeito.

Quanto ao predicado, consoante Pereira (1920), ele é o membro da proposição, exprime a coisa declarada do sujeito e é expresso pelo verbo. Pereira classificou o predicado em complexo e incompleto, gramatical e total. Por complexo entendia-se o predicado com complemento; incompleto, sem complemento, gramatical, o despojado de complemento, e total, o que abrange o complemento, se o houver.

Pereira também não conceitua o predicado, classifica-o em simples ou complexo. Simples, aquele expresso por um verbo finito: *O mineral cresce*; quanto ao predicado complexo era composto por um verbo de predicação incompleta com o seu complemento. Os verbos *ser*, *tornar-se*, *parecer*, *poder* não exprimiam predicado completo e, por isso, seriam obscuras proposições como *Pedro tornou-se*, segundo Ribeiro (1933, p. 163).

Silveira Bueno não fez uma classificação muito diferente daquela feita por Pereira, aliás, ele, na verdade, apenas acrescentou outras três espécies de sujeito além das já previstas

por ele. Para Silveira Bueno podia-se contar também com o sujeito nominal, o fraseológico, o pronominal, essas denominações dependiam da palavra empregada como sujeito, se um substantivo, um pronome, uma frase, mas sempre substantivada. E também o sujeito verbal, isto é, um verbo substantivado. A continuidade de Pereira está declarada mais uma vez em Silveira Bueno (1944) e Napoleão Mendes (1952) tanto no que se refere ao sujeito quanto ao predicado.

A classificação do sujeito e do predicado usada por estes gramáticos foi abolida pela NGB que instituiu a normatização da nomenclatura gramatical. Assim, de acordo com Elia e Elia (1962, p. 101), “devem ser abandonadas as denominações de lógico e gramatical, ampliado e inampliado, complexo e incomplexo, total e parcial – para qualquer elemento oracional (sujeito, objeto, etc.)”. Após a *NGB*, o predicado deveria ser classificado em nominal, verbal e verbo nominal como procedeu os autores posteriores a lei. Desse modo, os gramáticos pós *NGB* não poderiam inovar nos conceitos como os anteriores.

Evanildo Bechara (1966) é um desses gramáticos que, num primeiro momento, desconstrói o que disseram os autores anteriores a ele ao dizer que não é sempre que o aparecimento dos termos “essenciais” da oração é obrigatório. Nesse caso, o sujeito desse verbo estaria implícito na desinência de 1ª pessoa do plural: -mos. Os afixos flexionais permitem identificar a pessoa do discurso a que se refere, o sujeito é apenas uma posição, continua existindo na oração.

O sujeito indeterminado, na língua portuguesa, acontece de duas maneiras diferentes: ora com verbo na 3ª pessoa do singular ou do plural; ora empregando o pronome apassivador *se* junto ao verbo. Há ainda as orações sem sujeito, aquelas que encerram apenas a declaração contida no predicado, sem que se atribua a um sujeito. As orações sem sujeito são um fato real da língua portuguesa por isso devem ser consideradas, pois combinam um verbo e, às vezes, um sintagma nominal.

De acordo com Elia e Elia (1962, p. 102), a *NGB* prevê três tipos de sujeito “simples, contém só um núcleo; composto, mais de um núcleo; indeterminado, não pode ser identificado”. No entanto, Bechara não se pronunciou a respeito dos dois primeiros, mas sobre o sujeito oculto, o indeterminado e a oração sem sujeito. Sobre o predicado ele declarou ser uma ação referente ao sujeito, que se apresenta como agente ou paciente; uma qualidade, estado ou condição. Como esse autor segue as normas da *NGB*, o predicado contém como núcleo o verbo e, quanto à classificação, pode ser nominal, com o cópula, verbal e verbo-

nominal.

Gramáticos como Cegalla (1970), Cunha (1980) e Sacconi (1989) não fizeram nada diferente do que fez Bechara, representam tão somente uma continuidade conceitual. Todos os gramáticos tiveram, por força da lei, que acatar a resolução da *NGB*. Daí em diante nada pode ser tão diferente. Ainda assim, Cegalla não se desvencilha de velhos costumes aprendidos com os primeiros mestres e, contrariando a nova nomenclatura afirmou que o sujeito se classifica em agente e paciente, agente ou paciente. Desobediência à normatização, pois ela não prevê tais classificações como já se falou aqui.

Enfim, deve-se salientar o amadurecimento da sintaxe no século XX, à medida que se torna palpável a diferença entre os gramáticos do início e do final do século. A *NGB* contribuiu no sentido de organizar e uniformizar a disciplina linguística, bem como sua inclusão nos currículos escolares que primavam pela descrição e estruturação da língua.

Quanto à sintaxe transformacional, essa constrói modelos, entidades gerais fundamentais; é, portanto, uma teoria de competência do falante e se interessa pelas estruturas dos enunciados de sua realização concreta. Essa sintaxe não aparece nas gramáticas em si, mas nos manuais de gramática que só se tornaram populares depois de 1980, quando o ensino passou a analisar, na linguagem, o discurso.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou estabelecer o percurso historiográfico linguístico da Gramática no Brasil, sua contribuição para o ensino de língua, as contribuições da Linguística para a gramática e para o ensino, o momento histórico pelo qual passou o período de constituição da Gramática, a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira e as divisões gramaticais: fonologia, morfologia e sintaxe. Tudo isso a fim de que se fizessem conhecidos os principais e mais importantes gramáticos brasileiros responsáveis pela constituição de uma língua nacional.

Os estudiosos da língua como Humboldt, Scheleicher, Grimm e outros disseminaram os estudos sobre língua e linguagem e, de modo muito peculiar, possibilitaram que esses estudos se propagassem por meio de seus discípulos e chegassem até os primeiros gramáticos brasileiros, como Pereira e Said Ali. Com a descoberta do sânscrito, esses estudiosos e filósofos descobriram que era possível enxergar a língua como representação da nação, e que ambas, língua e nação, formavam uma só unidade, porque a língua era a representação maior dos gostos e costumes de uma nação.

A fonologia e a morfologia foram vastamente estudadas durante o século XIX e, por isso, os progressos dessas ciências participaram como partes integrantes da gramática. Os estudos dessas duas partes se iniciaram com os comparatistas e se aprimoraram no percurso até Saussure. Este último foi o pensador que criou o método de estudo da Linguística, por isso ele foi ruptura. O *Curso de Linguística Geral* (CLG) contribuiu de forma muito contundente para os princípios norteadores do ensino de língua portuguesa no Brasil, a partir do momento em que este foi o norteador da Linguística como ciência. Foi o CLG que direcionou a consolidação das ideias linguísticas em construção no país.

Ainda no século XX, continuavam avançando os estudos linguísticos, amparados por grandes nomes como Chomsky, Labov, Greimas, Propp, Bloomfield e outros, os quais eram seguidores dos primeiros, os comparatistas e neogramáticos, e que fizeram avançar ainda mais a Linguística como ciência, e novos adeptos foram conquistados no Brasil. Com exceção do Bloomfield, todos os outros se ligaram de maneira muito contundente com Saussure.

Câmara Jr. foi, reconhecidamente, o primeiro brasileiro a aderir aos conceitos dessa ciência Linguística. Ele propagou as ideias linguísticas por meio de publicações e cursos. Foi

o primeiro professor de linguística no Brasil e ministrou, em 1942, o primeiro curso de Linguística Geral. Após esse período, o Conselho Federal de Educação tornou obrigatório o ensino de Linguística no Curso de Letras, então, vários professores começaram a sair para estudar fora do país.

Assim, as novas correntes linguísticas ficaram conhecidas aqui: adeptos ao Estruturalismo, ao Gerativismo, à Sociolinguística, à Semântica Estrutural. Professores das universidades brasileiras foram se pós graduar nos Estados Unidos, berço das grandes correntes linguísticas da época. Entre eles, podia-se contar com a professora Miriam Lemle da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a professora Eunice Pontes da Universidade Federal de Minas Gerais, seguidas por Nelson Ross, Mário Perini e outros.

Indiscutivelmente, a gramática era um livro inquestionável do ponto de vista das regras estabelecidas por ela, dos autores que ela autoriza e defende. No entanto, a sociedade, para não deixá-la perder sua autoridade linguística, opta por incorporar as possíveis mudanças históricas, educacionais, sociais e linguísticas nos manuais de gramática, os quais condensam as pressões políticas e as variações da tipologia textual e da linguagem.

Devido ao rigor estabelecido pela Gramática, coube a ela ser participante efetiva na formação da identidade linguística brasileira. E foi responsável pela gramatização no século XX, no Brasil. Os estudos sobre linguagem avolumaram-se e concretizaram-se, e para que tal transformação ocorresse, já nas últimas décadas do século XIX, quando o país passava por um momento de consagração da colônia, enquanto nação sólida e independente, inclusive quando requereu uma língua própria que traduzisse os desejos, os gostos e a cultura local, era necessário que a língua tivesse o *status* merecido e os traços peculiares pertencentes à nova nação que se constituía há bem pouco tempo.

Os colégios brasileiros deram aos professores de língua portuguesa a incumbência de serem os primeiros gramáticos brasileiros, a fim de que iniciassem a produção gramatical, para eles, esta era a única forma de manter a integridade da língua, a qual era antes disso corrompida pelos portugueses que tentavam a todo custo impor sua própria língua. Os estudos dos comparatistas e neogramáticos foram muito relevantes para a gramatização no Brasil. Não menos importante estava o método de se fazer Linguística criado por Saussure, que foi o primeiro passo para a consolidação dela como ciência. No Brasil, a Filologia, a Linguística e a Gramática eram concorrentes no que diz respeito ao estudo da língua.

A gramática era, portanto, a detentora da língua perfeita. Isso se deve ao fato de ela

autorizar alguns falantes e os elegerem melhores que os demais. Na primeira metade do século XX, esse era um problema menor, pois todos seguiam o que era pregado pela gramática que era, para a escola, um livro didático que continha a finalidade, o objetivo e era também o alvo das aulas de Língua Portuguesa. Na segunda metade daquele século, depois do advento dos manuais de gramática e de literatura de Fausto Barreto, chamada Antologia Nacional, a gramática começava a declinar, mas seu declínio não foi imediato. Muitos estudiosos, durante as décadas de 1970 e 1980, acreditavam que ela era o objeto de desejo e também a grande vilã de toda a sociedade, porque aqueles que a decoravam eram os melhores e aqueles que não tinham dom para a memorização estavam fadados ao fracasso escolar.

As leis educacionais do período reforçaram a tese. Desde 1890, durante a Reforma Benjamim Constant, que dava direito à educação para todos, passando pela Reforma Campos, de 1930, responsável pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, e todas as outras reformas educacionais, foram uma sucessão de fracassos. A educação brasileira, em todos os governos republicanos, sempre foi motivo de preocupação, no entanto, nenhum deles conseguiu de fato atender aos desejos e necessidades da sociedade.

O ensino de Língua Portuguesa, a julgar pelo melhor colégio do país, o Colégio Pedro II, no início, era deixado de lado para ceder lugar ao ensino de outras línguas como o Latim. Eram insignificantes as aulas de Língua Portuguesa, porque o ensino de língua materna fortaleceria e constituiria a nação. Só a partir de 1930 é que houve a diminuição das aulas de Latim e o aumento das aulas de Língua Portuguesa. Nesse mesmo período, o país passava pelo início da ditadura da Era Vargas, esse fato, somado ao fato de que as gramáticas pregavam o mito da língua única para o bem da integridade nacional, fazia com que todos se esmerassem para aprender a língua ensinada pela gramática. A escola, como guardiã da língua perfeita, era responsável por fazer a gramática se sobrepor às demais formas de realização linguística.

No mesmo período, tivera início a expansão das indústrias e do comércio brasileiros, os quais promoveram uma revolução educacional quando se previu um aumento da mão de obra especializada. As indústrias e o comércio custearam os projetos que prepararam os jovens para enfrentarem o mundo do trabalho: o SENAI e o SESC. Nessa época, as gramáticas eram usadas como livro didático e os manuais surgiram com inovações na coloração da capa, no tipo de papel, na tipologia textual e nos conteúdos de literatura, a partir da década de 1950. A evolução tecnológica posterior concorreu para o progresso educacional

do país e também contribuiu para a modificação na gramática e dos manuais de gramática.

O ensino de língua portuguesa que, até 1960, previa o uso da linguagem como sistema, tinha a gramática por peça fundamental nas aulas. De 1960 até 1980, algumas coisas mudaram, e a língua era tida como instrumento de comunicação, a disciplina era Comunicação e Expressão. Era necessário que o aluno soubesse se comunicar, ler e escrever em língua portuguesa, era a educação tecnicista, a qual preparava o aluno para responder perguntas básicas de gramática e não para refletir sobre um dado texto. Percebe-se, então, que antes de 1990, o objetivo do ensino de língua portuguesa era alcançar o domínio gramatical e redacional.

Os textos e as teorias da enunciação que o embasam surgiram a partir de 1990 quando Bakhtin foi traduzido e sua filosofia foi condensada nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Antes dos PCN, é claro que houve leis que nortearam o ensino como um todo e o ensino de língua materna em específico, foram as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, a primeira surgida, segundo Carneiro (2010), com onze anos de atraso, em 1961, 4024/61; a segunda é a 5692/71, que promove a reforma do Ensino Fundamental e Médio; a terceira é a 7044/82, que torna a profissionalização obrigatória e a última, 9394/96, propõe o domínio da leitura, competência e letramento. Todas essas diretrizes propiciaram mudanças educacionais, mas os PCN foram o que de fato modificou o rumo do ensino de língua portuguesa, a escola, os professores, e até libertaram os estudantes da opressão de se estudar gramática.

A Gramática, com todas essas novidades e transformações, não se manteve totalmente alheia a isso. A Nomenclatura Gramatical Brasileira, de 1959, foi o primeiro passo para a mudança, ainda que não fosse intento dos idealizadores dela chegar tão longe, por exemplo, por causa do período ditatorial em que o país estava inserido, ela foi entendida por todos os professores e gramáticos do país como lei. Toda essa movimentação deu-se porque alguns professores de língua materna sentiram-se incomodados com a falta de rigor na nomenclatura gramatical vigente até 1958.

A Gramática, tema deste trabalho, sempre esteve dividida em três partes, e cada uma delas foi estudada com esmero pelos gramáticos elencados aqui. Contudo, não se pode furtrar de dizer que a Fonologia e a Morfologia, embora ambas já tivessem sido bastante exploradas desde os comparatistas e neogramáticos no século XIX, tiveram papel mais bem delimitado somente após 1960. Fonologia e Morfologia integravam a Lexeologia, que era o estudo das palavras isoladas. Esse termo foi escolhido no princípio do século XX, quando se dividiram as

palavras em materialidade, isto é, sons e letras, que se tratava da Fonologia, e nas ideias ou significação, referente à Morfologia. Portanto, no início do século, na Lexeologia, ambas se referiam, respectivamente, a sons, letras e significação.

Quando se estudavam os sons, tratavam dos fonemas consonantais e vocálicos e suas representações gráficas, ou seja, as letras, para eles, importantes para a reprodução da fala humana. Os fonemas representavam, até meados do século XX, características que só seriam mais bem explicadas após a inserção da Linguística no currículo do curso de Letras e ainda mais quando ela tornou-se meio de pesquisa. As gramáticas, da segunda metade do século XX, contavam com o desenho do aparelho fonador e exploravam a forma de realização do fonema. A NGB possibilitou a retirada de ambiguidades e oportunizou a unificação de conceitos com relação à classificação e produção dos fonemas consonantais e vocálicos.

A Morfologia, somente a partir do século XX, começaria a analisar as palavras pelas partes: desinências, afixos, radical. Por outro lado, na Gramática, até a metade do século XX, a análise morfológica juntava os aspectos de Morfologia e Sintaxe, isto porque a primeira, para os primeiros gramáticos, não se distinguia de forma muito incisiva da Sintaxe. Após a disseminação do gerativismo e do funcionalismo, a Sintaxe pôde, de fato, ser vista de forma diferenciada.

A NGB foi um divisor do período de gramatização, em duas partes bastante distintas. A primeira, antes da NGB, em que os gramáticos eram livres para nomear como quisessem os termos gramaticais e outra em que eles se tornaram obrigados a obedecer às novas exigências da NGB. Por um lado, foi bastante relevante a iniciativa de unificar a nomenclatura, por outro foi uma forma brusca, porque tirou de cena boas gramáticas, excelentes fontes de descrição da língua como a *Gramática Expositiva*.

Mais de cinquenta anos depois, ainda há quem se declare a favor ou contra a criação da NGB. Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideraram-na dispensável, porque eles não concebem a ideia da descrição pura e simples da língua, mas a de enunciação, discurso e texto. Os vestibulares já haviam sentido a necessidade de mudança antes dos PCN entrarem em vigor; depois dele, as coisas realmente se modificaram.

Muitas teorias linguísticas colaboraram para que as gramáticas, pós NGB, fossem elucidativas e contribuíssem, mormente, para o ensino de língua. No entanto, tais teorias não foram suficientes para mudar o aspecto e a forma da gramática. A bem da verdade, o conteúdo gramatical mudou sutilmente, a forma de apresentação sofreu mudanças tão leves quanto o

conteúdo e a aparência modificou-se um pouco devido à tecnologia emergente em fins do século XX e não por opção dos gramáticos.

A gramática é sempre austera; a ela não cabe o direito de divertir, ensinar “brincando”, como sugerem algumas teorias educacionais mais modernas. Tal legado ficou a cargo dos manuais de gramática que pretenderam e associaram os usos da língua, à produção textual e literária num único exemplar. Às gramáticas, depois de todas as intervenções sofridas da Linguística, das leis e decretos educacionais, da própria NGB, restou a função de manual de pesquisa; atualmente, elas não têm outra função nem nas escolas de Ensino Fundamental e Médio nem no Curso de Letras.

A Gramática, por força dos estudos de língua, ficaria dividida em três partes: Fonologia, Morfologia e Sintaxe. As duas primeiras já tinham sido exaustivamente estudadas desde os comparatistas, no século XIX. Nas gramáticas brasileiras, é muito comum se encontrarem fontes comparatistas e neogramáticas no que diz respeito à Fonologia/Fonética e à Morfologia. Os primeiros gramáticos citam-nas direta ou indiretamente e, por isso, são considerados continuidade conceitual e ruptura metodológica, ou seja, inscreviam em seus textos os conceitos como liam e aprendiam com suas fontes, mas apresentavam esses conceitos numa disposição metodológica particular.

Quanto à Fonologia, que no início do século ainda era chamada de Fonética, o que chamou a atenção foi o tratamento dado aos fonemas. Deve-se atentar para o fato de que os conceitos linguísticos desenvolvidos pelo Círculo Linguístico de Praga só foram implementados na Gramática após a NGB. Então, os fonemas eram considerados reproduções literais dos sons das letras, por isso existiam muitas confusões quanto aos sons representados. Por conta da falta de recursos para se investigar as realizações dos fonemas na fala, muitos erros se deram na transcrição deles durante as explicações reproduzidas pelos gramáticos da primeira metade do século XX.

Os fonemas vocálicos, desde Sousa (1804) até Bechara (1966) eram considerados o alicerce da sílaba, de forma que nenhuma fosse formada com a ausência da vogal. Tais fonemas, contudo, eram realizados de forma diferente na língua falada em Portugal e no Brasil. Os gramáticos brasileiros faziam questão de estabelecer a diferença entre timbre, intensidade e tonicidade do fonema vocálico. Os fonemas vocálicos seguem quatro critérios segundo a NGB: zona de articulação, intensidade, timbre e papel das cavidades bucal e nasal. O gramático Evanildo Bechara considerou a existência do quinto critério, a elevação gradual

da língua, mas de acordo com Callou e Leite (1998), Câmara Jr. foi o responsável por essa classificação que não faz parte da NGB.

Ao contrário do fonema vocálico, o fonema consonantal sempre está apoiado, nunca pode ser pronunciado sozinho numa palavra. Caso isso ocorra, como na palavra *advogado*, a língua oral se incumba de acrescentar essa vogal junto ao fonema consonantal /d/ (adivogado ou adevogado), chamada de suarabácti ou anaptixe. Outra diferença entre as vozes e as consonâncias está centrada na produção desses fonemas. Enquanto os fonemas vocálicos tem passagem livre pela cavidade oral, os fonemas consonantais são formados a partir dos órgãos do aparelho fonador: dentes, língua e palato.

Os primeiros gramáticos, como Pereira (1919), forçavam a hipótese de que letra e fonema eram a mesma coisa. A partir da NGB, a correspondência, todavia, entre letra e fonema não é possível em todos os casos, porque um mesmo fonema pode ser realizado como mais de uma letra. O fonema /s/ pode ser representado pelas letras c, s, x e o dígrafo ss, enquanto outros fonemas da língua portuguesa realmente apresentam certa correspondência de um fonema com uma letra.

Conforme explanado anteriormente, a Morfologia era, para os pioneiros em gramática, muito próxima da Fonologia e também se confundia, conceitualmente, com a Sintaxe, que na época era muito pouco estudada. A sintaxe se ocupa de estudar as palavras inseridas na oração, porém, essa teoria só começou a ser disseminada a partir da década de 1960, quando surgem os primeiros gerativistas. O verbo foi elencado como parte dos estudos, conforme se apresentou neste trabalho e o que se pode perceber é que ele sempre foi tratado como núcleo da oração e que suas partes e particularidades sempre causaram dúvidas frequentes nos estudantes.

Os verbos possuem quatro categorias que podem ser resumidas em duas: modo-temporal e número-pessoal. O modo verbal era classificado em cinco para os primeiros gramáticos do século passado, como Pereira (1919) que os sintetizava em indicativo, condicional, imperativo, conjuntivo ou subjuntivo e infinito ou infinitivo, o qual teve como fonte Dionísio da Trácia. A NGB, contudo, resumiu-os em apenas três: indicativo, subjuntivo e imperativo.

O tempo, para Pereira (1920) e seus seguidores, era a época de duração da ação, portanto, o enunciado se concentra em três épocas: o presente, o passado e o futuro. O presente é o momento da fala, por isso é indivisível. O passado situa-se num momento

anterior ao evento do momento da referência, é divisível (pretérito perfeito, pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito). E, por último, também divisível, o futuro (futuro do presente e futuro do pretérito) que de acordo com Reichenbach o momento do evento e da referência são posteriores ao momento da fala. Quanto ao número, o verbo pode tanto estar no singular quanto no plural, esta categoria está intimamente ligada às pessoas do discurso, as quais foram primeiramente usadas por Dionísio da Trácia. As orações, por sua vez, tornaram-se o foco dos estudos sintáticos a partir das teorias gerativistas e funcionalistas propagadas na década de 1970 no Brasil e difundida pela gramática desde então. Platão e Aristóteles já previram o sujeito (onômata) e o predicado (rhêmata), contudo, de acordo com Neves (2002) foi mérito dos estóicos a teoria da oração e a definição do predicado e seus tipos.

Em 1660, a Gramática de Port Royal fez nascer a sintaxe psicológica, fonte dos gramáticos da tradição portuguesa e brasileira. Mas, por todo o século XIX, a sintaxe não recebeu dos neogramáticos o tratamento adequado, ela foi relegada a segundo plano em face da Fonologia e da Morfologia. No Brasil, a Sintaxe ficou definida como a parte da gramática que estuda os vocábulos e os grupos de vocábulos (os sintagmas) na oração. Esta divide-se em termos essenciais e integrantes; entretanto, na proposta deste trabalho, para que se completasse o ciclo de estudos, abordaram-se os termos essenciais.

Para os gramáticos como João Ribeiro, os termos essenciais são os dois elementos indispensáveis à oração. Bechara, ao contrário do primeiro, disse que são termos que compõem a maioria das orações, isto é, há construções frasais em Língua Portuguesa que não são constituídas pelas duas partes, como é o caso da oração cujo verbo é impessoal. Os termos essenciais não sofreram modificações quanto ao conceito e à classificação. Antes da NGB, sujeito e predicado eram classificados de acordo com o que entendia o gramático, sem uniformização entre eles. O sujeito pertencia à classe dos nomes, e o predicado à dos verbos. Ambos eram tidos como se referindo ao arranjo exterior das categorias, por isso, eram membros indispensáveis à oração.

No que diz respeito à Sintaxe, o salto qualitativo em relação às gramáticas do primeiro período, foi enorme e possibilitou a divulgação de novas teorias linguísticas. A partir de então, a escola começou a explorar de forma obrigatória a análise sintática que, inclusive, atualmente, causa medo naqueles que não sabem por que devem fazer isso. As aulas de gramática passaram a ser aulas de análise sintática em que o professor dissecava uma oração em partes menores: termos essenciais e termos integrantes.

De fato, toda essa luta pela e da gramática brasileira está pautada numa questão primordial para os brasileiros, a constituição da nacionalidade. O nacionalismo constantemente enriquecido de significações derivadas umas das outras. O século XX todo se pautou sobre o pilar da brasilidade imanente na música, na cultura, na sociedade e muito mais na língua, com reflexos na gramática. As universidades são coautoras desse sentimento, e, por isso, promoveram o conhecimento e socializaram-no nas discussões acadêmicas por meio de seminários, que se tornaram constantes e necessários para reunir acadêmicos, professores e teóricos rumo ao mesmo fim que era discutir a estrutura da língua.

A Linguística estava apenas no início e Câmara Jr. já era seu maior divulgador. A partir dele, a ciência linguística, com pouquíssimos adeptos, surtiu um efeito muito positivo, tanto que se tornou disciplina obrigatória. Desde então, ela tendeu a crescer cada vez mais e outros linguistas foram surgindo gradativamente, após 1970.

Após o ingresso da Linguística no Curso de Letras, tornou-se perceptível a influência dela na gramática que, por sua vez, modificou-se para atender às necessidades exigidas por essa nova ciência que passou a nortear o ensino nas últimas duas décadas do século XX. Com isso, sob as influências de Saussure, Chomsky, Jakobson, Labov, Greimas e Propp entre outros, foram, aos poucos, surgindo nos grandes centros universitários em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, linguistas brasileiros, professores universitários, responsáveis pela propagação dessa nova ciência e disciplina. Então, a Linguística e o ensino de Língua Portuguesa começaram a andar lado a lado. A Língua Portuguesa instituída no Brasil era uma forma de imposição portuguesa que, no final do século XIX, foi sendo combatida por aqueles que acreditavam na língua brasileira, como forma de constituição da nacionalidade da colônia.

Os elementos fonéticos, morfológicos e sintáticos traduzidos pela tríplice divisão da gramática mostraram-se muito tênues quanto à diferença de um para o outro no início do século XX, mesmo que no século XIX a Fonologia e a Morfologia tivessem sido exaustivamente estudadas. As novas vertentes linguísticas, como o Gerativismo e o Funcionalismo acabaram por delimitar a Sintaxe, de fato, quando a teoria gerativista começou a ser estudada pela professora Lemle e por outros professores, posteriormente.

Os gramáticos, Eduardo Carlos Pereira, Said Ali, João Ribeiro, Silveira Bueno, em seus estudos deixaram clara a dificuldade em distinguir de fato essas três partes. Evanildo Bechara, Celso Cunha, Cegalla e Sacconi tiveram melhor êxito, pois conheciam as teorias sintáticas, que estavam acabando de chegar por meio de professores que estudaram fora do

país e voltaram para propagá-las e fazê-las ser alvo de todas as atenções, principalmente dos descritivistas.

Este trabalho, enfim, passou por fases de pesquisa, de descobertas para que se chegasse a um ponto satisfatório na exposição do objeto escolhido: a Gramática. Elas foram escolhidas e adquiridas com certa dificuldade, por não serem encontradas com facilidade, por serem quase relíquias. Essas gramáticas foram encontradas entre pessoas utilizaram e fizeram parte da vida estudantil, principalmente nas escolas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Não poderiam ter sido outras, as escolhidas, pois elas contam a história da construção da identidade nacional brasileira. Os sujeitos empíricos de cada uma tiveram forte influência nas decisões políticas, educacionais, linguísticas do país, eram pessoas de tantas outras formações acadêmicas (advogados, pastores evangélicos) e sem nenhuma formação linguística, mas incontestavelmente estudiosos dedicados ao idioma.

As descobertas se desvendaram, à medida que se comparava os produtos prontos do início ao fim do século XX: ficaram óbvias as transformações e intervenções de vários outros campos do conhecimento. Enfim, o trabalho permitiu aprender um pouco mais sobre a Gramática, e entender como se formou a identidade brasileira, por meio da concretização da metalinguística, e ainda saber de que modo, no futuro, ela continuará servindo à nação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. Curso único e completo. 6. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1952.
- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968 – 1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude. *Gramática de Port Royal*. Trad. Bruno Fregni Basseto, Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Trad. Pietro Nasseti. Porto Alegre: Globo, 2005.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BARBOZA, Jeronymo Soares. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1830.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000.
- BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. *A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970)*. Revista de Antropologia. Vol.47 nº.1. São Paulo, 2004 (acessado em 30/12/2010, às 23:49)
- BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de Língua Portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- _____. *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 10 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. 36 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.
- _____. *As contribuições de M. Said Ali à Linguística portuguesa*. Porto Alegre – RS: Instituto Cultural Brasileiro – Árabe. Sulina Editora, 1969

BENEVISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2005.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução: Eduardo Guimarães (et al). 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BORBA, Francisco da Silva. *Teoria Sintática*. São Paulo: EDUSP, 1979.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Curso Superior. São Paulo: Editora Saraiva e CIA, 1944.

CALLOU, Dinah e LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História da linguística*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Vozes, 1975.

_____. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

_____. *Problemas de linguística descritiva*. 19ª Ed. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

_____. *Dispensos*. Coleção Estante da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. 17. ed. Atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica*. Editora Ática, 1970.

CASIMIRO, Arival Dias. *Eduardo Carlos Pereira: mestre da Língua Portuguesa*. Santa Bárbara d' Oeste, SP: SOCEP Editora, 2005.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 11. ed. São Paulo: Companhia e Editora Nacional, 1970.

COSERIU, Eugenio. *Lições de Linguística Geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de Linguística*. Tradução: Izidoro Blikstein (org.). 9. ed. São Paulo: Editora Pensamento – Cultrix, 2004.
- ELIA, Silvio. *Fundamentos histórico-linguístico do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- _____; ELIA, Hamilton. *Nova nomenclatura gramatical brasileira: síntese gramatical*. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon + Editor, 1962.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística Textual: Introdução*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2003.
- _____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.
- FILHO, Leodegário A. de. *Ensaio de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- FLORES, Valdir do Nascimento; SILVA, Silvana; LICHTENBERG, Sônia; WEIGERT, Taís. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Trad. e introd. Leonel Franca. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- GUEDES, Paulo Coimbra. *A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2000.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *A linguística e o ensino de Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes,

1997.

KATO, Mary A.; RAMOS, Jânia. *Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil*. DELTA vol.15. São Paulo, 1999 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300005 (acessado em 11/06/2010)

KOERNER, Konrad. *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. In: Revista da ANPOLL, N° 2, pp. 45-70, 1996.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1974.

MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e a unidade nacional*. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural AS, 1980.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINET, Jeanne. *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Trad. Yara Pinto Demétrio de Souza. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MILANI, Sebastião Elias. *As ideias lingüísticas de Wilhelm von Humboldt*. FFLCH/USP, São Paulo, 1994. Dissertação Mestrado.

MILANI, Sebastião Elias. *Humboldt, Whitney e Saussure: Romantismo e Cientificismo - Simbolismo na História da lingüística*. FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

MILANI, Sebastião Elias. *Historiografia Lingüística: língua e linguagem*. Extensão e Cultura Goiânia/UFG, 2008.

MODESTO, Atarxerxes Tiago Tácito. *Abordagens Funcionalistas*. REVISTA LETRA MAGNA. Ano 03- n.04 - 1º Semestre de 2006 ISSN 1807-5193. <http://www.letramagna.com/Abordagens.pdf> (Acessado em 28/10/2010).

MOURA, Denilda (org.). *Leitura e escrita: a competência comunicativa*. Alagoas: ADUFAL, 2007.

NARO, Anthony Julius (org.). *Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Trad. Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

NEVES, Maria Helena de Moura Neves. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLÍVIA, Madre; SILVEIRA, Regina Célia P. (org.). *A gramática portuguesa na pesquisa e no ensino n° 1*. São Paulo: Editora Cortez, 1980.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. 7 ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.

_____. *Gramática Expositiva*. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1920.

PERINI, Mario A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola, 2004.

RAZZINI, Márcia de Paula G. *O espelho da nação: antologia nacional e o ensino de português e literatura (1838 – 1971)*. Campinas: Unicamp, 2000. Tese de Doutorado.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Curso superior. 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria de Francisco Alves, 1898.

_____. *Grammatica Portugueza*. Curso superior. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 26. ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2001.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2008.

ROBINS, R. H. *Pequena História da Linguística*. Trad.: Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SACCONI, Luiz Antônio. *Gramática Essencial da Língua Portuguesa: teoria e prática*. 4. ed., rev. São Paulo: Atual, 1989.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. Barueri, SP: Manole, 2004.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português são dois: novas fronteira, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

SOARES, Magda Becker. *Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa*. In: BASTOS, Neuza Barbosa (org.) *Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: EDUC, 1998. P. 53 – 60.

SOUZA, Manoel Dias. *Grammatica Portugueza*. Coimbra: A Real Imprensa da Universidade, 1804.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. São Paulo: Martins

Fontes, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da Linguística*. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

WISEMANN, Úrsula e MATTOS, Rinaldo. *Metodologia de análise gramatical*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.